



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE ARTE E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ISMAEL AZEVEDO MOTA

**O CONCEITO DE LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO
INTEGRAL DO HOMEM EM HEGEL**

FORTALEZA

2025

ISMAEL AZEVEDO MOTA

O CONCEITO DE LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL
DO HOMEM EM HEGEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética e política.

Orientador: Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M871c Mota, Ismael Azevedo.
O conceito de liberdade e educação para uma formação integral do homem em Hegel / Ismael Azevedo Mota. – 2025.
94 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho.

1. Liberdade. 2. Educação. 3. Família. 4. Sociedade Civil. 5. Estado. I. Título.

CDD 100

ISMAEL AZEVEDO MOTA

O CONCEITO DE LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL
DO HOMEM EM HEGEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética e política.

Aprovada em: 22/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Fatima Maria Nobre Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Marly Carvalho Soares
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Deus.

À memória de Maria Edna Machado de
Azevedo, minha mãe.

A meu pai Isaías e a todos os meus Familiares e
amigos, com carinho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor da Vida que pela Cruz e Ressureição de Jesus inspira a liberdade.

À Instituição Capes, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Aduino Lopes da Silva Filho por sua orientação com paciência e dedicação, por me auxiliar nesse trabalho, e por ter tanto amor à docência e à pesquisa.

Às professoras participantes da banca examinadora Marly Carvalho Soares e Fátima Maria Nobre Lopes pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Ao meus pais, que com amor, sacrifício e dedicação me sustentaram até aqui.

Aos meus tios, que me apoiaram e me ajudaram com seu carinho e cuidado, em especial tia Aldinar, tia Benildes, tia Herbenia, tia Irenir, tia Emir, Tia Edimir, tia Edvanir.

Aos meus primos, que sempre foram como irmãos para mim, de modo particular Laís, Taís, Diego, Thaiana, Thalyson, Fernando e Fernanda e Rafaela.

Aos meus amigos, que sempre foram uma força na caminhada, impulsionaram e incentivaram com a alegria e a fraternidade nos momentos cansativos.

A todos as pessoas de espiritualidade que me ajudaram na dimensão interior, de modo particular meus irmão e formadores na fé.

A todos os professores, funcionários e colegas do curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará pelo apoio na jornada.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente passaram e passarão por minha vida que sempre deixam marcas positivas e negativas e me ajudaram na síntese que sou eu.

Reconhecer a razão como rosa na cruz do sofrimento presente é contempla-la com regozijo, eis a visão racional medianeira e conciliadora com a realidade, o que procura a filosofia daqueles que sentiram alguma vez a necessidade interior de conceber e de conservar a liberdade subjetiva (HEGEL, 1995, p.8).

RESUMO

O presente estudo tem como título *O do conceito de liberdade e educação para uma formação integral do homem em Hegel, explorando suas implicações para a formação moral e ética* do indivíduo, bem como sua aplicação no contexto educacional contemporâneo. O problema central investigado é verificar como a filosofia de Hegel sobre liberdade e educação pode contribuir para repensar práticas pedagógicas atuais, especialmente no que tange à autonomia, à moralidade, à ética e à cidadania. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é demonstrar como os conceitos de Liberdade (Freiheit) e Educação (Erziehung) se relacionam para a formação integral do ser humano no pensamento de Hegel, compreendendo como a liberdade, para Hegel, não se configura como uma mera ausência de restrições, mas como um processo contínuo de autossuperação, por meio do qual o indivíduo alcança sua plena liberdade ao se integrar às instituições sociais e políticas. Além disso, buscamos analisar como a educação se configura como um meio essencial para esse processo de autossuperação e de desenvolvimento do espírito livre. As principais abordagens teóricas que sustentam a pesquisa são a dialética hegeliana, que descreve o processo de desenvolvimento do espírito e da liberdade como uma dinâmica de afirmação, negação, e negação da negação, na superação das contradições. Para Hegel, essa dialeticidade é apresentada, por meio da teoria do Estado como sendo o lugar de realização da liberdade humana. A filosofia de Hegel sobre a educação é central, pois ele a considera como o meio pelo qual o espírito se realiza e alcança sua verdadeira liberdade, em consonância com as normas e valores da sociedade. A metodologia utilizada é a própria dialética com ênfase em algumas das principais obras de Hegel, como: *A Fenomenologia do Espírito*, *Princípios da Filosofia do Direito*, *A Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, bem como algumas interpretações contemporâneas de estudiosos da filosofia hegeliana. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo, buscando identificar e entender as implicações dos conceitos de liberdade e educação no contexto atual. Os principais resultados da pesquisa revelaram que a educação hegeliana não é apenas um processo de aquisição de conhecimento, mas sim uma fundamentação que pode contribuir para uma formação moral e ética e que prepara o indivíduo para participar ativamente da vida social e política. Por fim, a pesquisa resultou ainda na consideração de que a liberdade, segundo Hegel, não é uma condição imediata, mas um processo dialético de autossuperação que se dá no contexto das instituições sociais, como o Estado, e da integração do indivíduo à coletividade. Em conclusão, a filosofia de Hegel oferece uma visão profunda e relevante sobre a educação como meio de realizar a verdadeira liberdade, e suas ideias continuam a fornecer uma base sólida para se refletir sobre os desafios e as

possibilidades da educação no mundo contemporâneo. A pesquisa destaca, ainda, a importância de uma educação que busque não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação moral, ética e política permitindo que o indivíduo alcance a sua liberdade plena da sociedade.

Palavras-chave: liberdade; educação; família; sociedade civil; estado.

ABSTRACT

This study, titled "The Concept of Freedom and Education for the Integral Formation of Man in Hegel," explores the implications of these concepts for the moral and ethical development of the individual, as well as their application in the contemporary educational context. The central problem investigated seeks to verify how Hegelian philosophy on freedom and education can contribute to rethinking current pedagogical practices, especially concerning autonomy, morality, ethics, and citizenship. Thus, the general objective of the research is to demonstrate the relationship between the concepts of Freedom (*Freiheit*) and Education (*Erziehung*) for the integral formation of the human being in Hegel's thought. It is understood that freedom, for Hegel, is not merely an absence of restrictions but a continuous process of self-overcoming, through which the individual achieves their full freedom by integrating into social and political institutions. Furthermore, this study aims to analyse how education constitutes an essential means for this process of self-overcoming and the development of the free spirit. The primary theoretical approach underpinning this research is Hegelian dialectics, which describes the process of the spirit's and freedom's development as a dynamic of affirmation, negation, and the negation of the negation, in the sublation of contradictions. For Hegel, this dialectical nature is presented through his theory of the State as the locus for the realization of human freedom. Hegel's philosophy on education is central, as he considers it the means by which the spirit realizes itself and achieves its true freedom, in consonance with society's norms and values. The methodology employed is dialectics itself, with an emphasis on some of Hegel's main works, such as: *The Phenomenology of Spirit*, *Elements of the Philosophy of Right*, and *Encyclopaedia of the Philosophical Sciences*, as well as contemporary interpretations by scholars of Hegelian philosophy. The research follows a qualitative approach with content analysis, seeking to identify and understand the implications of the concepts of freedom and education in the current context. The main findings of the research revealed that Hegelian education isn't just a process of knowledge acquisition, but rather a fundamental grounding that can contribute to moral and ethical development, preparing the individual to actively participate in social and political life. Finally, the research also concluded that freedom, according to Hegel, isn't an immediate condition but a dialectical process of self-overcoming that occurs within the context of social institutions, like the State, and through the individual's integration into the collective. In conclusion, Hegel's philosophy offers a profound and relevant view on education as a means to realize true freedom, and his ideas continue to provide a solid foundation for reflecting on the challenges and possibilities of education in the contemporary world. The

research further highlights the importance of an education that seeks not only intellectual development but also moral, ethical, and political formation, allowing the individual to achieve their full freedom in society.

Keywords: freedom; education; family; civil society; state.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Erziehung	Educação (termo em alemão central na filosofia de Hegel)
Freiheit	Liberdade (termo em alemão central na filosofia de Hegel)
ICH	Termo alemão para "Eu" (conforme Fichte)
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE HEGEL E O CONTEXTO HISTÓRICO.....	19
2.1	O Idealismo Alemão e a Influência no pensamento de Hegel.....	20
2.2	A Educação e o Desenvolvimento do Espírito em Hegel.....	22
2.2.1	<i>O Conceito de Espírito Subjetivo em Hegel.....</i>	24
2.2.2	<i>O Espírito Objetivo: A Educação nas Instituições Sociais.....</i>	32
2.2.3	<i>O Espírito Absoluto: A Educação para a Arte, Religião e Filosofia.....</i>	42
2.3	A Filosofia de Hegel na Modernidade.....	47
3	A LIBERDADE NA FILOSOFIA DE HEGEL.....	55
3.1	A Liberdade como Autossuperação do Espírito.....	55
3.2	A Liberdade: A realização do Espírito na família e sociedade.....	59
3.3	O Estado como efetivação da Liberdade.....	62
3.4	A Liberdade e a Educação: A Ponte para a Autonomia.....	65
4	A FORMAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM: O OBJETIVO DA EDUCAÇÃO.....	68
4.1	O Papel do Estado na Educação.....	69
4.2	A Educação para a Liberdade: Implicações no Contexto Atual.....	73
4.3	A Educação para a Autonomia: Hegel e as Novas Propostas Pedagógicas.....	79
5	CONCLUSÃO.....	87
	REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

A filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel apresenta uma abordagem única e profunda sobre os conceitos de liberdade e educação. Para o filósofo alemão, essas duas dimensões são fundamentais não apenas para o desenvolvimento do indivíduo, mas para a construção e evolução das instituições sociais e políticas, que são vistas como formas concretas de realização da liberdade. “A pedagogia é a arte de tornar os homens Éticos” (HEGEL, 2022, p. 407). Neste sentido podemos dizer que a educação, em Hegel, não é apenas a transmissão de conhecimento, mas sim o processo pelo qual o espírito humano se desenvolve e alcança sua liberdade, superando as contradições internas e externas que o limitam. A liberdade, por sua vez, não é entendida como a mera ausência de restrições externas, mas como um processo contínuo de autossuperação, onde o sujeito se reconcilia com as totalidades éticas e sociais nas quais está inserido.

Hegel afirma:

A determinação da vontade essente *em si* é levar a liberdade à existência na vontade formal, e por isso o fim dessa vontade é preencher-se com seu conceito, isto é, fazer da liberdade sua determinidade, seu conteúdo e seu fim, como [também] seu ser-aí. Esse conceito, a liberdade, só é essencialmente enquanto pensar; o caminho da vontade – fazer-se espírito - *consiste* em elevar-se à vontade pensante: em dar-se o conteúdo que só como vontade que se pensa ela pode ter. (HEGEL, 1995, p.263)

Para Hegel, a educação tem um papel central no desenvolvimento do espírito humano e na realização da liberdade. Em sua obra "Fenomenologia do Espírito", Hegel descreve o processo dialético pelo qual o espírito se desenvolve e alcança sua liberdade. A liberdade não é algo que se conquista de forma imediata, mas algo que se constrói ao longo do tempo, por meio de uma jornada de superação das limitações impostas pela natureza e pela sociedade. Ele afirma que a liberdade do espírito não é a ausência de restrições externas, mas a capacidade de agir racionalmente e eticamente dentro do mundo (Hegel, 1807/2008, p. 155). Essa liberdade, para Hegel, não é um conceito abstrato ou individualista, mas algo que só pode ser alcançado quando o indivíduo se insere em uma totalidade ética, ou seja, quando ele reconhece sua responsabilidade social e age em conformidade com as normas e valores da comunidade.

A educação, portanto, é o meio pelo qual o espírito humano se desenvolve e se torna capaz de agir de acordo com sua verdadeira liberdade. Em Hegel, a educação não é vista como um processo de transmissão de conteúdos, mas como um processo de formação do indivíduo como ser racional e ético. A educação é um meio de permitir que o espírito humano se reconcilie

com suas contradições internas e externas, alcançando uma liberdade que não é apenas a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de maneira ética e responsável no mundo. Nesse sentido, a educação tem um caráter profundamente ético e social, pois só é possível alcançar a verdadeira liberdade quando o indivíduo é capaz de se integrar à comunidade e às instituições sociais que regulam a vida em sociedade.

A liberdade, no pensamento de Hegel, é inseparável da razão e da ética. Para ele, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando o indivíduo age em conformidade com a razão universal, ou seja, quando suas ações estão alinhadas com os princípios éticos que regem a vida social. Hegel argumenta que a liberdade é a reconciliação da vontade individual com a vontade universal, e isso só é possível quando o indivíduo age de acordo com a razão e a ética (Hegel, 1820/2008, p. 220). A educação, assim, se torna o meio pelo qual o indivíduo alcança essa liberdade ética, sendo o processo de formação da razão e da moralidade para a eticidade, permitindo ao indivíduo agir de forma consciente e responsável dentro das instituições sociais.

Em Hegel, o conceito da liberdade está profundamente relacionado ao papel das instituições sociais e políticas, especialmente o Estado. Ao contrário de muitos filósofos liberais¹, que entendem o Estado como uma entidade opressiva, Hegel vê o Estado como a realização concreta da liberdade humana. Para Hegel, o Estado não é uma instituição externa ao indivíduo, mas a forma na qual a liberdade se concretiza na realidade social. Ele afirma que o Estado é a concretização da liberdade, pois é nele que o indivíduo pode se desenvolver plenamente e alcançar sua liberdade racional e ética (Hegel, 1820/2008, p. 245). A educação, nesse contexto, é o meio pelo qual o indivíduo se prepara para participar ativamente da vida no Estado, reconhecendo sua responsabilidade social e política.

Além disso, a educação hegeliana é profundamente social e comunitária. Hegel defende que o indivíduo só pode alcançar sua liberdade quando ele se insere na comunidade e age em conformidade com as normas e valores dessa comunidade. Em sua obra *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel escreve que a liberdade não é uma conquista individual isolada, mas algo que só se realiza dentro da estrutura ética e racional do Estado (Hegel, 1820/2008, p. 237). Esse entendimento de liberdade como algo social e comunitário está em contraste com as concepções individualistas de liberdade que predominam em outras correntes filosóficas. Para Hegel, a liberdade verdadeira só é alcançada quando o indivíduo reconhece sua dependência

¹ A crítica ao Estado como potencial entidade opressora é um tema recorrente no liberalismo. Para John Locke, a legitimidade do governo reside em sua capacidade de proteger os direitos naturais à vida, liberdade e propriedade, tornando-o tirânico se violar essas prerrogativas. Adam Smith, pai do liberalismo econômico, advogava o *laissez-faire*, argumentando que a intervenção estatal na economia obstaculiza a liberdade e o progresso.

das instituições sociais e políticas e age de acordo com os princípios éticos e racionais que essas instituições representam.

No entanto, a educação, para Hegel, não é um processo passivo de absorção de informações, e sim um processo ativo e dialético, no qual o espírito se desenvolve por meio da superação das contradições internas e externas. A educação, assim, é o meio pelo qual o indivíduo se torna capaz de superar suas limitações iniciais e alcançar um nível superior de racionalidade e liberdade. Nesse processo, a liberdade não é algo dado, mas algo que se conquista através do desenvolvimento do espírito, conforme ele escreve na sua obra *Fenomenologia do Espírito*: “A liberdade é um processo de autossuperação, onde o espírito se reconcilia com suas contradições internas e externas e alcança sua verdadeira autonomia” (Hegel, 1807/2008, p. 168).

Essa ideia de liberdade como processo de superação é fundamental para a compreensão da educação em Hegel. Nesse sentido, a educação, para ele, é o meio pelo qual o espírito humano² se desenvolve e se reconcilia com as contradições da vida social e política. A educação é o processo que permite ao indivíduo alcançar sua liberdade plena, não no sentido de ser livre de restrições, mas no sentido de ser livre para agir de maneira racional e ética dentro das instituições sociais e políticas. Nesse sentido, a educação é essencial não apenas para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas também para o desenvolvimento moral e ético, permitindo que ele se torne um cidadão responsável e autônomo dentro da sociedade.

O conceito de liberdade e de educação em Hegel nos permite uma visão profunda e complexa sobre o papel da educação na formação do indivíduo e na construção de uma sociedade ética e racional. Repetimos que a liberdade, para Hegel, não é uma condição dada, mas algo que deve ser conquistado ao longo do processo da formação do homem. Assim a educação é o meio pelo qual o espírito humano se desenvolve, alcançando sua liberdade plena e se reconciliando com as contradições da vida social e política. Esse entendimento de liberdade e educação, portanto, oferece uma base teórica sólida para repensar as práticas pedagógicas contemporâneas, especialmente em contextos em que a formação integral³ do ser humano

² Posteriormente vamos deixar claro para a compreensão do pensamento de Hegel, quem é o ser humano na sua visão, visto que a formação integral é o conhecimento verdadeiro do homem na sua totalidade.

³ A formação integral é uma abordagem educacional que vai muito além do ensino de conteúdos acadêmicos tradicionais. Ela busca desenvolver o indivíduo em sua totalidade as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social, espiritual e cultural. O objetivo é formar cidadãos completos, capazes de atuar no mundo de forma crítica, autônoma e colaborativa. Nesse sentido a nossa intenção é relacionar a formação integral com a Formação ética proposta por Hegel. No texto vamos usar por vezes formação integral com o mesmo sentido de uma formação ética.

através da ética tendo por fundamento a liberdade do indivíduo são essenciais para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Este trabalho se propõe a explorar a relação entre os conceitos de Liberdade (Freiheit) Educação (Erziehung) no pensamento de Hegel, buscando demonstrar como esses conceitos são fundamentais para a formação integral do ser humano. Para isso, inicialmente, buscaremos compreender a proposta de Hegel sobre a educação (Erziehung), investigando suas nuances e seu papel no desenvolvimento individual e social. Em seguida, faremos uma análise aprofundada do conceito de liberdade (Freiheit), conceito central para a nossa pesquisa, conforme delineado na ética hegeliana. Por fim, o estudo se dedicará a verificar a unidade entre esses dois pilares, a educação e a liberdade, na filosofia de Hegel, culminando na demonstração de como esses elementos se conectam para a formação integral do homem nesse contexto filosófico.

Esta pesquisa sobre o conceito de liberdade e educação em Hegel se justifica pela sua relevância para compreender como os princípios filosóficos do pensador alemão podem ser aplicados à educação contemporânea, especialmente em um contexto mundial caracterizado por desafios sociais, políticos e educacionais. A filosofia hegeliana oferece uma visão holística e profunda sobre a formação do indivíduo e sua integração com as estruturas sociais e políticas, questões que continuam a ser centrais nos debates educacionais modernos. A educação, para Hegel, não é apenas uma ferramenta de transmissão de conhecimento, mas um meio pelo qual o espírito humano se desenvolve, alcançando sua liberdade plena e se integrando à sociedade de maneira ética e racional. A análise de como esses conceitos podem ser aplicados à realidade educacional do século XXI justifica-se, pois oferece percepções valiosas para a formação de cidadãos autônomos e responsáveis.

Em primeiro lugar, a pesquisa justifica-se pela importância de compreender a concepção hegeliana de liberdade e sua aplicação na educação. Hegel propôs que a verdadeira liberdade não é a ausência de restrições externas, mas sim o processo de autossuperação, no qual o indivíduo supera suas contradições internas e se integra a um contexto social e ético. Esse entendimento de liberdade como um processo contínuo de desenvolvimento e reconciliação com as normas sociais e políticas desafia a concepção tradicional de liberdade, muitas vezes reduzida à ideia de ausência de limitações ou mediações. Em um contexto contemporâneo, onde a liberdade individual e a autonomia são frequentemente interpretadas de maneira individualista, o pensamento de Hegel propõe uma visão mais integrada, que reconhece a importância da coletividade e da ética na construção de uma liberdade plena.

A justificativa da pesquisa também se encontra na necessidade de aprofundar a análise da liberdade em um contexto educacional. A educação, para Hegel, é o processo que permite ao indivíduo se tornar consciente de sua própria liberdade e de seu papel dentro da sociedade. Nesse sentido, a educação é o cerne não apenas para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas também para sua formação moral e ética, preparando-o para agir de maneira responsável dentro da sociedade. A pesquisa justifica-se, pois propõe a reflexão sobre como esses conceitos hegelianos podem ser integrados no currículo educacional, promovendo a formação integral do homem que não só seja livre em suas escolhas pessoais, mas também capazes de agir de maneira racional e ética no mundo.

Outra razão importante para a justificação desta pesquisa é sua relevância para o contexto educacional brasileiro. O Brasil enfrenta uma série de desafios em seu sistema educacional, incluindo desigualdade de acesso à educação de qualidade, defasagem de aprendizado e fragmentação dos currículos, que muitas vezes não contemplam a formação ética e cidadã dos alunos. A filosofia de Hegel oferece uma perspectiva valiosa para repensar esses problemas. Hegel sugere que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando o indivíduo é educado dentro de uma totalidade social que engloba uma formação integral, que inclui tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética em todos os seus aspectos. Isso é especialmente relevante em um país como o Brasil, onde a educação deve ser entendida não apenas como um processo técnico de aquisição de conhecimento, mas também como um meio de formação de cidadãos autônomos, responsáveis e éticos.

A pesquisa também se justifica ao considerar o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao enfatizar a importância da educação como formação ética, Hegel oferece uma base teórica para a construção de currículos que promovam não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos, a importância da participação ativa na vida social e política e a integração dos indivíduos à vida comunitária. Essa abordagem é particularmente importante para o Brasil, onde o processo de democratização e a busca pela equidade educacional continuam sendo questões essenciais.

A pesquisa justifica-se, ainda, pela sua contribuição para a aplicação das ideias hegelianas nas práticas pedagógicas contemporâneas. A pedagogia moderna, em muitas de suas abordagens, busca o desenvolvimento da autonomia do aluno, e os princípios hegelianos de liberdade e educação oferecem um quadro teórico que pode enriquecer essas práticas. A autonomia, na filosofia hegeliana, não se limita a uma independência individualista, mas envolve a participação ativa em um sistema racional e ético, no qual o indivíduo se reconhece

como parte de uma totalidade. A pesquisa contribui ao mostrar como a educação, de acordo com Hegel, pode ser o meio para desenvolver essa autonomia de forma ética e responsável, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade, onde as decisões individuais devem ser tomadas com responsabilidade social e ética.

Além disso, ao analisar os discursos contemporâneos sobre a educação que visam à autonomia e à formação ética do aluno, a pesquisa busca estabelecer conexões com o pensamento de Hegel, especialmente com as ideias sobre a educação como desenvolvimento do espírito livre. As propostas pedagógicas que buscam formar cidadãos críticos e autônomos, como as teorias de Paulo Freire, possuem muitas semelhanças com as visões de Hegel sobre educação e liberdade. A pesquisa, portanto, justifica-se por integrar as ideias filosóficas de Hegel com as práticas pedagógicas contemporâneas, proporcionando uma base teórica para as metodologias que buscam promover uma educação crítica, emancipatória e ética.

A filosofia de Hegel continua a ser um ponto de referência importante nas discussões filosóficas contemporâneas, e seu pensamento sobre liberdade e educação oferece compreensões fundamentais para a reflexão sobre os problemas educacionais atuais. Ao tratar da educação como um meio para alcançar a liberdade moral e ética, Hegel oferece uma alternativa à educação tradicional, muitas vezes focada apenas no desenvolvimento técnico e intelectual. Destacamos a importância de uma formação integral que contemple tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação ética, preparando os alunos para uma participação ativa e responsável no mundo atual.

Além disso, a pesquisa contribui para o diálogo entre filosofia e educação, abordando como as teorias filosóficas podem ser aplicadas para resolver problemáticas atuais. O conceito de liberdade em Hegel, por exemplo, propõe uma visão que vai além da mera liberdade individual e aponta para uma liberdade que se realiza em relação à coletividade. Essa visão pode ser útil para reimaginar a função da educação na construção de uma sociedade mais justa, na qual os indivíduos não sejam apenas livres, mas também responsáveis por suas ações e conscientes do impacto de suas escolhas na comunidade em que vivem.

A relevância de explorar o conceito de liberdade e educação em Hegel fundamenta esta pesquisa, especialmente no contexto atual em que os desafios educacionais e sociais exigem uma reflexão profunda sobre o papel da educação na formação ética do indivíduo. Ao integrar a filosofia de Hegel com as questões contemporâneas da educação, oferecemos uma base teórica sólida para repensar práticas pedagógicas que busquem promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também uma formação ética do aluno. A educação, para

Hegel, é um meio de realizar a liberdade verdadeira, e esse entendimento continua a ser um guia importante para a construção de uma educação mais justa, responsável e integral.

2. O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE HEGEL E O CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo de apresentar e analisar o conceito de liberdade e educação na filosofia de Hegel, abordando como esses conceitos se inter-relacionam dentro de seu sistema filosófico. Para isso ter o conhecimento do contexto histórico e filosófico do qual a filosofia de Hegel está inserida é essencial. Como citado anteriormente a educação, para Hegel, não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas uma dimensão essencial para o desenvolvimento da liberdade do indivíduo e a sua inserção em uma totalidade ética e racional, como o Estado. Este capítulo explorará a forma como Hegel entende a educação como o processo pelo qual o espírito se desenvolve e se realiza, superando as contradições internas e externas, e alcançando sua liberdade plena.

O capítulo começa com uma apresentação do contexto histórico, social, filosófico e político que Hegel está inserido para demonstrar o conceito de liberdade no seu pensamento, destacando que, para ele, a liberdade não se resume à ausência de mediações, mas ao movimento dialético pelo qual o indivíduo supera sua condição de mera individualidade e se reconcilia com o todo social e ético. Esse desenvolvimento do espírito, que se dá por meio da educação, é a chave para a realização da liberdade, pois é através dela que o indivíduo se torna consciente de seu lugar na sociedade e das responsabilidades que acompanham a sua liberdade.

Em seguida, será explorada a relação entre a educação e o Estado ético. Para Hegel, o Estado é a concretização da liberdade, e a educação é o meio pelo qual o indivíduo se prepara para atuar de forma racional e ética dentro das instituições sociais e políticas. O Estado, longe de ser uma entidade opressora, é a expressão máxima da liberdade, onde o indivíduo encontra o espaço para sua realização plena. A educação, nesse sentido, é vista como a formação do indivíduo e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capacitando-os a participar ativamente na vida pública.

Ao longo deste capítulo, também será discutida a importância da educação na formação ética do indivíduo. A filosofia hegeliana sugere que a liberdade e a ética são inseparáveis, e que a verdadeira liberdade só é alcançada quando o indivíduo age dentro de um contexto ético coletivo, reconhecendo e respeitando as normas e instituições que regulam a vida em sociedade.

Por fim, este capítulo busca refletir sobre as implicações do pensamento educacional de Hegel para a educação contemporânea. Como os desafios da educação atual podem ser enfrentados com base no entendimento de Hegel sobre a formação do espírito e a

realização da liberdade? Pretende-se, portanto, fornecer uma reflexão crítica sobre as possibilidades e limitações do conceito de liberdade e educação em Hegel, trazendo à tona a relevância dessas ideias para os desafios educacionais enfrentados no contexto moderno.

2.1 O Idealismo Alemão e a Influência no pensamento de Hegel

O Idealismo Alemão, movimento filosófico predominante no final do século XVIII e início do século XIX, teve um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Influenciado por pensadores anteriores como Immanuel Kant, Johann Gottlieb Fichte e Friedrich Wilhelm Joseph Schelling, Hegel reformulou várias questões importantes da filosofia, abordando temas como a liberdade, a ética, a história e a formação do espírito. Para compreender a contribuição de Hegel para a filosofia, é crucial primeiro analisar as ideias que precederam e influenciaram seu pensamento, em especial as de seus predecessores diretos no Idealismo Alemão.

Immanuel Kant (1724-1804) é frequentemente considerado o fundador do movimento do Idealismo Alemão. Sua crítica ao racionalismo e empirismo tradicionais estabeleceu as bases para a filosofia moderna. Kant propôs que o conhecimento humano não se limita à percepção passiva de objetos no mundo, mas é moldado pela estrutura da própria mente. Para Kant, o sujeito não é um receptor passivo de impressões sensoriais, mas um agente ativo que organiza essas impressões de acordo com categorias mentais, como tempo, espaço e causalidade. Essa visão revolucionária, conhecida como a "Revolução Copernicana" na filosofia, representou uma ruptura com a metafísica tradicional e abriu caminho para a reflexão sobre a relação entre o sujeito e o objeto.

O impacto de Kant sobre Hegel foi profundo. Kant havia desenvolvido a ideia de que o conhecimento humano é limitado pela estrutura da mente, mas ao mesmo tempo, ele enfatizou a autonomia do sujeito. Hegel, no entanto, criticaria essa limitação kantiana. Para ele, a razão não é apenas uma estrutura cognitiva que organiza o conhecimento, mas uma força dinâmica e histórica que se realiza ao longo do tempo. Hegel acreditava que o processo de autocompreensão da razão culminava na liberdade e na autonomia plena do sujeito, o que ele chamava de "autoconsciência"⁴.

⁴ Como observa o filósofo brasileiro Adauto Novaes (2010), "Kant, ao sublinhar os limites do conhecimento, deu o primeiro passo para que os filósofos posteriores, especialmente Hegel, desenvolvessem uma visão mais dinâmica e histórica da razão." NOVAES, Adauto. Hegel e a Filosofia da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) foi outro filósofo crucial para o Idealismo Alemão, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do conceito de subjetividade. Fichte avançou as ideias de Kant, focando na primazia do "Eu" (ou "Ich") como fundamento de toda a realidade. Para Fichte, a realidade objetiva é, em última instância, uma projeção da atividade do Eu. Ele acreditava que o "Eu" não poderia ser entendido isoladamente, mas como uma força que se define em relação ao "Não-Eu", ou seja, ao mundo externo. O processo de autoconhecimento do "Eu" era visto como essencial para a liberdade, pois ao se reconhecer, o sujeito poderia agir de maneira autônoma.

A principal contribuição de Fichte para Hegel foi a ênfase na liberdade e na autoconsciência do sujeito. No entanto, Hegel viu em Fichte uma concepção excessivamente individualista, que não conseguia abarcar a totalidade da realidade. Hegel acreditava que o "Eu" fichteano deveria ser compreendido como parte de uma totalidade histórica e social mais ampla. Nessa perspectiva Hegel teria como ponto de partida o pensamento de Fichte mais teria superado o seu pensamento para uma visão mais dialética.⁵

Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854), por sua vez, foi um pensador que se distanciou de Fichte, focando no conceito de natureza e no Absoluto. Schelling via a natureza como uma manifestação do espírito, sendo uma força dinâmica que, como a razão, se desenvolve e se realiza ao longo do tempo. A natureza, para Schelling, não era algo estático e subordinado ao sujeito, mas uma instância de expressão do espírito, em que o espírito e a natureza estavam profundamente interligados. Além disso, Schelling via o Absoluto como uma unidade que englobava tanto a natureza quanto o espírito, e para ele, a filosofia deveria buscar a compreensão dessa totalidade.

O impacto de Schelling sobre Hegel foi significativo, especialmente no que diz respeito à ideia de que o espírito e a natureza são indissociáveis. No entanto, Hegel criticaria a visão de Schelling sobre o Absoluto, pois considerava que o filósofo havia tornado essa totalidade demasiado abstrata. Para Hegel, o Absoluto não deveria ser visto como algo além da história e da realidade concreta. O filósofo brasileiro Luiz Pereira (2001)⁶ observa que Hegel

⁵ O pensador brasileiro José Arthur Giannotti (1996) argumenta que a ênfase de Fichte no indivíduo e sua liberdade absoluta foi um ponto de partida para Hegel, mas ele logo superaria essa visão, integrando o sujeito em uma totalidade dialética, onde a liberdade se realiza na relação com o outro e com a história. (GIANNOTTI, José Arthur. *Filosofia Contemporânea e Sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.)

⁶ "Se em Schelling a natureza é o Absoluto em sua objetividade imediata, e o Espírito a sua subjetividade que o reflete e reproduz em si, em Hegel a identidade do real e do ideal, da natureza e do espírito, não se dá como uma unidade estática e originária, mas como um processo dinâmico de auto constituição do Absoluto, que se desdobra e se concretiza na história e na sociedade, mediante o trabalho do espírito." (PEREIRA, 2001, p. 115)

buscou transformar a noção de Absoluto de Schelling, não mais como uma unidade misteriosa e distante, mas como um processo dialético que se realiza na história e na sociedade.

Hegel, ao construir sua filosofia, procurou integrar as contribuições de Kant, Fichte e Schelling, mas ao mesmo tempo, superá-las. Para Hegel, o Espírito (ou razão) se realiza na história por meio de um processo dialético que é tanto individual quanto coletivo. O sujeito, a liberdade e a razão não são mais entidades isoladas, mas aspectos de um movimento histórico que se desdobra na realidade. Hegel via a história como um processo de autoconsciência do espírito, em que cada estágio é uma superação do anterior, formando um todo dialético.

Hegel, ao contrário de Kant e Fichte, concebe a liberdade e o conhecimento como um processo dialético que se realiza na totalidade da história, na qual o sujeito não é uma entidade isolada, mas parte de um movimento universal. Assim, propôs uma filosofia que não apenas traz as ideias dos filósofos anteriores, mas também vai além essas concepções, estabelecendo um sistema filosófico que via a liberdade, a ética e o espírito como elementos interdependentes e em constante desenvolvimento.

A influência do Idealismo Alemão sobre Hegel foi imensa, mas também marcadamente crítica. Hegel não apenas assimilou as contribuições de Kant, Fichte e Schelling, mas também os superou, desenvolvendo uma filosofia mais abrangente que via o espírito humano como um processo histórico e dialético. Enquanto Kant e Fichte tinham uma visão mais limitada da razão e da liberdade, Hegel integrou esses conceitos dentro de uma totalidade histórica e social, criando um sistema filosófico que ainda hoje exerce grande influência nas ciências humanas e sociais.

2.2 A Educação e o Desenvolvimento do Espírito em Hegel

A filosofia hegeliana busca compreender a realidade em sua totalidade, concebendo-a como um sistema. Esse sistema se desenvolve em três momentos fundamentais: a lógica, a natureza e o espírito. Essa estrutura é explorada nos três volumes da Enciclopédia das Ciências Filosóficas (1830).

A obra *Fenomenologia do Espírito* (1807) serve como preâmbulo à filosofia hegeliana, funcionando como a "porta do sistema". Por meio dela, ocorre o processo de desenvolvimento da Certeza sensível para o Saber Absoluto, permitindo o acesso ao sistema filosófico de Hegel. Essa concepção é apresentada tanto na *Fenomenologia do Espírito* quanto, de forma mais concisa, na *Enciclopédia das Ciências filosóficas*, onde se aborda o processo de desenvolvimento da consciência.

Para explicar o sistema, Hegel utiliza o método dialético especulativo. Esse método impulsiona o movimento, partindo dos princípios de identidade para alcançar a diferença e, assim, estabelecer relações. O sistema hegeliano opera, portanto, através da dialética especulativa de afirmar, negar e, por fim, a negação da negação, gerando a superação e o movimento dialético.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a essência do espírito é a liberdade. A passagem da Natureza para o Espírito, e da necessidade para a liberdade, conforme apontado por Hegel, não é de fácil compreensão. Hegel afirma:

Essa passagem da necessidade para a liberdade não é uma passagem simples, mas uma gradação de muitos momentos, cuja exposição a filosofia da Natureza constitui. No grau mais alto dessa suprassunção do fora-um-do-outro – na sensação – o espírito essente em si, aprisionado na natureza, chega ao seu começo do ser-para-si e assim, à liberdade. (HEGEL, 1995, p. 21)

No processo do sistema filosófico de Hegel, faz-se a diferença dos conceitos que a Ideia e ou Razão desenvolve no processo dialético da Lógica do pensamento para a exterioridade da Natureza para alcançar o Espírito que se manifesta de três formas: O espírito Subjetivo, espírito Objetivo e o Espírito Absoluto.

Na filosofia de Hegel, o conceito de Espírito Subjetivo é o primeiro momento para a compreensão do desenvolvimento do indivíduo e da constituição da sua consciência. O Espírito, em sua fase subjetiva, refere-se ao desenvolvimento da autoconsciência do ser humano, especialmente no que diz respeito à formação moral e psicológica⁷. Esse processo não ocorre de maneira isolada, mas está intrinsecamente relacionado ao ambiente social e cultural, e, nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental.

⁷ É importante destacar que a compreensão que trazemos aqui tanto da formação moral como psicológica não é entendida como se descreve anterior ao pensamento de Hegel ou no nosso contexto atual. Utilizamos os conceitos do pensamento de Hegel sobre a moralidade, que exploraremos posteriormente, e a psicologia, que se constitui essencialmente na passagem do espírito subjetivo para o objetivo em Hegel.

“O manifestar no conceito é [o] criar do mundo como ser do espírito, no qual ele se proporciona a afirmação e verdade de sua liberdade.” (HEGEL, 1995, p.26) tanto na forma como no conteúdo. Neste modo podemos estabelecer a relação também com a possibilidade e a efetividade que se mostram como unidade. Devemos ressaltar que o Espírito se manifesta tanto como Espírito Finito (Subjetivo e Objetivo) quanto infinito (Absoluto).

2.2.1 O Conceito de Espírito Subjetivo em Hegel

O conceito de Espírito Subjetivo em Hegel se refere ao estágio inicial do desenvolvimento do Espírito (ou razão), que é individual e interior. Para Hegel, a realização do Espírito é um processo gradual e dialético, no qual o indivíduo passa por diferentes momentos, começando pela autoconsciência e culminando na reconciliação com a totalidade do mundo e da história. O Espírito Subjetivo, portanto, é a primeira fase desse processo, e refere-se ao desenvolvimento da consciência do indivíduo sobre si mesmo e sua relação com o mundo.

Na visão de Hegel, o Espírito subjetivo é o ser humano que é inicialmente simples e imediata. O indivíduo começa a perceber a si mesmo de maneira fragmentada e ainda não desenvolveu uma consciência plena de sua identidade. Hegel (2008) explica: O indivíduo começa a perceber-se no mundo apenas de maneira imediata, e sua relação consigo mesmo ainda é uma relação exterior. A consciência de si é, portanto, um processo que se desenvolve ao longo do tempo, com o Espírito passando por transformações que o levarão a uma forma de autoconhecimento mais profunda e integrada. Esse processo de desenvolvimento da Consciência no espírito subjetivo se dá no estudo de três áreas do conhecimento a saber: A antropologia, a fenomenologia e a Psicologia.

O filósofo brasileiro Coutinho (2007)⁸ destaca que o Espírito Subjetivo é a base do movimento dialético da razão, na qual o ser humano começa a tomar consciência de si, mas ainda de forma limitada, não completamente integrada à totalidade do mundo. Esse movimento do Espírito Subjetivo é caracterizado pela busca do indivíduo por liberdade, autonomia e autocompreensão. Essa busca não é apenas individual, mas está inserida em um contexto social e histórico. O desenvolvimento do Espírito Subjetivo está, portanto, ligado à superação das contradições internas e à transformação das experiências pessoais em um entendimento mais amplo da realidade.

⁸ COUTINHO, Sérgio. *A Filosofia da História em Hegel*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. Sérgio Coutinho explora a complexa visão hegeliana sobre o desenvolvimento histórico como a realização progressiva da Razão e da Liberdade. O autor analisa como Hegel compreende a história não como um acúmulo de eventos aleatórios, mas como um processo teleológico, ou seja, com um fim em si mesmo, impulsionado pelo Espírito. aborda a forma como Hegel via a história como um palco onde o Espírito se desenvolve e se torna consciente de si, superando contradições através da dialética. Isso significa que, para Hegel, os conflitos e as tensões históricas são momentos necessários para o avanço da liberdade, culminando na ideia do Estado como a concretização da liberdade e da racionalidade.

Na antropologia de Hegel, a alma⁹ representa uma dimensão intermediária, onde a natureza é superada, mas o espírito ainda não alcançou sua plenitude. É como o "sono inicial do espírito", que se desdobra em diferentes momentos.

Inicialmente, a alma natural manifesta qualidades inatas influenciadas por fatores geográficos e raças. Essa alma universal carrega determinações naturais e qualidades que refletem a influência do ambiente, como clima e estações. Hegel explora essas particularidades, chamando-as de "espíritos locais", que se evidenciam nas condições de vida e nas características físicas e éticas de cada povo.

Por fim, a alma evolui para a dimensão do sujeito individual, revelando o desenvolvimento do espírito subjetivo. Aqui, a alma se manifesta como um modo-de-ser, moldando as predisposições, temperamentos e talentos singulares de cada pessoa. Hegel destaca o papel fundamental da educação nesse processo de formação das particularidades individuais.

Indivíduos singulares são constantemente submetidos a mudanças, que vão além da educação. As contingências, como as diferentes fases (infância, juventude, velhice), exercem influência significativa. As diferenças culturais de cada povo ou local também impactam a formação e o desenvolvimento pessoal.

A mudança ocorre ainda na transição da introspecção para a busca de interação com outros, incluindo relações de gênero, as quais se estabelecem e ganham sentido no âmbito familiar. Conforme Hegel (1995, p. 81), o conhecimento do espírito concreto não é tratado na antropologia, sendo um estágio posterior. O despertar da alma marca o momento em que a alma natural transcende suas determinações iniciais e inicia sua relação consigo mesma¹⁰.

No movimento dialético a alma que sente, na sua efetividade, na alma efetiva momento de passagem para a consciência. Hegel a descreve do exterior na natureza vai como que se interiorizando para o Homem de suas características físicas para as suas dimensões interiores. Se manifesta na sua imediatez e no sentimento. O último grau desse sentimento de si é o *hábito* que é a interiorização da alma como essente, ou seja, um abstrato universal. Neste caminho para a liberdade o Hábito se torna fundamental na medida em que pelo "O hábito do direito em geral, o ético, tem o conteúdo da liberdade." (HEGEL, 1995, p. 169) Neste contexto compreende-se a importância do hábito pra que ao repetir as ações corpóreas podemos assim favorecer o mover do espírito.

⁹ Na enciclopédia das ciências Filosóficas (1830) Hegel entende alma como o desenvolvimento do Ser Humano, essa passagem é importante para compreender o conceito de homem para Hegel

¹⁰ "Pelo despertar, a alma natural do indivíduo humano entra em um relacionamento, para com sua substância, o qual deve considerar-se como verdade, como a unidade das duas relações que tem lugar entre a singularidade e a universalidade substancial – ou o gênero – do homem." (HEGEL, 1995, p. 84)

A alma efetiva é a unidade do exterior com o interior faz com que o traga no corpo as marcas da liberdade que se sente, e se dá a sentir, a alma pode assim passar da alma natural nas suas determinações, para a alma essente para si de modo abstrato e chegar a sua efetividade, desenvolvida que se separou da corporeidade e chega a sua unidade imediata.

No estudo da Fenomenologia, Hegel explora o desenvolvimento da consciência desde suas formas mais simples até o saber absoluto, perpassando diversas figuras como a certeza sensível, a percepção, o entendimento, a autoconsciência, a razão, o espírito. Descreve um movimento dialético em que cada estágio da consciência supera suas contradições internas e a si mesmo, culminando na compreensão de que a realidade é o próprio processo do Espírito, que se realiza na história e do reconhecimento mútuo. Hegel afirma: “Com efeito, ela tem aqui por *determinidade* própria, por forma imanente, o conceito puro existente para si mesmo:[o] Eu, a certeza de si mesmo como universalidade infinita. Essa verdade que é o *espírito*. (HEGEL,1995, p.209)

O desenvolvimento psicológico do indivíduo é um aspecto na fase do Espírito Subjetivo, que, para Hegel, é um processo contínuo e dialético pelo qual o ser humano se torna consciente de si mesmo e se reconhece como parte de um todo maior. A psicologia entendida como a dimensão do Espírito Subjetivo que faz a passagem do homem interior para a vontade livre.

Hegel considera que a educação deve ir além do ensino de habilidades técnicas e intelectuais. A educação, na visão de Hegel, é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do caráter interior do indivíduo. Ao longo do processo educacional, o indivíduo deve ser orientado a reconhecer suas responsabilidades e a entender as normas e valores que regem a sociedade. Nesse sentido, a educação é uma espécie de “formação ética” que prepara o sujeito para atuar dentro de uma comunidade, cumprindo seu papel social de maneira consciente e responsável. O filósofo vê a moralidade como um produto da convivência social, e é por meio da interação com outros que o indivíduo aprende a distinguir o que é ético, justo e correto em suas ações. Para Hegel, a moralidade não pode ser vista como algo intrínseco e isolado, mas como uma construção que surge e se desenvolve dentro do tecido social. Como ele mesmo afirma em *Filosofia do Direito* (2008), a moralidade é a capacidade de o indivíduo agir em conformidade com as normas universais, mas também de reconhecer que suas escolhas impactam a comunidade à qual ele pertence.

A educação, portanto, tem uma função crucial na formação dessa capacidade moral, sendo responsável por proporcionar o desenvolvimento das faculdades cognitivas e emocionais do sujeito. Essas faculdades são essenciais para que o indivíduo possa compreender e se ajustar

às normas sociais, além de ser capaz de agir de maneira ética dentro do seu contexto social. O que Hegel propõe é que a educação deve ser pensada como um processo de formação do caráter, onde o sujeito não apenas adquire conhecimento, mas também desenvolve uma consciência ética que o permite refletir sobre suas ações e fazer escolhas baseadas na razão. A educação hegeliana, assim, se configura como um meio de moldar o indivíduo de maneira que ele não apenas aprenda, mas também internalize os valores e as normas de sua comunidade, tornando-se um agente responsável e ético dentro do mundo social.

No que diz respeito ao desenvolvimento psicológico, Hegel também atribui à educação um papel essencial. Para ele, a formação psicológica não se restringe ao domínio do intelecto, mas também envolve a construção da identidade emocional e psíquica do sujeito. A educação é, portanto, um meio para ajudar o indivíduo a se reconhecer como um ser autônomo e livre, capaz de refletir sobre suas próprias experiências e emoções. Hegel explicita:

Porem essa liberdade, que tem o conteúdo e a meta da liberdade, ela mesma é antes de tudo conceito, princípio do espírito e do coração, e se destina a desenvolver-se em sua objetividade, em efetividade jurídica, ética religiosa, como também científica. (HEGEL, 1995, p. 275)

A educação, nesse caso, é entendida como um processo de autoconhecimento, onde o sujeito vai gradualmente se apropriando de suas emoções, conflitos internos e questões psicológicas, adquirindo assim uma unidade interna, fundamental para o equilíbrio emocional e psicológico¹¹.

A formação psicológica, segundo Hegel, é um processo de construção da autonomia e da autocompreensão. O indivíduo, por meio da educação, se reconhece como um ser que não é apenas definido por suas experiências externas, mas também por sua capacidade de refletir e agir com base em seus próprios princípios e valores. Esse desenvolvimento psicológico, portanto, é uma forma de autossuperação, onde o indivíduo aprende a lidar com suas contradições internas e a integrá-las em uma concepção mais elevada de si mesmo a partir da unidade do espírito teórico (a inteligência) e o espírito prático (a vontade) para tornar-se Espírito livre. Para Hegel, o autoconhecimento não é apenas a simples compreensão das próprias emoções ou traumas, mas sim o processo pelo qual o sujeito se torna capaz de atuar de

¹¹ MUNIZ, Durval. O Pensamento Político de Hegel: A Liberdade e o Estado. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005. Observa que, na visão de Hegel, o desenvolvimento psicológico não é uma simples aquisição de saberes intelectuais. Ele envolve também o cultivo da capacidade do sujeito de se autoanalisar e de tomar consciência de sua própria subjetividade.

forma racional e ética, baseando suas ações em uma reflexão profunda sobre seu papel na sociedade e na comunidade à qual pertence.

É importante destacar que a formação psicológica proposta por Hegel não se dá de maneira isolada, mas dentro de um contexto social e cultural. Ele afirma:

A cultura é, por isso, na sua determinação absoluta, a libertação e o trabalho da libertação mais elevada, a saber, o ponto de passagem absoluto para a substancialidade subjetiva infinita da eticidade, não mais como imediata, natural, porém espiritual e igualmente elevada à figura da universalidade. - Essa libertação é no sujeito o rigoroso trabalho contra a mera subjetividade do comportamento, contra a imediatidade do desejo, assim como contra a vaidade subjetiva do sentimento e o arbítrio do bel-prazer. (HEGEL, 1995)

O desenvolvimento do caráter e da identidade psicológica do indivíduo está intrinsecamente ligado às relações sociais que ele estabelece com os outros. O processo de socialização e de inserção do sujeito na sociedade é, portanto, essencial para a formação dos seus valores morais e de sua psiquê. A educação, nesse sentido, deve ser vista como um espaço no qual o indivíduo aprende a equilibrar suas necessidades e desejos individuais com as exigências da coletividade. Esse equilíbrio é fundamental para que o sujeito possa alcançar a verdadeira liberdade, que para Hegel não se resume à ausência de limites, mas à capacidade de agir de forma racional e ética dentro da sociedade.

O Espírito Subjetivo, conforme Hegel, não se limita à formação intelectual do sujeito, mas inclui também a construção de sua identidade ética e psicológica. Esse processo é dialético, ou seja, envolve a superação das contradições internas do indivíduo e a integração dessas contradições em uma visão mais ampla de si mesmo e do mundo. O indivíduo, ao longo de sua formação educacional, vai se tornando capaz de agir de forma ética e autônoma, reconhecendo o impacto de suas ações sobre os outros e sobre a sociedade como um todo. A educação, então, torna-se um processo essencial para a realização da liberdade plena.

Para Hegel, deve ser uma formação que leve o indivíduo a se perceber não apenas como um ser isolado, mas como parte de uma totalidade, ou seja, como um ser que se reconhece em suas relações com os outros e com a sociedade. Esse processo de formação, por sua vez, deve ser continuamente alimentado pela reflexão e pela análise crítica das próprias ações e emoções, o que permite ao indivíduo alcançar um nível mais elevado de liberdade e autossuperação. A verdadeira liberdade, para Hegel, é justamente a liberdade que se alcança quando o sujeito, por meio da educação, supera suas limitações internas e passa a se engajar de maneira responsável e ética no mundo social.

Portanto, a formação do indivíduo é um dos pilares fundamentais do pensamento educacional de Hegel. Ele vê a educação como um meio pelo qual o sujeito se desenvolve tanto intelectual quanto emocionalmente, alcançando uma unidade interna e uma consciência ética que o prepara para participar ativamente da vida social. A educação, para Hegel, é o processo que permite ao sujeito alcançar sua liberdade plena, que só é possível quando ele reconhece sua responsabilidade para com os outros e com a sociedade em que vive. Esse entendimento de liberdade, como algo que se realiza por meio da superação das limitações internas e da integração do indivíduo à comunidade, continua a ser uma base sólida para repensar as práticas pedagógicas contemporâneas e os desafios da formação moral e ética na educação.

O processo de constituição da consciência de si é importante para a compreensão do conceito de Espírito Subjetivo na filosofia de Hegel. Para o filósofo, a consciência de si não é um fenômeno estático ou um conhecimento simples da própria existência, mas sim um movimento dialético que envolve a passagem do indivíduo de uma percepção imediata e fragmentada de si para uma compreensão mais profunda e racional de sua identidade. Esse movimento de autocompreensão e de reconhecimento do próprio ser está intimamente ligado à interação do indivíduo com o mundo e com os outros. A educação, portanto, desempenha um papel crucial nesse processo, pois é por meio da educação que o sujeito é desafiado a refletir sobre si mesmo, a questionar suas crenças, valores e comportamentos, e a compreender sua posição dentro do mundo social e histórico.

Em sua obra *Filosofia do Direito* (2008), Hegel afirma que o processo educacional é, na verdade, a formação da autoconsciência, no qual o indivíduo começa a perceber-se como um ser autônomo, livre e capaz de pensar por si mesmo. A educação, assim, não é apenas a transmissão de conteúdo ou a simples adaptação às normas sociais, mas um processo dinâmico e contínuo de desenvolvimento interior e de reconhecimento do próprio potencial para a liberdade e a autonomia. A educação é entendida por Hegel como uma jornada de autoconhecimento, que se desenrola no enfrentamento das contradições internas e externas do sujeito, permitindo-lhe chegar a uma consciência mais elevada de si e de seu papel na sociedade.

A educação hegeliana, portanto, não é apenas um meio para adaptar o indivíduo às exigências externas da sociedade, mas sim uma prática libertadora, que busca emancipar o sujeito das limitações impostas pela ignorância e pela alienação. Através da educação, o indivíduo adquire a capacidade de refletir sobre si mesmo, de questionar suas crenças e de tomar decisões de maneira consciente e ética, em conformidade com sua razão e com os valores universais que regem a convivência humana. Assim, a educação hegeliana torna-se um meio fundamental para o desenvolvimento da autonomia do sujeito.

Além disso, A consciência de si, segundo Hegel, não é um dado imediato, mas algo que se constrói ao longo do tempo, por meio de um processo de autossuperação e de integração das contradições da experiência humana. Para o filósofo, a verdadeira consciência de si só é alcançada quando o indivíduo reconhece sua relação com os outros e com a sociedade. A consciência de si, portanto, é dialética e social, pois se realiza na interação com o mundo e na superação das limitações impostas pela alienação e pela ignorância.

No contexto hegeliano, a alienação é entendida como um estado no qual o indivíduo não se reconhece plenamente como sujeito, mas como um ser separado de sua própria essência. A educação, ao contrário, visa precisamente a superação dessa alienação, permitindo que o sujeito se reconcilie consigo mesmo e com o mundo ao seu redor. Em *Fenomenologia do Espírito* (2008), Hegel descreve como a consciência, ao longo de sua trajetória, se enfrenta com sua própria fragmentação e alienação, buscando uma unidade mais profunda que somente será alcançada por meio da reconciliação consigo mesma e com o outro. Esse processo dialético de superação das contradições internas e externas é o que torna a educação um caminho de realização plena do indivíduo como sujeito ético e racional.

Nesse sentido, a educação não é apenas uma preparação para a vida social, mas um processo que permite ao indivíduo atingir um entendimento mais profundo de sua própria existência e de sua liberdade. Para Hegel, a verdadeira liberdade é a capacidade do sujeito de se autodeterminar e de agir conforme a razão e a ética dentro de um contexto social. A consciência de si, portanto, é inseparável da liberdade, pois é somente ao alcançar uma compreensão plena de sua identidade e de sua relação com o mundo que o indivíduo pode se tornar verdadeiramente livre. A liberdade, nesse sentido, é uma conquista interna que depende da capacidade do sujeito de superar suas limitações e de se integrar de forma plena e consciente à totalidade social e histórica da qual faz parte.

A educação, assim, exerce um papel essencial na formação dessa consciência crítica e autônoma, sendo o processo pelo qual o indivíduo adquire as ferramentas necessárias para compreender sua própria subjetividade e sua posição no mundo. No entanto, esse processo não é unidirecional ou imediato, mas envolve uma série de etapas e desafios que exigem esforço, reflexão e autossuperação. Para Hegel, a educação é fundamentalmente um processo dialético, que envolve não apenas a assimilação de conteúdos, mas a construção de uma consciência ética que permita ao sujeito se reconhecer como parte de um todo maior. A educação é, portanto, um meio de desenvolver não só as faculdades cognitivas do indivíduo, mas também suas capacidades morais, éticas e sociais, preparando-o para participar ativamente da vida política e comunitária.

Além disso, o conceito de educação hegeliano envolve a ideia de que o sujeito se reconhece como um ser que não apenas busca a sua liberdade individual, mas também a liberdade coletiva, no contexto das instituições sociais e políticas. A verdadeira liberdade, para Hegel, só pode ser alcançada quando o indivíduo reconhece sua relação com os outros e com a sociedade, e age de forma racional e ética dentro desse contexto. Esse entendimento de liberdade como algo coletivo e social, e não apenas individual, é um dos principais aspectos da filosofia de Hegel e é central para a sua visão de educação.

Em termos práticos, a educação em Hegel não se limita à mera adaptação às normas sociais, mas deve ser um processo transformador que permite ao sujeito se reconhecer como parte de um sistema ético mais amplo. A educação deve, portanto, formar indivíduos que não apenas adquiram conhecimento, mas que também desenvolvam a capacidade de agir de maneira responsável e ética dentro da sociedade. Nesse sentido, o processo de constituição da consciência de si é inseparável da formação moral e ética do sujeito, que deve ser capacitado a refletir sobre suas escolhas e ações em relação ao bem comum.

O conceito de liberdade, tal como desenvolvido por Hegel, implica uma superação do entendimento individualista de liberdade, prevalente em muitas filosofias liberais. A liberdade hegeliana não se trata de um afastamento das normas ou das limitações impostas pela sociedade, mas da capacidade do sujeito de agir de maneira ética dentro de um contexto social, reconhecendo sua interdependência com os outros. A educação, para Hegel, deve ser entendida como um processo que prepara o indivíduo para agir dentro dessa totalidade social, proporcionando-lhe as ferramentas necessárias para compreender sua responsabilidade social e política.

Esse processo de constituição da consciência de si, em última instância, visa a realização de uma liberdade verdadeira, uma liberdade que só pode ser alcançada quando o sujeito se reconhece plenamente em sua relação com os outros e com as instituições sociais e políticas. A educação, portanto, deve ser um meio de formação que leve o indivíduo a superar suas limitações internas e externas, para que ele possa alcançar uma consciência plena de si e de sua liberdade.

O papel da educação na constituição da consciência de si, segundo Hegel, é fundamental para a formação de um sujeito livre, autônomo e ético. A educação não apenas proporciona ao indivíduo as ferramentas necessárias para a aquisição de conhecimento, mas também é um processo profundo de autoconhecimento e de superação das contradições internas. A educação hegeliana, ao englobar aspectos cognitivos, morais e sociais, prepara o sujeito para se integrar plenamente à sociedade, reconhecendo sua responsabilidade dentro do

contexto histórico e social. Nesse sentido, a educação é o meio pelo qual o indivíduo atinge sua liberdade plena, não como uma liberdade individualista e isolada, mas como a capacidade de agir racionalmente e eticamente dentro de uma totalidade social.

A educação no contexto do Espírito Subjetivo, conforme a visão de Hegel, não deve ser vista apenas como um meio de transmissão de conhecimentos técnicos ou acadêmicos, mas como um processo holístico que envolve a formação do homem como um todo, através da Antropologia, da dimensão histórico e cultural do próprio ser Humano, da formação da consciência, na fenomenologia, e a psicológica, na formação da vontade livre para atingir uma formação ética do indivíduo. O objetivo da educação, para Hegel, é possibilitar a realização da autonomia, e da consciência de si e da liberdade, dentro de um contexto social e histórico. A educação é o processo que permite ao indivíduo transcender suas limitações pessoais e se integrar na totalidade da sociedade, onde a liberdade individual se realiza no contexto da liberdade coletiva.

No contexto moderno, as implicações do pensamento de Hegel para a educação são profundas. Ele nos oferece uma abordagem que não se limita à instrução técnica, mas que visa à formação integral do ser humano, levando em consideração seus aspectos morais, psicológicos e sociais. A educação, na visão hegeliana, deve ser entendida como um processo de autodescoberta e desenvolvimento da liberdade, que permite ao indivíduo alcançar sua plena realização como ser humano.

O Espírito Subjetivo, como primeiro momento do desenvolvimento do Espírito em Hegel, é um processo de formação que envolve a constituição da consciência de si e a superação das limitações pessoais. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é por meio da educação que o indivíduo adquire a capacidade de refletir sobre si mesmo e de alcançar sua liberdade. A educação hegeliana, ao focar não apenas no desenvolvimento intelectual, mas também na formação moral, psicológica e ética do sujeito, contribui para a construção de uma consciência crítica e autônoma, capaz de se reconhecer como parte integrante de uma sociedade mais ampla.

2.2.2 O Espírito Objetivo: A Educação nas Instituições Sociais

A Filosofia de Hegel é uma gradação de momentos que seguem uma sequência dialética na passagem do Espírito Subjetivo (ser humano) para a sua exterioridade, o Espírito Objetivo (nas instituições), cuja mediação se dá pelo Direito ou pela ideia do Direito.

A primeira dimensão a se pensar é o porquê de Hegel propor a questão da liberdade

a partir do direito positivo, sendo o direito o sistema de regulação de conduta através das leis. Na sua obra *Princípio da Filosofia do Direito*, de cunho político e ético, Hegel trata sobre o ideal da liberdade humana em uma sociedade livre e justa. Assim, a liberdade, para ele, deve ser universal e concretizada nas instituições, e o direito Abstrato é o primeiro momento que é necessário e pressuposto para uma sociedade livre.

Portanto, é no direito positivo que podemos perceber o primeiro anúncio da liberdade, onde o indivíduo se torna pessoa. Hegel fala da diferença que existe entre os indivíduos humanos e animais. Aqui destacamos o ser humano. Para ele, o indivíduo é um ser que possui singularidade, identidade e características próprias. Já a natureza é sujeita a si mesma, ao passo que os indivíduos são autônomos, independentes e se apresentam como livres, dotados de inteligência e consciência. O conceito de pessoa vai além da simples singularidade e particularidade, envolve a capacidade de relações sociais e um agir moral que possibilita o reconhecimento de um sujeito de direitos e deveres. Esse conceito de pessoa é um momento necessário para compreender o conceito da liberdade, cuja mediação se dá pelo direito positivo como seu primeiro momento.

O direito positivo anuncia que todo indivíduo humano é consciente e livre. Na obra citada, Hegel apresenta uma crítica com relação ao pensamento dos filósofos contratualistas, como Locke e Hobbes¹², que mostram o homem como estando em “estado de natureza” e que só passam ao “estado social”, formando a sociedade, a partir de um acordo entre indivíduos e governante, ou seja, a partir do contrato social. Hegel não concebe essa dimensão simplista de sociedade, pois aí não se atinge a universalidade das liberdades plenas, posto que na complexidade das relações sociais, o Estado não é uma mera convenção, e sim uma manifestação do Espírito ou Razão que vai além dos interesses individuais e/ou particulares que se estabelecem no sistema de corporações próprio do Estado contratualista. O Estado, enquanto locus de realização da liberdade plena, se estabelece na medida em que a sociedade alcança uma compreensão ética.

Portanto, o direito positivo não é somente o direito como forma da lei, mas é uma das expressões da Ideia do direito¹³, o ideal de liberdade que passa por mediações. Para Hegel, a ideia do direito, de um modo geral, é a ideia da liberdade mediada pelo direito positivo e se

¹² Filósofos ingleses que influenciaram a filosofia política do século XVII, e que foram considerados os precursores do contratualismo e da ideologia liberal.

¹³ Observe que podemos encontrar na filosofia de Hegel dois sentidos para a palavra direito: primeiro para indicar uma parte do sistema que é o direito abstrato ou direito dos juristas; segundo para indicar o direito universal concreto que envolve todas as determinações da liberdade, trata-se, aqui, do direito em geral, ou seja, do direito público.

constitui na unidade da moralidade com a eticidade para a efetivação da liberdade. Reforçando, para que ocorra esse processo, são necessários momentos ou etapas que se efetuam no âmbito da moralidade objetiva ou eticidade, cujas formas de exteriorização do Espírito se dão pela família, pela sociedade civil até chegar ao Estado, onde a liberdade deve ser plena e universal.

É a partir do direito positivo, que é um momento da liberdade, que Hegel percebe e anuncia o caráter universal da liberdade, ou seja, que ela é para todos. Portanto, a partir do pensamento moderno, Hegel defende que, pelo direito jurídico, todos nós somos iguais e livres. Para se falar de liberdade concreta, é necessário então que a liberdade seja externalizada para o ser livre e, portanto, é preciso que haja liberdade social, liberdade de convivência na comunidade e de coexistência, requisitos esses que são garantidas pelo direito abstrato ou universal.

A ideia do direito abstrato inicia-se pelo direito positivo porque podemos perceber um princípio de liberdade que é exterior na forma da coisa, mas que é reconhecido por uma vontade particular. Essa dimensão exterior do direito ainda não garante a concretude da sua efetivação, ou seja, é limitado, necessitando de outros momentos, conforme já dissemos, que são a moralidade e a eticidade. Em suma, o direito positivo em Hegel é visto como o primeiro momento da liberdade porque é através dele que a liberdade individual pode ser efetivamente exercida e reconhecida na sociedade. Hegel argumenta que a liberdade é uma dimensão fundamental da natureza humana e que a sua realização plena requer a existência de um sistema social e político por meio do qual os indivíduos possam exercer seus direitos e ter segurança legal.

No sistema filosófico de Hegel, o conceito de Espírito Objetivo representa a manifestação concreta da liberdade humana por meio das instituições sociais e políticas que estruturam a vida dos indivíduos. Essas instituições, como a família, a sociedade civil e o Estado, são vistos como fundamentais para a realização plena da liberdade, pois são elas que organizam a vida social e fornecem os meios necessários para que os indivíduos possam expressar e concretizar sua autonomia. Hegel concebe a liberdade não apenas como um direito individual abstrato, mas como algo que se realiza de forma concreta na interação entre os sujeitos e as instituições que compõem o mundo social.

A primeira instituição mencionada por Hegel para a concretização da liberdade é a família, que é o lugar inicial no qual o indivíduo experimenta a eticidade, ou seja, a vivência de valores éticos compartilhados. Afirmar Hegel:

Os filhos tem o direito a serem sustentados e educados como os recursos do patrimônio comum da família. O direito dos pais aos serviços dos filhos enquanto serviço funda-se no elemento comum do cuidado da família em geral e restringe-se a ele. Do mesmo modo, o direito dos pais sobre o arbítrio dos filhos determina-se pelo fim de mantê-los e de educa-los na disciplina. O fim das punições não é a justiça enquanto tal, senão que é de natureza subjetiva, moral, é a dissuasão da liberdade que está ainda enredada na natureza e a elevação do universal em sua consciência e na sua vontade. (HEGEL,2022)

Para Hegel, a família é o espaço primário onde os indivíduos começam a internalizar os valores sociais e éticos necessários para sua participação na vida pública. Nesse contexto, ele coloca uma grande ênfase no amor, no cuidado mútuo e nas relações afetivas entre seus membros. O amor, no pensamento de Hegel, não é uma mera emoção ou sentimento individual, mas sim uma força que forma e estrutura a vida ética do ser humano, criando os vínculos necessários para o desenvolvimento moral.

A família tem, portanto, um papel essencial na formação do caráter dos indivíduos e na introdução dos mesmos à vida social, sendo o primeiro ambiente no qual eles tomam consciência de sua responsabilidade moral. Hegel destaca que, ao vivenciar relações baseadas no amor e no respeito dentro da família, o indivíduo é educado para reconhecer as normas que regem a convivência social e a importância de agir de acordo com o que é certo e justo, com base em princípios éticos compartilhados por todos. No entanto, conforme discute Souza (2019), a família não é suficiente por si só para garantir a total realização da liberdade do indivíduo. Ela apenas capacita os membros para que possam avançar em direção à vida em sociedade, ao permitir que compreendam suas limitações e a necessidade de se submeter a normas coletivas.

Depois da família, a próxima instituição relevante no pensamento de Hegel é a sociedade civil, um domínio que desempenha um papel crucial na formação da liberdade privada dos indivíduos. De acordo com Hegel, a sociedade civil é o espaço em que a liberdade privada se manifesta de forma concreta, um local onde os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades pessoais e interesses privados. No entanto, essa busca por interesses muitas vezes conflitantes gera tensões e disputas, o que coloca a sociedade civil como um campo dinâmico, marcado pela interação entre os desejos individuais e as exigências da coletividade. A compreensão de Hegel sobre a sociedade civil vai além de uma mera arena de competição; ela é também um espaço de mediação e resolução de conflitos, essencial para o funcionamento da vida social.

Para Hegel, a sociedade civil é o local onde os indivíduos se encontram como membros de uma coletividade, mas ainda buscam a realização de seus próprios interesses,

muitas vezes privados e pessoais. A liberdade privada, nesse contexto, não é uma liberdade absoluta, mas uma liberdade que se desenvolve dentro dos limites impostos pelas instituições sociais. Essas instituições desempenham um papel vital, pois são elas que estruturam e organizam os conflitos entre os interesses privados, garantindo que a liberdade individual não entre em colisão com o bem comum. O mercado, as corporações, as associações voluntárias e, mais geralmente, as diversas formas de organização social, são as instituições responsáveis por mediar essas tensões e permitir que a sociedade civil funcione de maneira harmônica.

Como observa Nicolau (2013)¹⁴, é através da administração pública, da justiça e da organização da economia que os conflitos da sociedade civil podem ser suavizados. O papel dessas instituições é essencial para garantir o funcionamento adequado da vida comunitária. No entanto, essa suavização dos conflitos não significa a eliminação das divergências, mas sim a criação de mecanismos e estruturas que possibilitam a convivência pacífica e o cumprimento das normas sociais. A sociedade civil, nesse sentido, é entendida por Hegel como um espaço intermediário entre a liberdade individual e a realização da liberdade universal. Ela é, portanto, um domínio onde os indivíduos, por meio de suas atividades e associações, buscam resolver suas necessidades e interesses sem depender diretamente do poder estatal.

O conceito de sociedade civil em Hegel está intimamente ligado à ideia de que a verdadeira liberdade não é uma liberdade isolada, mas uma liberdade que se realiza dentro de uma totalidade social e institucionalizada. A liberdade privada, tal como é entendida na sociedade civil, é a liberdade dos indivíduos de buscar e satisfazer suas necessidades, mas também de se engajar com os outros de maneira que preserve a ordem e a unidade social. Esse conceito é fundamental para a compreensão de como Hegel vê a liberdade: não como algo que se exerce de forma isolada ou sem qualquer consideração pelas relações sociais, mas como um direito que se concretiza no contexto da vida em sociedade, através de instituições que regulam e estruturam as interações entre os indivíduos.

No pensamento hegeliano, as instituições da sociedade civil não são apenas espaços de conflito, mas também de aprendizado e desenvolvimento. A interação entre os indivíduos e suas instituições permite que os sujeitos adquiram uma compreensão mais profunda das complexas relações sociais, além de desenvolverem habilidades e competências essenciais para sua atuação no mundo. O mercado, as corporações, as associações, e outras formas de organização social, desempenham um papel educativo, permitindo que os indivíduos compreendam as dinâmicas de negociação, adaptação e mediação necessárias para resolver as

¹⁴NICOLAU, Luiz. Hegel e a educação pública: Fundamentos teóricos e implicações para a formação do cidadão. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 29, n. 2, p. 159-176.

tensões que surgem quando interesses privados entram em conflito. Esse aprendizado é vital para a formação do cidadão, pois proporciona a ele os conhecimentos e as habilidades necessários para participar ativamente da vida cívica e política, dentro de uma perspectiva de liberdade e responsabilidade social.

Essa esfera de mediação e resolução de conflitos, além de proporcionar a liberdade privada dos indivíduos, também prepara os cidadãos para o exercício da liberdade universal, que se concretiza no Estado. De acordo com Hegel, a liberdade universal é a liberdade que se realiza plenamente quando o indivíduo se insere nas instituições do Estado, sendo capaz de atuar não apenas de acordo com seus interesses privados, mas com a consciência de seu papel dentro da coletividade. A sociedade civil, ao proporcionar um espaço para a realização da liberdade privada, prepara o terreno para a transição do indivíduo para a esfera do Estado, onde a liberdade é exercida de forma mais plena e integrada às normas e valores sociais.

Além disso, o caráter educativo das instituições da sociedade civil também se manifesta na forma como elas desenvolvem a capacidade de reflexão crítica nos indivíduos. Ao interagir com as diversas instituições sociais, os indivíduos não apenas atendem às suas necessidades, mas também são levados a refletir sobre o impacto de suas ações e decisões no contexto mais amplo da sociedade. A educação cívica que se dá nesse processo envolve a compreensão de que a liberdade individual deve ser compatível com a liberdade do outro e com as normas e direitos que regulam a convivência social. Essa reflexão crítica, essencial para o fortalecimento da cidadania, permite que os indivíduos não apenas busquem satisfazer seus interesses pessoais, mas também se engajem de maneira responsável e ética nas questões coletivas.

Hegel também enfatiza que a sociedade civil é uma arena onde os indivíduos desenvolvem uma compreensão mais profunda das complexidades das relações humanas, especialmente das tensões que surgem quando interesses privados colidem. Nesse espaço, os indivíduos aprendem a negociar e a cooperar, lidando com os conflitos de forma construtiva e equilibrada. As instituições da sociedade civil, como o mercado e as corporações, fornecem os meios pelos quais esses conflitos podem ser resolvidos e pela qual a unidade social pode ser alcançada. As disputas não são vistas como algo negativo ou a ser eliminado, mas como uma característica intrínseca à dinâmica social, que exige a criação de mecanismos para mediação e resolução. Nesse sentido, a sociedade civil, longe de ser um lugar de caos, é vista por Hegel como um espaço de organização e desenvolvimento, onde os indivíduos podem expressar sua liberdade de forma responsável e, ao mesmo tempo, contribuir para o bem comum.

A sociedade civil, segundo Hegel, deve ser vista também como um meio pelo qual os indivíduos desenvolvem suas capacidades de atuação cívica, o que é essencial para a realização da liberdade no Estado. As experiências vividas no âmbito da sociedade civil servem como uma preparação para a vida no Estado, pois oferecem aos indivíduos as ferramentas e os conhecimentos necessários para a participação ativa na vida política. A educação que se dá dentro da sociedade civil permite, portanto, que o indivíduo não apenas se reconheça como parte de um todo social, mas também como um agente responsável, capaz de contribuir para a construção de uma comunidade mais justa e harmônica.

Esse processo de preparação para o Estado também implica o desenvolvimento da noção de solidariedade, pois os indivíduos, ao participarem das instituições da sociedade civil, aprendem a valorizar as necessidades coletivas e a se engajar de maneira ativa na construção de uma vida social mais justa. A solidariedade, portanto, surge como um dos principais valores que emergem dentro da sociedade civil, permitindo que os indivíduos se reconheçam mutuamente em suas lutas e desafios, e trabalhem juntos para alcançar o bem comum. Hegel acredita que a sociedade civil, ao proporcionar esse tipo de interação entre os indivíduos, é um espaço crucial para o desenvolvimento de uma consciência cívica que será fundamental para o exercício da liberdade no Estado.

A sociedade civil, para Hegel, é um espaço complexo e multifacetado, onde a liberdade privada dos indivíduos se expressa de maneira concreta, mas também onde surgem os conflitos e as tensões que fazem parte da dinâmica social. As instituições dessa esfera têm um papel mediador, permitindo que os conflitos sejam resolvidos e que a unidade social seja alcançada. A sociedade civil também desempenha uma função educativa, desenvolvendo nos indivíduos as capacidades de reflexão crítica, negociação e adaptação necessárias para o exercício da liberdade no Estado. Portanto, a sociedade civil, longe de ser apenas um espaço de interesses privados, é também um campo fundamental para o desenvolvimento da liberdade social e cívica, preparando os indivíduos para o exercício pleno da liberdade no contexto das instituições políticas do Estado.

O Estado, na filosofia de Hegel, é considerado o ponto culminante do desenvolvimento do Espírito Objetivo, e representa a manifestação mais completa da liberdade ética. Para Hegel, é no Estado que se realiza a verdadeira liberdade, uma liberdade que não é simplesmente a ausência de restrições, mas a capacidade de um indivíduo agir de maneira racional e ética dentro de um sistema coletivo. O Estado surge como uma síntese superior dos conflitos e contradições que surgem nas esferas anteriores, como a sociedade civil, onde os indivíduos buscam a realização de seus interesses privados e, muitas vezes, entram em disputa

para satisfazê-los. Ao contrário da sociedade civil, que é marcada pela competição entre interesses individuais, o Estado oferece a oportunidade de resolver essas tensões de maneira estruturada, permitindo que a liberdade individual se harmonize com a liberdade universal.

Em sua obra *Filosofia do Direito* (2022), Hegel argumenta que o Estado é o lugar onde a liberdade se realiza plenamente, pois é nesse contexto que os indivíduos reconhecem sua identidade coletiva e, conseqüentemente, se tornam conscientes da necessidade de participar ativamente na construção de uma sociedade justa e ética. No Estado, a liberdade não é entendida como um direito individual e isolado, mas como uma liberdade que se realiza coletivamente, através da participação do indivíduo na vida pública e na tomada de decisões que afetam a coletividade. Dessa forma, a verdadeira liberdade, em Hegel, é a liberdade que se expressa através da participação ativa no processo político e social, na busca por uma ordem ética e justa para todos os membros da sociedade.

A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, pois ela é responsável por formar cidadãos conscientes de seu papel dentro do Estado e de sua responsabilidade em contribuir para o bem comum. A educação cívica não se limita a ensinar as normas jurídicas e políticas, mas também busca desenvolver nos indivíduos a capacidade de agir de maneira racional e ético no contexto social, ou seja, seu desenvolvimento total. Para Hegel, a participação política é o meio pelo qual os indivíduos concretizam sua liberdade ética, pois, ao se engajarem nas atividades públicas, como votar, legislar ou ocupar cargos públicos, os indivíduos afirmam sua identidade como membros de uma coletividade. Como observa Ramos (2003), para Hegel, o Estado não é uma estrutura imposta aos indivíduos, mas uma organização que resulta da vontade universal, a qual só pode ser plenamente compreendida e vivida por meio da atuação consciente e deliberada de seus membros.

Essa visão do Estado como a expressão da vontade universal (Estado ético) implica que as normas e as leis que regem o Estado não são meramente imposições externas aos indivíduos, mas sim reflexos do que é considerado justo e bom para todos. Para Hegel, as leis são as expressões da razão universal, e o indivíduo, ao submeter-se a elas, não está renunciando à sua liberdade, mas, ao contrário, está alcançando a verdadeira liberdade. Isso porque, ao agir em conformidade com a razão universal, o indivíduo se integra ao todo social e age de maneira que seus interesses privados se harmonizam com os interesses universais. Em outras palavras, o indivíduo realiza sua liberdade plena ao agir em consonância com o que é melhor para a coletividade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, onde os interesses de todos são atendidos de maneira equilibrada unindo assim razão e vontade.

No Estado, a liberdade não se resume à liberdade individual, mas se expande para uma liberdade ética, em que os indivíduos, por meio de sua participação ativa nas esferas políticas e sociais, alcançam uma compreensão mais profunda de seu papel na sociedade e se tornam agentes ativos na realização do bem comum. Nesse contexto, a educação dos cidadãos se torna essencial, pois ela não apenas ensina os cidadãos sobre suas obrigações e direitos dentro do Estado, mas também os prepara para desempenharem um papel ativo e responsável na vida política. A educação política, portanto, visa formar indivíduos que não apenas compreendam as leis, mas que também desenvolvam uma consciência crítica sobre sua aplicação e sobre o impacto que suas ações podem ter no coletivo. Dessa forma, o processo educacional no Estado se destina a formar cidadãos capazes de reconhecer e agir conforme os princípios éticos que fundamentam a vida política e social.

Afirma Hegel:

O Estado é a efetividade da liberdade concreta; ora a liberdade concreta consiste em que a singularidade pessoal e os seus interesses particulares tanto tenham seu desenvolvimento completo e reconhecimento do seu direito de si (no sistema da família, sociedade civil) quanto, em parte, passem por si mesmo ao interesse universal, em parte, com saber e vontade, reconheçam-no como o seu espírito substancial e sejam ativos a favor do universal como seu fim-último. (Hegel, 2022 p. 544)

Além disso, a ideia de liberdade ética em Hegel implica que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando os indivíduos se reconhecem como parte de uma totalidade maior, isto é, quando entendem que sua liberdade individual está intimamente ligada à liberdade dos outros e ao bem-estar coletivo. A liberdade no Estado, portanto, não é uma liberdade egoísta, mas uma liberdade que se realiza na convivência e na cooperação com os outros, em busca de uma ordem social justa e equitativa. Ao submeter-se às leis do Estado, o indivíduo não se vê como alguém que perde sua liberdade, mas como alguém que a conquista de maneira mais profunda, ao se integrar em um sistema de normas que é universalmente reconhecido como justo e razoável.

Essa reconciliação entre a liberdade individual e a liberdade universal no Estado é uma das contribuições mais importantes da filosofia hegeliana para a teoria política. O Estado hegeliano não é um Estado totalitário, mas um Estado em que os indivíduos são, ao mesmo tempo, livres e responsáveis. A liberdade no Estado é, portanto, uma liberdade ética, porque ela não se expressa em termos de interesses pessoais e egoístas, mas em termos de contribuição para o bem comum e para o fortalecimento das instituições que garantem o bem-estar coletivo. O Estado, para Hegel, é o espaço onde os indivíduos podem alcançar uma liberdade plena, que

não é apenas a liberdade de agir conforme seus próprios desejos, mas a liberdade de viver de acordo com a razão e com os princípios éticos que sustentam a vida em sociedade.

No Estado, as instituições políticas, como o governo, o sistema judiciário, e o sistema legislativo, desempenham um papel crucial na realização dessa liberdade ética¹⁵. Elas são responsáveis por garantir que as leis sejam justas e que os interesses privados dos indivíduos não prevaleçam sobre os interesses coletivos. O Estado também é visto como a esfera na qual o espírito humano se realiza plenamente, pois é no Estado que os indivíduos reconhecem sua relação com a totalidade social e se tornam conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A realização da liberdade ética, portanto, implica em um compromisso com a justiça social, com a cooperação e com a participação ativa na vida política e comunitária.

Em última análise, a filosofia de Hegel sobre o Estado oferece uma compreensão profunda da liberdade como um conceito ético e coletivo. A liberdade no Estado é a realização do espírito humano em sua totalidade, e é alcançada quando os indivíduos agem não apenas de acordo com seus interesses privados, mas também em consonância com os interesses da comunidade. Esse processo de realização da liberdade ética é facilitado pela educação política, que prepara os cidadãos para se engajarem de maneira responsável e ética nas atividades políticas e sociais, contribuindo para a construção de um Estado justo, racional e ético. Assim, o Estado é a realização concreta da liberdade ética, pois é nele que as contradições da sociedade civil se resolvem em uma unidade superior, permitindo que a liberdade individual e a liberdade universal se reconciliem.

A relação entre família, sociedade civil e Estado é uma interconexão fundamental para a compreensão do desenvolvimento do espírito humano e da realização de sua liberdade. A família fornece a base ética, onde os indivíduos aprendem os princípios fundamentais de convivência e moralidade. A sociedade civil, por sua vez, oferece o espaço onde os indivíduos podem expressar seus interesses pessoais e buscar sua satisfação, ao mesmo tempo que lidam com os conflitos gerados pela diversidade de interesses. Já o Estado atua como o ponto culminante onde essas diversas manifestações de liberdade se encontram e se reconciliam, permitindo que os indivíduos participem de uma ordem social justa e equilibrada.

A evolução dessas instituições, é o desenvolvimento do espírito objetivo de uma liberdade meramente individual para uma liberdade universal, alcançada quando o indivíduo se reconhece como parte integrante da comunidade. Por meio da educação, que é vital em todas

¹⁵ Essa liberdade ética é a liberdade enquanto concreta no Estado já que para Hegel o conceito de Liberdade é um processo dialético.

essas esferas, o ser humano é preparado para a participação ativa em uma sociedade ética, capaz de garantir e promover a igualdade e a justiça para todos.

A análise do Espírito Objetivo na filosofia de Hegel revela que a liberdade humana não é uma entidade isolada, mas uma realidade que se constrói coletivamente, por meio das instituições sociais. A família, a sociedade civil e o Estado são as três esferas que, em interação, proporcionam as condições para o pleno desenvolvimento e realização da liberdade ética. A educação, por sua vez, desempenha um papel essencial nesse processo, pois é através dela que os indivíduos se tornam conscientes de seus direitos e deveres, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade igual, justa e ética, onde a liberdade seja efetivamente vivida e compartilhada por todos.

2.2.3 O Espírito Absoluto: A Educação para a Arte, Religião e Filosofia

No sistema filosófico de Hegel, o conceito de Espírito Absoluto representa a culminância do desenvolvimento do espírito humano, integrando três dimensões culturais superiores: a arte, a religião e a filosofia. Essas três esferas não são vistas como elementos isolados, mas como etapas essenciais e interligadas na realização plena do espírito humano. Para Hegel, a evolução de cada uma delas contribui para a totalização do desenvolvimento humano, permitindo que o espírito alcance sua expressão mais completa e concreta. Dessa maneira, ele compreende que essas formas culturais são indispensáveis para a realização da liberdade e da autoconsciência, sendo, portanto, fundamentais para o processo de auto entendimento do indivíduo.

Para Hegel, a arte ocupa um papel de destaque, pois ela representa uma das formas mais primitivas e sensíveis de manifestação do espírito. A arte é, para ele, uma manifestação sensível da ideia, permitindo que o espírito humano se experimente de forma concreta e sensorial, além de proporcionar uma expressão estética do mundo interior do indivíduo. A arte serve como um meio pelo qual a liberdade humana se expressa e se reconhece no mundo sensível, ao transformar a realidade em uma forma que pode ser apreendida pelos sentidos, mas também carregada de significado profundo. A visão de Hegel sobre a arte destaca a sua função como uma linguagem universal capaz de comunicar experiências e emoções que transcendem os limites da linguagem comum. Ao fazer isso, a arte facilita a compreensão do mundo e de si mesmo, oferecendo uma ponte entre o mundo imediato e as dimensões mais profundas da realidade.

Hegel afirma: “o espírito da bela arte é portanto um limitado espírito-de-um-povo, cuja a universalidade essente em si, ao avançar a ulterior determinação de sua riqueza...”¹⁶. Assim, ele não oferece um conceito fechado de arte. Ao invés disso, ele coloca a arte em sua significação histórica e filosófica. A arte é entendida, assim, como um processo dinâmico, que muda ao longo da história e da cultura, mas que, em todos os tempos, serve ao propósito de expressar a liberdade humana e a autoconsciência. À medida que ela se eterniza na sua exterioridade de bela arte, ou na obra de arte. A arte permite que os indivíduos transcendam a imediatez da experiência cotidiana e acessem uma forma mais profunda de entendimento de si mesmos e do mundo ao seu redor. Ela abre uma janela para dimensões mais elevadas da realidade e da liberdade humana, tornando-se uma das principais formas pelas quais o espírito humano pode alcançar uma maior realização de sua essência. Nesse sentido para Hegel o espírito absoluto expressa na bela arte como uma religião singular em caminho para a religião verdadeira.

A religião ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento do espírito absoluto na filosofia de Hegel. Para ele, a religião é mais do que uma simples crença ou prática religiosa; ela é uma expressão revelada da busca humana por significado e conexão com o absoluto. Em sua análise, Hegel vê a religião como um meio fundamental pelo qual os indivíduos podem encontrar um propósito mais profundo, superando a limitação de sua existência individual e se conectando com algo maior, transcendental. A religião, então, desempenha um papel essencial na formação da autoconsciência do ser humano, proporcionando uma estrutura simbólica que orienta o entendimento do divino e de sua relação com o mundo.

Hegel acredita que a religião não se limita aos rituais e dogmas impostos pelas tradições religiosas, mas é uma experiência espiritual profunda, na qual o ser humano busca compreender sua posição no universo e sua ligação com o absoluto. Essa experiência religiosa, para Hegel, é uma forma de autocompreensão, onde o indivíduo não apenas se aproxima de uma realidade transcendente, mas também adquire uma compreensão mais clara de si mesmo. A religião, nesse sentido, não é apenas uma crença em uma divindade, mas uma forma de mediação entre o finito e o infinito, entre o humano e o divino. Ela oferece uma narrativa simbólica que ajuda o ser humano a entender sua existência e seu papel no mundo, permitindo-lhe formar sua identidade em consonância com um princípio universal.

Na visão hegeliana, a religião tem uma função vital no desenvolvimento da autoconsciência, uma vez que permite ao indivíduo se ver não apenas como uma parte separada

¹⁶ Hegel, 1995 p. 342

do universo, mas como alguém que está intimamente ligado ao todo. Esse entendimento da religião, segundo Hegel, está intimamente relacionado à sua teoria do espírito absoluto. O espírito absoluto, para ele, é a totalidade da realidade, que se manifesta em várias formas de expressão, incluindo a religião. Nesse contexto, a religião oferece uma forma simbólica de apreensão do absoluto, que possibilita ao indivíduo experimentar a verdade de maneira mais concreta e acessível do que em outras formas de conhecimento, como a filosofia pura.

Hegel argumenta que, nas suas expressões mais elevadas, a arte desempenha uma função de grande importância na religião, uma vez que ela não apenas transmite o espírito de Deus, mas também expressa a forma de Deus e, com ela, o conteúdo profundo do divino. A bela arte, então, serve como um meio de representar o espírito absoluto, facilitando o acesso à compreensão do divino por meio da intuição. Para Hegel, essas representações são essenciais, pois permitem que o ser humano se aproxime da realidade transcendente de forma acessível e compreensível. Em contraste com o conhecimento abstrato da filosofia, que pode ser distante e difícil de entender, a religião oferece uma experiência vivencial do absoluto, que é mais direta e imediata.

O aspecto simbólico da religião, com seus ritos e símbolos, é de extrema importância para a construção da autoconsciência. Através desses elementos, os indivíduos podem se conectar com o divino e, ao mesmo tempo, entender sua própria existência dentro de um contexto mais amplo. Hegel vê os símbolos religiosos como instrumentos de mediação, que ajudam a transitar entre o finito e o infinito, entre o humano e o divino. Esses símbolos e ritos, com seus significados profundos e transformadores, permitem que o indivíduo não apenas compreenda o divino, mas também se reconheça como parte de uma totalidade maior, que ultrapassa a sua existência individual.

Ao permitir que os indivíduos experimentem o absoluto de maneira acessível e vivencial, a religião oferece um quadro no qual é possível formar a identidade do sujeito e alinhar suas ações a um propósito transcendente. Nesse contexto, a liberdade do indivíduo não é apenas uma liberdade em termos de escolha individual, mas uma liberdade que se realiza de maneira significativa dentro de uma estrutura moral e ética mais ampla. A religião, para Hegel, ajuda a guiar os indivíduos no desenvolvimento de seus valores, ao mesmo tempo que permite que eles se conectem com um princípio universal. Essa relação com o divino, portanto, não apenas orienta a conduta moral do sujeito, mas também contribui para a sua liberdade pessoal, já que, ao agir de acordo com os valores universais, o indivíduo alcança uma liberdade que vai além dos interesses egoístas e particulares.

Além disso, a religião tem uma função formativa, na medida em que ela molda a os valores do indivíduo. A partir das representações, o indivíduo não apenas aprende sobre a divindade, mas também internaliza os princípios que orientam sua vida e sua conduta. A religião, portanto, exerce uma influência ética significativa, guiando o indivíduo a viver de maneira justa, virtuosa e em harmonia com o absoluto. Essa formação ética não é imposta de maneira externa, mas surge de uma experiência interna, na qual o indivíduo se conecta com a verdade universal que a religião oferece. Essa relação com a verdade divina, mediada por símbolos e ritos, permite que o sujeito se transforme e alcance um entendimento mais profundo de si mesmo e do mundo.

Em um nível mais elevado, a religião se torna uma forma de autocompreensão do espírito humano. Não se trata mais apenas de rituais ou dogmas externos, mas de uma experiência profunda da verdade e da realidade revelada. Hegel vê a religião como um caminho para o desenvolvimento espiritual e intelectual do ser humano, no qual ele não apenas se reconcilia com sua própria natureza, mas também se conecta com a totalidade do universo. Nesse processo de autocompreensão, a religião oferece o espaço para o indivíduo experimentar o absoluto, e, por meio dessa experiência, atingir uma compreensão mais elevada da realidade.

É importante destacar que a religião, para Hegel, não é algo que fica restrito à esfera privada ou pessoal, mas tem implicações públicas e sociais. A experiência religiosa molda não apenas a vida interior do sujeito, mas também sua relação com os outros e com a sociedade. O espírito absoluto, em sua manifestação religiosa, se realiza não apenas na consciência individual, mas na comunidade, no espaço coletivo onde a experiência do divino é compartilhada e compreendida por todos. Assim, a religião também cumpre uma função social, promovendo a união entre os indivíduos e oferecendo uma base ética para a convivência social.

Hegel explicita¹⁷:

Religião e filosofia coincidem em um só e mesmo objeto porque o conteúdo da religião é a verdade universal e absoluta, e a filosofia chama de ideia ao ser supremo e absoluto, Deus é a verdade absoluta. Deve ser representado como universal absolutamente concreto. (Hegel, 1981, p.96)

A religião na filosofia de Hegel não é uma entidade estática ou dogmática, mas um processo dinâmico e evolutivo, no qual os indivíduos buscam constantemente uma compreensão mais profunda do divino e de seu papel no mundo. A religião, em sua forma mais elevada, é uma experiência contínua de autocompreensão, onde o indivíduo se reconhece como

¹⁷ HEGEL, G.W.F, El concepto de religión, Mexico, Fondo de cultura econômica, 1981 (Hegel, 1981, p.96)

parte de uma totalidade espiritual, e se conecta com o absoluto de maneira cada vez mais profunda e significativa. É nesse processo contínuo de experiência que a religião cumpre sua função central na filosofia de Hegel, como um meio essencial de desenvolvimento da autoconsciência e de compreensão do absoluto.

A filosofia representa, para Hegel, a culminação do desenvolvimento do espírito humano, pois é na filosofia que o espírito alcança sua expressão mais elevada de autoconsciência e liberdade. Ao contrário da arte, que se expressa de maneira sensível, e da religião, que utiliza símbolos e ritos, a filosofia oferece uma compreensão racional e sistemática da realidade. Ela permite que os indivíduos transcendam as limitações da percepção sensorial e da fé, alcançando uma visão mais abrangente e integrada do mundo. Para Hegel, a filosofia não é apenas uma reflexão abstrata sobre o mundo, mas uma prática que possibilita a organização do conhecimento e a compreensão profunda dos processos históricos, sociais e culturais.

Para Hegel, é na filosofia que a liberdade e a razão se realizam de forma plena, pois a filosofia permite ao ser humano compreender as leis que regem o universo e a si mesmo, atingindo assim uma forma mais alta de liberdade. A filosofia proporciona ferramentas para a análise crítica das estruturas sociais, políticas e culturais, permitindo aos indivíduos se emanciparem intelectual e espiritualmente. Ao atingir um entendimento mais profundo da moralidade, da ética e do conhecimento, a filosofia contribui para o desenvolvimento integral do espírito humano, promovendo a reflexão e o questionamento constante. Nesse sentido, a filosofia é vista como a forma mais elevada de autoconsciência, pois é por meio dela que o indivíduo compreende sua posição no mundo e sua relação com o absoluto.

A educação para a liberdade, conforme Hegel, deve envolver a integração dessas três dimensões, ou seja, a arte, a religião e a filosofia. A arte desperta a sensibilidade e a imaginação, permitindo que o espírito se manifeste de forma concreta e sensorial. A religião, por sua vez, oferece um sentido de propósito e uma conexão espiritual, fornecendo aos indivíduos um caminho para compreender sua existência e se engajar com algo maior do que sua vida cotidiana. A filosofia, por fim, oferece a capacidade crítica e analítica que permite ao indivíduo alcançar uma compreensão racional e sistemática da realidade.

De acordo com Almeida (2020)¹⁸, arte, religião e filosofia são momentos do todo e também momentos da consciência no percurso de seu desenvolvimento rumo a si mesma como autoconsciência. Esta afirmação destaca a progressão dialética do espírito, onde cada uma

¹⁸ ALMEIDA, Cláudia de Campos. *Arte e verdade em Hegel e o pluralismo estético contemporâneo*. UFMG 2020. p. 35-39

dessas dimensões é uma etapa necessária para a realização da seguinte. A arte, com sua expressão sensorial, prepara o terreno para a busca religiosa, e a religião, com seus símbolos e ritos, abre caminho para a filosofia, que representa a forma mais alta de autoconsciência. Juntas, essas três formas culturais formam um percurso educacional que leva o indivíduo da experiência sensorial imediata à compreensão racional do absoluto.

A compreensão hegeliana do Espírito Absoluto oferece insights valiosos para a educação contemporânea. Ela sugere que uma formação completa deve incluir experiências estéticas, espirituais e filosóficas, promovendo o desenvolvimento integral do indivíduo. Em um mundo cada vez mais complexo, essa abordagem holística pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos e éticos, capazes de lidar com as questões globais e sociais de maneira responsável, com liberdade e autonomia.

Além disso, ao reconhecer a arte, a religião e a filosofia como componentes interconectados da experiência humana, a educação pode fomentar uma apreciação mais profunda pela diversidade cultural e pelo pensamento crítico, essenciais para a construção de uma sociedade democrática e pluralista. Em um cenário onde a tecnologia e a globalização impõem novos desafios, integrar essas dimensões culturais na educação permite aos indivíduos desenvolver uma visão mais equilibrada e reflexiva do mundo, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

O Espírito Absoluto, conforme concebido por Hegel, representa a realização plena do desenvolvimento humano, que ocorre por meio da integração da arte, da religião e da filosofia. Cada uma dessas dimensões culturais contribui de forma única para a educação para a liberdade, proporcionando diferentes caminhos para a autoconsciência e a compreensão do mundo. Ao integrar essas formas de expressão e conhecimento, a educação pode promover a formação de indivíduos livres, informados, críticos e compassivos, preparados para contribuir positivamente para a sociedade e para o desenvolvimento de uma cultura de liberdade e justiça universal.

2.3 A Filosofia de Hegel na modernidade

A Revolução Francesa (1789) desempenhou um papel crucial no pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, especialmente em sua concepção sobre a ética, a liberdade e o papel do Estado na realização da liberdade humana. Para Hegel, a Revolução Francesa foi um momento histórico de imensa significância, pois representava, ao mesmo tempo, uma afirmação

radical da liberdade individual e um teste para os limites da liberdade em uma sociedade organizada. A partir desse evento, Hegel desenvolveu uma filosofia política que tenta conciliar a liberdade individual com a liberdade coletiva, propondo uma nova compreensão do Estado como a instância que possibilita a plena realização da liberdade humana.

A Revolução Francesa foi um evento que, ao derrubar a monarquia absoluta e instaurar uma nova ordem republicana, promoveu ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Esses princípios estavam em desacordo com o sistema feudal e absolutista que dominava a Europa na época. Para Hegel, a Revolução Francesa não foi apenas um fenômeno político, mas um momento crucial na história do Espírito, um evento que manifestava o movimento dialético da história. A Revolução Francesa representou, para Hegel, uma tentativa de realizar a liberdade de forma concreta, rompendo com as velhas estruturas de poder e criando uma nova configuração de sociedade.

Hegel, no entanto, não via a Revolução Francesa de maneira unidimensional. Em sua obra *Princípios da Filosofia do Direito*¹⁹, ele afirma que a revolução foi ao mesmo tempo uma grande realização e uma grande contradição, pois, ao proclamar a liberdade e a igualdade, acabou por gerar caos e violência. A liberdade, ao ser imposta de forma absoluta e sem limites, acabou se tornando uma ameaça à própria ordem social.

Hegel teve uma concepção bastante diferente da liberdade em relação a pensadores liberais e modernos, como Locke, Rousseau e Kant. Para Hegel, a verdadeira liberdade não é simplesmente a ausência de restrições, mas sim a possibilidade de se autodeterminar dentro de uma totalidade racional e ética. A liberdade, para ele, se realiza na participação ativa do indivíduo nas instituições sociais e políticas, como a família, a sociedade civil e o Estado. A liberdade verdadeira não pode ser concebida de maneira isolada, mas sempre em conexão com os outros e com a comunidade.

No entanto, Hegel estava ciente dos perigos de uma liberdade que se dissocia de uma estrutura ética e racional. Ele argumentava que a liberdade não pode ser vivida como uma mera vontade subjetiva e abstrata, mas precisa se concretizar nas instituições e práticas sociais. A ética de Hegel entende a liberdade não como um conceito abstrato, mas como algo que se torna real através de um desenvolvimento social e histórico, manifestando-se nas instituições que organizam as interações humanas.

¹⁹ Aqui trabalhamos o que Hegel expressa no parágrafo 5 da *Filosofia do direito* (Hegel, 2022 p. 172) onde ele se refere a Revolução Francesa como “Fúria e destruição” aqui a liberdade se mostra como abstrata. Como observa o filósofo brasileiro Giannotti (1996), Hegel viu na Revolução Francesa a grande tentativa de afirmar a liberdade humana, mas também percebeu que, sem uma estrutura adequada de racionalidade e ética, essa liberdade poderia se transformar em anarquia.

Hegel também acreditava que a verdadeira liberdade só poderia ser alcançada quando o indivíduo se reconhecesse como parte de um todo mais amplo, que é o Estado. O Estado, para Hegel, é a realização concreta da liberdade, pois é nele que o indivíduo encontra a harmonia entre sua liberdade pessoal e a liberdade coletiva. O Estado não é uma entidade externa ao indivíduo, mas a sua manifestação concreta no mundo, que possibilita a plena realização da sua liberdade ética.

Em oposição à concepção liberal de Estado, que vê o Estado como uma mera instituição que protege a liberdade dos indivíduos, Hegel entendia o Estado como a instância que torna possível a liberdade de todos os cidadãos, na medida em que organiza a vida social e garante a justiça e a ética. O Estado hegeliano não é apenas um contrato social que limita o poder do governo, mas uma realização da razão e da liberdade histórica, que se desdobra através da dialética da história.

Hegel acreditava que a liberdade não poderia ser realizada apenas no plano individual, mas necessitava ser mediada por um Estado forte e racional. Para ele, a liberdade se realiza quando o indivíduo reconhece a sua identidade com o todo social, no qual a sua vontade individual é conciliada com a vontade geral. A verdadeira liberdade é, portanto, a liberdade de viver de acordo com as leis e normas de uma comunidade racional e ética. Nesse sentido, o Estado se torna a condição necessária para que a liberdade se realize plenamente.

A liberdade não é apenas uma questão de direitos individuais, mas de participação efetiva no Estado, como um agente que contribui para o bem comum e para a realização do Espírito na sociedade. O Estado, nesse sentido, não é apenas uma entidade coercitiva, mas a forma concreta da ética e da liberdade em um determinado momento histórico.

Apesar de ver o Estado como a realização da liberdade, Hegel também reconhecia que a liberdade individual pode entrar em conflito com as exigências da ordem social. A Revolução Francesa, com sua ênfase na liberdade absoluta, demonstrou as contradições dessa concepção. Quando a liberdade individual é levada ao extremo, sem a mediação das instituições e sem a consideração das necessidades coletivas, o resultado é a violência e a desordem, como o período do Terror durante a Revolução Francesa.

Hegel via a Revolução Francesa como um exemplo de como a liberdade pode se tornar destrutiva quando é dissociada das instituições que organizam a sociedade. No entanto, ele acreditava que o movimento histórico da liberdade era necessário para que a humanidade alcançasse um nível mais elevado de autocompreensão e racionalidade. A Revolução Francesa, com suas falhas, representava, portanto, um passo importante no desenvolvimento do Espírito, que se manifestaria mais plenamente nas instituições do Estado moderno.

A Revolução Francesa teve um impacto profundo no pensamento político de Hegel, que viu nela uma tentativa radical de realizar a liberdade, mas também uma prova dos perigos de uma liberdade absoluta e sem limites. Hegel propôs uma visão do Estado como a realização concreta da liberdade, onde o indivíduo se encontra com a razão e a ética de uma comunidade organizada. A liberdade, para Hegel, não é uma abstração, mas uma vivência concreta dentro das instituições sociais e políticas, que possibilitam o autodesenvolvimento do espírito humano. O Estado, nesse contexto, é a condição necessária para a realização plena da liberdade humana, pois ele organiza a vida social e oferece a estrutura necessária para que os indivíduos possam viver em harmonia com sua liberdade e com as liberdades dos outros.

A dialética especulativa é uma das características mais marcantes da filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel e constitui a espinha dorsal do seu sistema filosófico. O método dialético hegeliano é um processo dinâmico que busca compreender a realidade de maneira totalizante e em constante movimento. Ao contrário de abordagens analíticas que separam e fragmentam os objetos de estudo, Hegel propôs uma visão da realidade como um todo interconectado e em evolução. Esse processo dialético envolve três momentos fundamentais: a afirmação, a negação e a negação da negação, que juntos formam um ciclo contínuo de autossuperação e desenvolvimento do pensamento e da realidade. Nesta parte, vamos detalhar como esses momentos se estruturam e como eles se aplicam à filosofia de Hegel.

O processo dialético de Hegel é frequentemente descrito como uma tríade composta por três momentos interdependentes: a afirmação (tese), a negação (antítese) e a negação da negação (síntese). Para Hegel, esses três momentos não são processos independentes, mas estão em uma relação de totalidade, onde cada etapa não só nega, mas também preserva elementos das etapas anteriores. Essa dialética não é apenas um movimento lógico ou conceitual, mas reflete o próprio movimento da realidade, que se desenvolve de forma contínua e contraditória.

A afirmação (tese) representa a primeira fase de qualquer processo ou conceito. É a primeira afirmação de uma ideia ou estado, onde a realidade se apresenta de forma imediata e abstrata. No entanto, essa afirmação é sempre limitada, pois não leva em consideração as contradições internas que ela contém. Em Hegel é sempre um ponto de partida, um momento inicial que, embora pareça ser definitivo, contém em si a semente de sua própria negação.

A negação (antítese) surge como o movimento que contraria a tese, expondo suas limitações e contradizendo-a. A negação não é vista como uma destruição pura, mas como um momento necessário para o desenvolvimento do conceito, uma vez que revela a incompletude da tese. Hegel via a negação como essencial para a evolução do pensamento, pois ela leva à superação das contradições do estágio anterior. Assim, a negação é um movimento de

superação, trazendo uma contradição a tese e ao mesmo tempo permitindo a construção de uma nova etapa no movimento dialético.

A negação da negação (síntese) é o momento em que a contradição entre a tese e a antítese é resolvido, mas de forma que ambas as partes sejam preservadas em uma nova unidade mais rica e desenvolvida. Esse movimento não implica em um simples retorno à afirmação inicial, mas sim em uma transição para um estágio mais avançado de compreensão e realidade. A negação da negação é, portanto, o momento da reconciliação das contradições, onde a ideia ou a realidade se torna mais plena e complexa.

Para Hegel, o método dialético não é apenas uma ferramenta lógica ou epistemológica, mas reflete o próprio movimento da realidade. A filosofia hegeliana, em sua totalidade, é uma história da evolução do Espírito (ou razão), que se manifesta através da dialética histórica. O Espírito se desenvolve através de um processo contínuo de afirmação, negação e síntese, e cada estágio desse processo reflete um avanço na autocompreensão do Espírito.

Esse movimento dialético se aplica a diversas áreas da filosofia de Hegel, desde a lógica até a filosofia da história, passando pela ética e pela filosofia política. Em sua *Fenomenologia do Espírito*, Hegel descreve como a consciência passa por diferentes estágios, cada um dos quais é um reflexo da dialética. A consciência inicia sua jornada em um estado imediato e abstrato (tese), é confrontada com a contradição (antítese) e, por fim, alcança uma unidade mais elevada e mais complexa (síntese), onde se reconcilia com a realidade e com o próprio conceito de liberdade. Esse processo também é central para a compreensão da história, para a filosofia do direito e para a filosofia política de Hegel. O Estado, para Hegel, é a síntese da liberdade individual e da liberdade coletiva, uma realização concreta da liberdade que surge da tensão dialética entre o indivíduo e a sociedade.

O método dialético de Hegel é profundamente especulativo, o que significa que ele não se limita a um simples exame lógico ou empírico da realidade, mas busca uma compreensão profunda da totalidade. A dialética especulativa se propõe a captar a totalidade da realidade, considerando as contradições internas e o desenvolvimento histórico das ideias e das instituições. Para Hegel, a verdade só pode ser alcançada por meio da totalidade, e a razão se realiza ao compreender a unidade das contradições que surgem ao longo do processo histórico.

Essa visão totalizante da realidade é fundamental para a filosofia de Hegel, que se propõe a compreender não apenas os aspectos isolados da existência humana, mas a evolução do Espírito e da razão como um todo. Portanto para Hegel, a totalidade não é um simples

somatário de partes, mas uma síntese dinâmica que se desdobra ao longo da história e da filosofia.

A dialética especulativa de Hegel é um dos aspectos mais importantes e inovadores de sua filosofia. Através dos três momentos fundamentais afirmação, negação e negação da negação, Hegel oferece uma compreensão da realidade como um processo contínuo de desenvolvimento, onde a contradição e a superação das contradições são fundamentais para a evolução do pensamento e da realidade. Esse método não se limita à filosofia lógica, mas se aplica à totalidade da experiência humana, incluindo a história, a política e a ética. O pensamento de Hegel, portanto, nos oferece uma maneira de compreender a dinâmica da realidade e do pensamento como um movimento que se desdobra de maneira histórica e dialética.

A filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel exerce uma influência decisiva sobre a formação do pensamento filosófico contemporâneo, especialmente nas ciências humanas. O impacto da sua obra se faz sentir em diversas áreas, como a filosofia política, a ética, a história e a educação. Sua visão dialética, que busca compreender a totalidade da realidade e a evolução histórica do Espírito, não só modificou a filosofia de seu tempo, como também gerou discussões e desenvolvimentos que se estendem até os dias atuais. O pensamento hegeliano, apesar de ser profundamente enraizado no contexto da modernidade, continua a inspirar teóricos e filósofos contemporâneos, além de ser uma base crítica para a reflexão sobre as estruturas sociais e políticas atuais.

Hegel viveu em um período histórico marcado por profundas transformações sociais e políticas, especialmente após a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. A filosofia de Hegel surge como uma tentativa de compreender o movimento da história, a evolução do espírito humano e a formação de novas formas de organização social. Sua obra é, de certa forma, uma resposta aos desafios impostos pela modernidade, que se caracterizou pelo questionamento das antigas estruturas sociais, religiosas e políticas.

A modernidade, na filosofia de Hegel, é entendida como o momento da realização plena do Espírito (ou razão), e a história é vista como um processo dialético no qual as contradições são superadas e sintetizadas em novas formas de organização. O Estado, para Hegel, representa a culminação do processo histórico de liberdade, sendo a instância que torna possível a realização da liberdade individual e coletiva. A modernidade é o momento em que o Espírito se realiza plenamente, pois é nela que a razão se desenvolve de maneira histórica, através das instituições e das estruturas sociais.

A ideia de que a história é um processo dialético e que a liberdade se realiza dentro do Estado reflete uma visão da modernidade que enfatiza a importância das instituições e das normas sociais para a construção da liberdade humana. Hegel, ao contrário de pensadores liberais como Locke e Rousseau, vê o Estado como a verdadeira expressão da liberdade, e não como uma limitação a ela. Ele acreditava que a liberdade só poderia ser alcançada na totalidade da vida social, e não apenas no plano individual ou abstrato.

A filosofia hegeliana é central para a compreensão da evolução das ciências humanas. Sua visão da história como um processo de autoconhecimento do Espírito influenciou a forma como pensamos a relação entre o indivíduo e a sociedade, o desenvolvimento da moralidade e da eticidade, e a constituição do Estado. Hegel teve um impacto profundo na filosofia política, na filosofia da história, e nas ciências humanas. O próprio Marx, em sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (2011), realiza uma crítica direta à concepção hegeliana do Estado e da liberdade, mas seu pensamento é, de certa forma, moldado pela dialética hegeliana. Alguns conceitos que Marx utiliza por exemplo em sua filosofia são conceitos que traz a marca do pensamento hegeliano como a dimensão da alienação, trabalho entre outros.

A filosofia política de Hegel, por exemplo, é uma das bases para o pensamento contemporâneo sobre o Estado e a liberdade. Para Hegel, o Estado não é uma entidade externa ao indivíduo, mas a condição de possibilidade para a realização da liberdade. Em sua *Filosofia do Direito* (2008), ele explica que o Estado é o espaço em que o indivíduo alcança sua liberdade concreta, não de forma isolada, mas em interação com os outros. A noção de liberdade de Hegel, portanto, se distancia de uma concepção puramente liberal ou negativa, baseada apenas na ausência de limites. Para Hegel, a liberdade só se realiza na totalidade da vida social, o que implica em uma participação ativa no Estado.

Essa visão do Estado e da liberdade foi radical para o seu tempo, e continua a influenciar filósofos e pensadores sociais até hoje. A teoria política contemporânea, especialmente no campo da teoria crítica e da filosofia política pós-hegeliana, continua a debater as implicações do conceito de liberdade hegeliano. O pensamento político de Hegel, ao apresentar a liberdade como uma realização histórica e social, abriu espaço para a reflexão sobre as condições de possibilidade de uma liberdade universal, que não pode ser reduzida a uma simples relação entre indivíduo e Estado.

Além disso, Hegel teve um impacto profundo no desenvolvimento da filosofia da história. Sua concepção de que a história é um processo dialético, no qual o Espírito se desenvolve ao longo do tempo, foi revolucionária. Hegel via a história como um processo de autocompreensão do espírito humano, em que as contradições e os conflitos são superados e

transformados, na qual a educação contribui para formar novas formas de existência. Para ele, a história não é apenas uma sucessão de eventos, mas um movimento contínuo de desenvolvimento da razão e da liberdade.

Outro campo em que a filosofia hegeliana teve grande influência é a educação. Hegel não apenas abordou a educação como um tema filosófico em sua obra, mas também deixou um legado pedagógico importante. Seus escritos sobre a educação, como em *Escritos Pedagógicos* (2011)²⁰, refletem uma visão da educação como parte do processo dialético de desenvolvimento do Espírito. Para Hegel, a educação deve ser vista não como uma transmissão passiva de conhecimento, mas como um processo ativo de formação que envolve tanto o indivíduo quanto a sociedade.

A educação, na filosofia hegeliana, é fundamental para a realização da liberdade. Ela deve formar indivíduos que não apenas compreendam suas próprias capacidades, mas que também reconheçam sua relação com a totalidade social. A educação é, portanto, um processo de integração entre o indivíduo e a sociedade, e é por meio da educação que o indivíduo alcança sua autonomia e se torna um membro ativo da sociedade.

A importância da pedagogia em Hegel foi reconhecida por pensadores modernos que buscam compreender como as instituições educacionais podem contribuir para a formação de indivíduos autônomos e livres. A abordagem hegeliana da educação influenciou tanto a pedagogia progressista quanto as teorias educacionais críticas, que enfatizam o papel da educação na transformação social. O pesquisador Brandão (1999, p. 70) destaca que a educação hegeliana, ao buscar a formação integral do indivíduo, não se limita à mera transmissão de conteúdos, mas visa à formação de sujeitos capazes de participar ativamente na construção da sociedade.

A filosofia de Hegel continua a ser uma das grandes influências na filosofia e nas ciências humanas. Sua concepção dialética de história, liberdade e Estado, bem como sua visão da educação como um processo de formação integral do indivíduo, são questões centrais para a reflexão filosófica contemporânea. O impacto de Hegel não se limita à filosofia política, mas se estende à psicologia, à sociologia e à pedagogia. Sua visão de um processo histórico e dialético de autoconhecimento do Espírito, que se realiza através das contradições e superações, continua a ser uma das grandes heranças da modernidade para o pensamento filosófico contemporâneo.

²⁰ Os "Escritos Pedagógicos" de Hegel não é uma obra única escrita por ele com esse título, mas sim uma compilação póstuma de diversos textos, discursos, relatórios e anotações em que ele abordou o tema da educação. Copilados de discursos sobre a educação e a escola

3. A LIBERDADE NA FILOSOFIA DE HEGEL

Neste capítulo, será explorado o conceito de liberdade (Freiheit) em Hegel, abordando sua centralidade na filosofia hegeliana e como ela se relaciona com a ética, o Estado e a educação. A liberdade, para Hegel é a capacidade de agir de acordo com a razão e os princípios éticos, dentro de uma ordem social que permita o desenvolvimento integral do indivíduo. Ela é entendida como um processo dialético, em que o ser humano se realiza plenamente à medida que reconhece sua autonomia dentro de um contexto coletivo, com o reconhecimento do outro como condição fundamental para o exercício da liberdade.

No que se refere à ética, a liberdade hegeliana se realiza através da adesão a valores universais, que permitem a construção de uma sociedade justa. Para Hegel, o Estado desempenha um papel crucial nesse processo, pois é no Estado que a liberdade se concretiza de maneira plena, uma vez que ele é a manifestação da razão universal. A educação tem um papel essencial na formação da liberdade, pois é por meio dela que o indivíduo desenvolve sua capacidade de agir eticamente, reconhecendo sua responsabilidade dentro da sociedade e contribuindo para o bem comum. Assim, a liberdade, para Hegel, não é algo individualista, mas uma realização comunitária e ética.

3.1 A Liberdade como Autossuperação do Espírito

Na filosofia de Hegel, o conceito de liberdade (Freiheit) ocupa uma posição central e está intimamente ligado ao desenvolvimento do espírito humano. Diferente de uma concepção negativa da liberdade, que a entende como a ausência de restrições externas, Hegel vê a liberdade como um processo dialético e contínuo, no qual o espírito se realiza ao se reconciliar com suas contradições internas e externas. Para ele, a verdadeira liberdade não é simplesmente a ausência de coerção, mas a capacidade de superar as limitações impostas tanto pelo mundo exterior quanto pelas limitações interiores do indivíduo. Este processo de autossuperação é fundamental para a compreensão do conceito de liberdade na filosofia hegeliana, pois está diretamente relacionado à autonomia e à razão. A liberdade, assim, é mais do que um simples estado de ser livre de restrições externas; ela é, na verdade, um desenvolvimento contínuo da capacidade de se autolegitimar e agir de acordo com a razão em face das contradições que surgem ao longo da vida.

Hegel adota uma abordagem dialética para explicar o desenvolvimento da liberdade. Em sua visão, o espírito humano, ou a consciência, não atinge a liberdade de maneira imediata e sem conflitos, mas passa por um processo de autossuperação, que se dá por meio de uma série de contradições que precisam ser reconhecidas e superadas. Para Hegel, a liberdade está intrinsecamente ligada à razão, e a realização plena do espírito ocorre quando o indivíduo é capaz de agir de acordo com sua razão e suas escolhas conscientes. Isso significa que a liberdade não é um ponto final, mas um movimento dinâmico de superação e reconciliação das diversas contradições que surgem no processo de desenvolvimento do espírito. Cada contradição interna ou externa, quando reconhecida e superada, se torna uma oportunidade para um nível mais profundo de liberdade e entendimento.

A liberdade não é um dado natural, mas um processo de reconhecimento que envolve a superação de uma série de contradições internas e externas, permitindo ao espírito alcançar sua verdadeira autonomia. Esse reconhecimento das contradições, é o núcleo do processo dialético, que move o espírito de um estágio inferior de compreensão para um estágio superior, mais consciente e racional. A dialética hegeliana não é apenas uma luta entre opostos, mas uma síntese dessas contradições que resultam em uma forma mais completa e refinada de liberdade. Portanto, a liberdade não é uma condição dada, mas algo que é alcançado através de um esforço contínuo para superar limitações, tanto no âmbito pessoal quanto social.

No processo de autossuperação do espírito, o indivíduo enfrenta contradições dentro de si mesmo e no mundo ao seu redor. Essas contradições são inerentes à condição humana e devem ser reconhecidas e superadas para que o espírito alcance sua liberdade verdadeira. Hegel argumenta que, para se tornar verdadeiramente livre, o espírito deve ultrapassar a imediatividade de suas emoções e desejos e se voltar para a razão e a ética. Esse caminho dialético passa pelas mediações do direito abstrato, a moralidade para se chegar a eticidade. A autossuperação do espírito é um movimento dinâmico, onde o indivíduo transcende suas limitações iniciais e se reconcilia com suas contradições internas, alcançando uma forma mais elevada. Esse movimento constante de autossuperação é o que permite que o espírito humano se desenvolva e se aperfeiçoe ao longo do tempo, sem nunca se estabilizar em um ponto fixo.

O solo do direito é, em geral, o elemento-espiritual, e o seu lugar mais preciso e o seu ponto de partida são a vontade que é livre, de modo que a liberdade constitui a sua substância e a sua determinação, e que o sistema do direito é o reino da liberdade efetivada, o mundo do espírito produzido a partir do próprio espírito como uma segunda natureza. (HEGEL, 2022 p. 165)

Essa ideia de autossuperação não se limita ao indivíduo isolado, mas também se manifesta na dinâmica social e histórica. O desenvolvimento do espírito é um processo coletivo, que ocorre no contexto das relações sociais, culturais e políticas. O espírito não se realiza de forma plena em um vácuo social ou histórico; ele precisa do outro, da sociedade e do mundo para se reconhecer e se autoconstruir. Em essência, a liberdade vai além da realização pessoal; ela se concretiza por meio de um processo social que permite ao indivíduo se unir à coletividade e à totalidade da sociedade.

A liberdade em Hegel é fundamentalmente relacional, pois só se torna plena quando o indivíduo se reconhece no outro e é reconhecido por ele. Isso implica que a verdadeira liberdade só é alcançada quando o ser humano não está apenas buscando sua própria autonomia, mas também reconhecendo a autonomia do outro e agindo em um contexto de interdependência e Inter reconhecimento. Portanto, o processo de autossuperação está intimamente ligado ao reconhecimento social e coletivo, um aspecto essencial para a liberdade no pensamento de Hegel.

Esse reconhecimento social se inicia pelas mediações, a primeira mediação que da possibilidade a liberdade é o Direito abstrato o reconhecimento da pessoa como igual e livre, á a partir da ideia do direito que a liberdade pode ser possível a todos. Esse processo dialético envolve a relação de conceitos que são fundamentais para o entendimento do caminho da liberdade.

O conceito da liberdade se mostra primeiramente como abstrato, imediato na esfera do direito a liberdade de maneira imediata que exterioriza no movimento dialético da propriedade para ser livre é preciso o direito de ter de possuir algo com a coisa, nesse primeiro momento a pessoa se relaciona com a coisa exterior a si.

No segundo momento essa relação se dá à medida que temos o reconhecimento da pessoa, o relacionamento com o outro se dá pelo acordo mutuo. Que se torna concreto pelo contrato onde é assegurada a manutenção dos direitos. Com as relações humanas são marcadas pela dimensão particular, ela pode nesse sentido ser oposta a vontade já estabelecida então operar de forma ilícita ou pelo crime. Hegel busca traçar um caminho para a propriedade nessas três dimensões como tenho posse de algo, como tenho a posse de algo de outro e por fim como posso garantir ou recuperar a posse de algo.

A liberdade, portanto, necessita na visão do autor mediações que possam garantir a sua exterioridade, mas envolve uma integração profunda do indivíduo com o mundo. Hegel

concebe a liberdade como o processo de desenvolvimento contínuo do espírito, que não é apenas liberado das limitações impostas pela natureza ou pela sociedade.

O direto se mostra insuficiente de por si só garantir as plenas realizações da liberdade por isso no movimento dialético Hegel propõe assim como que uma teoria moral ou a moralidade que está na ligação do Direito com a eticidade onde a liberdade se realiza de forma plena. Para Hegel existe uma diferença entre moralidade e a eticidade, a moralidade é entendida como a questão da ação moral na percepção do que é uma consciência boa ou má, ou seja, a percepção da moralidade é uma dimensão particular do indivíduo, já as dimensões de valores e virtudes de uma pessoa a formação interior da individuo se dá pelas a eticidade.

Hegel argumenta “Na moralidade o que está em questão é o interesse do próprio homem, e o que constitui, precisamente, o valor elevado do homem é que ele se sabre com absoluto e se determina.”²¹

A moralidade é abordada como um momento importante no processo de desenvolvimento da liberdade, representando a esfera da vontade subjetiva. Ela se manifesta na intenção do indivíduo e em sua responsabilidade pelas consequências dos atos, buscando o bem universal a partir da própria consciência e convicções. No entanto, para Hegel, essa moralidade puramente subjetiva é insuficiente, pois, embora afirme a autodeterminação da vontade e o direito à própria convicção, corre-se o risco de cair no modo formal e arbitrário. Ela precisa ser superada pela eticidade, onde a liberdade se concretiza objetivamente nas instituições da família, da sociedade civil e, finalmente, do Estado, harmonizando a vontade individual com a substância ética e as normas sociais já estabelecidas, alcançando assim uma liberdade plena e realizada.

Para Hegel, na eticidade desempenha um papel fundamental na realização da liberdade. Ao contrário de outras correntes filosóficas Hegel coloca a diferença entre a dimensão da moral e da ética, Hegel entende que na eticidade está a forma mais elevada de realização da liberdade. Manifestada nas instituições sociais. Assim a liberdade individual se concretiza na participação ativa do indivíduo, onde ele pode agir de acordo com os princípios racionais e éticos que regem a vida social. Na eticidade a liberdade singular se integra com a liberdade universal, onde os direitos e deveres dos cidadãos são compartilhados e respeitados. Nesse contexto, a liberdade não é mais uma liberdade isolada ou egoísta, mas uma liberdade que é vivida em conjunto com os outros, dentro de uma ordem social e política.

²¹ HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Apresentação e notas de Marcos Lutz Muller; incluindo os adendos de Eduard Gans; Introdução Jean-François Kévérgeas – São Paulo: Editora 34, 2022(1ª Edição). p. 331

Desta forma, a liberdade, para Hegel, é um processo fundamental para a realização da liberdade, que só se torna plena quando o indivíduo age de acordo com sua razão e ética, reconhecendo-se como parte de uma totalidade social e histórica. O conceito de liberdade em Hegel está intimamente ligado à ideia de razão e autoconhecimento, e o Estado desempenha um papel crucial na concretização dessa liberdade.

3.2 A Liberdade: A Realização do Espírito na família e sociedade

O conceito de liberdade em Hegel está profundamente interligado com a ética e a participação do indivíduo nas instituições sociais e políticas. Para Hegel, a liberdade não se limita a uma simples autonomia individual, mas se realiza de forma plena dentro da coletividade, por meio do reconhecimento mútuo e da ação dentro das estruturas sociais e políticas que regem a vida comunitária. Nesse sentido, a liberdade é vista como um fenômeno ético-social, pois a realização do espírito está diretamente vinculada à participação ativa nas instituições que estruturam a sociedade. Assim, para Hegel, a liberdade não pode ser compreendida de forma isolada ou individualista, mas como um processo coletivo e histórico que se dá no interior de uma totalidade social e política. A verdadeira liberdade só se concretiza quando o indivíduo se reconhece não apenas como um ser individual, mas como parte de uma comunidade que compartilha valores, normas e objetivos comuns.

Hegel não compreende a liberdade apenas como a ausência de restrições externas, mas como a capacidade do indivíduo de agir de acordo com a razão e com os princípios éticos universais. A liberdade, para Hegel, só pode ser plenamente realizada quando o indivíduo age não apenas com base no desejo individual, mas de acordo com as normas e valores que expressam o bem coletivo e o reconhecimento mútuo. A ética hegeliana, portanto, é fundamentalmente social e objetiva, pois a verdadeira liberdade só se alcança quando o indivíduo se reconhece como parte de uma totalidade ética e histórica, ou seja, a sociedade. Nesse contexto, a ética não é apenas um conjunto de regras morais, mas um processo de autorreconhecimento e reconciliação das contradições internas do espírito. Para Hegel, a liberdade se realiza na medida em que o indivíduo se insere e atua dentro da comunidade, contribuindo para a construção e manutenção das instituições sociais que regem a vida coletiva. Em outras palavras, o exercício da liberdade é inseparável da vida social e das estruturas que a sustentam. A liberdade, assim, não é simplesmente uma concessão do indivíduo a si mesmo, mas a participação ativa nas relações sociais que envolvem o reconhecimento mútuo entre os membros da sociedade.

A liberdade em Hegel é, antes de tudo, um reconhecimento ético, que só se concretiza quando o indivíduo se insere de forma ativa nas estruturas sociais que formam a comunidade. Esse reconhecimento ético é um elemento essencial para a realização da liberdade no pensamento hegeliano, pois ele implica que a liberdade do indivíduo só se torna plena quando ele reconhece a liberdade do outro e participa ativamente na criação e manutenção das condições para a liberdade de todos. A liberdade não é uma característica isolada ou egoísta, mas uma prática coletiva e relacional que só se concretiza no reconhecimento e na ação conjunta com os outros.

No sistema filosófico de Hegel, as instituições sociais, como a família, a sociedade civil e o Estado, são vistos como os meios pelos quais a liberdade é realizada. A participação ativa nessas instituições é essencial para a efetivação da liberdade, pois é dentro dessas estruturas que o indivíduo pode expressar sua razão, reconhecer-se como parte do todo e alcançar uma realização ética plena. Para Hegel, a liberdade não pode ser isolada; ela se concretiza no mundo através da interação e do reconhecimento dos outros. Em outras palavras, a liberdade é um fenômeno coletivo, que envolve a participação ativa do indivíduo nas instituições que regulam as relações sociais. A liberdade hegeliana se realiza quando o sujeito se reconhece na sociedade, através da participação nas instituições que regulam a vida coletiva.

Nas instituições sociais que a liberdade é efetivada na sociedade civil iniciando pela família que tem a função fundamentalmente primeira na formação para a liberdade com uma formação ética.

Essas instituições, no entanto, não devem ser vistas como limitadoras da liberdade. Pelo contrário, são nelas que o indivíduo pode concretizar sua liberdade, porque elas representam a manifestação da razão objetiva, que organiza e dá sentido às ações humanas. A verdadeira liberdade, segundo Hegel, ocorre quando o indivíduo age conforme as normas e instituições que refletem o espírito coletivo, no qual a razão se manifesta em sua forma mais elevada. Isso implica que o indivíduo só é verdadeiramente livre quando se insere no contexto social e histórico, interagindo e reconhecendo a liberdade do outro. Para Hegel a liberdade não é apenas uma conquista individual, mas um processo coletivo de reconhecimento e ação dentro das instituições sociais. Portanto, a liberdade não é apenas um ato individual de autossuficiência, mas uma realização social que ocorre quando os indivíduos participam de uma totalidade social que integra seus interesses particulares em uma unidade ética e racional.

No pensamento de Hegel, o Estado desempenha um papel fundamental na realização da liberdade. Ele não é visto como um agente opressor, mas como a concretização da razão e da liberdade na vida social. Para Hegel, o Estado é a manifestação objetiva da

liberdade, pois é por meio do Estado que o indivíduo consegue transcender sua subjetividade e se inserir em uma realidade ética e racional. O Estado, portanto, representa a totalidade da vida social, sendo a expressão máxima da liberdade, onde o indivíduo encontra a possibilidade de agir conforme a razão e os princípios éticos universais. No Estado, a liberdade do indivíduo não está em oposição à liberdade da coletividade, mas é uma parte integrante dela.

Nesse contexto que o Estado, para Hegel, é o espaço onde a liberdade se realiza plenamente, pois é nele que a razão objetiva e a liberdade individual se reconciliam, criando uma unidade entre o indivíduo e a comunidade. O Estado é o meio pelo qual o espírito humano alcança sua liberdade objetiva, pois é dentro do Estado que os indivíduos se reconhecem como parte de uma totalidade ética, compartilhando valores e normas comuns. Dessa forma, a liberdade não é apenas um direito individual, mas uma prática ética coletiva, que se realiza na participação nas instituições sociais e políticas. O Estado, como uma instituição ética, oferece a estrutura necessária para a liberdade humana, permitindo que os indivíduos se reconheçam como membros de uma comunidade que busca a justiça e o bem comum.

Além do Estado, a sociedade civil é outra instituição crucial na filosofia de Hegel para a realização da liberdade. A sociedade civil é composta pelas relações sociais e econômicas que conectam os indivíduos, permitindo-lhes atuar de maneira autônoma enquanto ainda estão inseridos em um sistema maior de normas e valores. No entanto, a sociedade civil também está marcada por contradições e desigualdades, o que exige a intervenção do Estado para garantir a justiça e a liberdade de todos os cidadãos. Em Hegel, a sociedade civil é vista como uma arena onde os indivíduos buscam seu reconhecimento e, ao mesmo tempo, se defrontam com as limitações impostas pelas estruturas sociais. A sociedade civil, portanto, é um campo de lutas e contradições, onde os indivíduos buscam sua autonomia e identidade, mas também se deparam com as desigualdades e as dificuldades de se alcançar uma verdadeira liberdade.

A sociedade civil, embora fundamental para a realização da liberdade, também representa um campo de contradições que deve ser superado por meio da ação estatal, para que a liberdade seja efetivamente realizada de maneira universal e objetiva. Dessa maneira, a liberdade se realiza na tensão entre as instituições da sociedade civil e a necessidade do Estado de regular e garantir a justiça para todos os membros da sociedade. A verdadeira liberdade só será alcançada quando essas contradições forem superadas e os indivíduos se reconheçam como parte de uma totalidade ética, na qual a justiça e a liberdade de todos sejam garantidas de forma equitativa.

Em Hegel, a liberdade se realiza através da participação ativa nas instituições sociais e políticas. A verdadeira liberdade não é simplesmente a ausência de restrições, mas a

capacidade de agir de acordo com a razão, dentro de uma totalidade ética que envolve a sociedade como um todo. O Estado desempenha um papel central nesse processo, sendo visto como a forma mais elevada de realização da liberdade. Além disso, a sociedade civil oferece uma arena onde a liberdade é exercida de forma autônoma, mas é o reconhecimento mútuo nas instituições que permite a efetiva realização do espírito. A liberdade em Hegel, portanto, é uma prática ética coletiva, que se realiza na participação das instituições sociais e políticas que estruturam a vida comunitária. A verdadeira liberdade não se encontra isolada em um exercício individualista, mas na interação contínua e no reconhecimento mútuo entre os indivíduos dentro de uma sociedade racional e justa.

3.3 O Estado como efetivação da Liberdade

Na filosofia de Hegel, o Estado ocupa um papel fundamental como a concretização da liberdade humana. Para Hegel, a liberdade não é entendida simplesmente como a ausência de restrições externas, mas como a capacidade do indivíduo de se realizar de maneira racional e ética dentro da sociedade. A verdadeira liberdade é alcançada quando o indivíduo se insere nas estruturas sociais e políticas, reconhecendo sua participação ativa na vida comunitária. Para Hegel (2022), o Estado é a forma mais elevada da liberdade, pois nele a razão se realiza em suas manifestações mais objetivas, permitindo ao indivíduo a expressão plena de sua racionalidade. Para o filósofo, a liberdade se concretiza quando o indivíduo se reconhece como parte de uma totalidade ética, que é o Estado ético, e se engaja nas instituições que representam a razão e a moralidade universais. Nesse sentido, a liberdade não é apenas uma questão individual, mas uma realização que se dá no interior da vida social e política, em um processo de reconciliação entre o indivíduo e a coletividade.

Hegel defende que o Estado é a concretização da liberdade em sua forma mais elevada, pois ele representa a organização racional das relações sociais. Ao participar do Estado, o indivíduo não apenas encontra proteção para seus direitos, mas também alcança sua liberdade objetiva, que é a liberdade de agir de acordo com os princípios éticos universais. A razão, que é a essência da liberdade, se manifesta no Estado de forma objetiva e universal. De acordo com Almeida (2014), o Estado hegeliano não é uma imposição autoritária, mas a realização da liberdade através da integração do indivíduo nas estruturas sociais que expressam a razão objetiva. Isso implica que o Estado não se configura como uma limitação à liberdade do indivíduo, mas como o espaço onde a liberdade se torna plenamente realizável, pois nele as

instituições sociais e políticas são formadas pela razão objetiva, permitindo ao indivíduo não apenas se proteger, mas agir de forma racional e ética dentro de uma coletividade.

Portanto, a liberdade hegeliana não é um estado de ausência de coerção, mas um processo dinâmico no qual o indivíduo se insere em uma ordem racional que promove o bem comum. O Estado, sendo a manifestação da razão objetiva, é, para Hegel, a forma mais elevada de liberdade, pois nele a razão coletiva se organiza e oferece ao indivíduo a oportunidade de expressar sua racionalidade de maneira ética e responsável. A liberdade verdadeira, em sua concepção, está diretamente relacionada à participação ativa do ser humano em uma totalidade social e histórica, na qual ele se reconhece como parte de um todo racional, capaz de agir de maneira ética e justa dentro das estruturas que organizam a vida comunitária.

Em Hegel, a liberdade do indivíduo só é plenamente realizada quando ele supera a subjetividade isolada e se insere nas instituições do Estado. O Estado, para Hegel, não é uma limitação à liberdade, mas sua realização mais plena. O indivíduo alcança sua verdadeira liberdade quando se reconhece como parte de uma totalidade racional e ética, ou seja, o Estado. Segundo Hegel, a liberdade do indivíduo só se realiza plenamente quando ele se reconhece como parte de uma totalidade ética, que é o Estado. Essa superação da subjetividade é um processo fundamental para a realização do espírito humano, pois o indivíduo não pode se compreender plenamente de forma isolada. Ele precisa do outro e das instituições sociais para reconhecer e afirmar sua liberdade.

A subjetividade, entendida como a esfera privada e individual, é limitada e não pode conduzir o indivíduo à verdadeira liberdade, que é coletiva e ética. O movimento de superação da subjetividade para a integração do indivíduo no Estado é essencial para que ele atinja a plena realização de sua liberdade. A subjetividade isolada limita a liberdade, pois o indivíduo, ao se colocar fora do contexto social, perde a oportunidade de se engajar com os outros de maneira ética e de contribuir para o bem comum. A liberdade é um fenômeno relacional, que exige a interação do indivíduo com o mundo e com os outros para alcançar sua realização mais completa. Portanto, a liberdade não é encontrada na separação do indivíduo, mas em sua conexão com a coletividade.

Hegel acredita que o Estado é a condição para a cidadania plena. Para o filósofo, a verdadeira cidadania não se restringe à mera adesão a direitos civis, mas envolve uma participação ativa na vida política e social. A cidadania, na concepção hegeliana, é a participação consciente e ética do indivíduo nas instituições do Estado, sendo a chave para a realização da liberdade. A cidadania hegeliana é, portanto, um dever ativo, onde o indivíduo, ao participar das instituições do Estado, exerce sua liberdade racional e ética. Para Hegel, a

cidadania é uma prática contínua e dinâmica, na qual o indivíduo se engaja nas instituições sociais e políticas, transcendendo a esfera privada para se tornar um membro ativo da comunidade. A cidadania hegeliana, portanto, é muito mais do que um status passivo de pertencimento a um Estado; é uma participação ativa no processo de construção e manutenção das instituições que regem a vida social.

O Estado oferece ao indivíduo o espaço necessário para a superação de sua subjetividade e para a vivência plena da liberdade. A verdadeira cidadania, assim, é caracterizada pela ação política e social, pelo reconhecimento da razão objetiva que organiza e fundamenta a sociedade. Quando o indivíduo participa ativamente no Estado, ele exerce sua liberdade de maneira ética e responsável, contribuindo para o bem coletivo e reconhecendo a importância das normas e instituições que estruturam a vida comunitária. A cidadania não é apenas um direito, mas um dever de engajamento ativo nas esferas pública e política.

Hegel vê a ética do Estado como a superação da moralidade individual em direção à ética universal. Para ele, a moralidade, que está relacionada ao cumprimento de deveres pessoais e individuais, deve ser superada pela ética, que envolve a realização do bem comum e a integração das ações individuais com as normas coletivas. O Estado é a forma mais elevada dessa ética, pois é nele que a moralidade individual se transforma em ética social e política, permitindo a realização da liberdade para todos os membros da sociedade. Hegel (1820/2008) argumenta que a liberdade no Estado é a liberdade que se realiza através da participação nas instituições que expressam a razão objetiva, garantindo a harmonia entre os interesses individuais e o bem coletivo. Nesse contexto, a liberdade no Estado não é a soma de liberdades individuais, mas a unidade de uma liberdade ética compartilhada, onde o indivíduo e a coletividade se reconhecem como participantes de um sistema racional e justo.

A ética do Estado é, portanto, essencial para a efetivação da liberdade, pois garante que o indivíduo se realize de maneira plena dentro da coletividade. A ética no Estado não é apenas uma moralidade individual, mas uma prática coletiva que visa o bem comum e a justiça. A participação nas instituições do Estado, onde as normas coletivas e os valores universais se manifestam, permite que o indivíduo realize sua liberdade de maneira plena e ética. A ética do Estado, ao integrar a moralidade individual com as normas sociais, é a chave para a realização da liberdade em sua forma mais objetiva.

Em Hegel, o Estado é a condição essencial para a realização plena da liberdade. A liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas a capacidade de o indivíduo agir racionalmente e eticamente dentro das instituições sociais. O Estado é a forma concreta de realização dessa liberdade, pois é nele que o indivíduo alcança sua autonomia plena e se insere

na totalidade ética e racional. A participação ativa do indivíduo no Estado, ao reconhecer-se como parte de uma totalidade que expressa a razão objetiva, é fundamental para a realização do espírito e da liberdade. Ao superar a subjetividade isolada e se integrar nas estruturas sociais e políticas do Estado, o indivíduo pode alcançar a verdadeira liberdade, que é coletiva, ética e racional. Dessa forma, a liberdade hegeliana se realiza não apenas no âmbito individual, mas em sua interconexão com a sociedade e o Estado, sendo uma prática ética que é vivida e expressa no reconhecimento mútuo e na participação ativa na vida comunitária.

3.4 A Liberdade e a Educação: A Ponte para a Autonomia

Na filosofia de Hegel, a educação tem um papel fundamental na realização da liberdade. Para ele, a liberdade não é uma condição dada de imediato, mas sim um processo contínuo de desenvolvimento que envolve a autossuperação do espírito. A educação, nesse contexto, é a ponte essencial que prepara o indivíduo para participar ativamente da vida social e alcançar sua liberdade plena. Por meio da educação, o indivíduo não apenas desenvolve suas capacidades intelectuais e morais, mas também se prepara para agir de forma racional e ética dentro da sociedade, contribuindo para o bem coletivo e alcançando a sua total autonomia.

Hegel vê a educação como o meio pelo qual o espírito se desenvolve ao longo de sua trajetória. A educação, para ele, é um processo de formação que visa superar a subjetividade isolada e preparar o indivíduo para participar plenamente da vida social e política. Como afirma Hegel (1807/2008), a educação é o processo pelo qual o espírito, inicialmente imaturo e preso à sensibilidade, se desenvolve até alcançar a autonomia, permitindo ao indivíduo agir racionalmente e eticamente no mundo. A educação, portanto, não é apenas a transmissão de conhecimentos, mas um meio para o indivíduo atingir a liberdade, entendida como a capacidade de agir de acordo com sua razão e suas escolhas conscientes dentro da totalidade social.

A educação é, assim, um processo fundamental para a superação das limitações do indivíduo e para o seu ingresso na esfera social e ética. Ao educar-se, o indivíduo passa de uma condição de dependência e imaturidade para uma situação de autonomia e autodeterminação, alcançando, desse modo, sua verdadeira liberdade. A educação, na visão de Hegel, é a chave para a autossuperação do espírito, pois é através dela que o indivíduo se reconcilia com suas contradições internas e se prepara para atuar de forma racional e ética na sociedade. A liberdade, portanto, é um produto do processo educacional, que leva o indivíduo a reconhecer-se como parte de um todo racional e ético.

A educação, em Hegel, é essencial para que o indivíduo participe ativamente da vida social e política. A liberdade não se realiza de forma isolada, mas por meio do reconhecimento mútuo e da interação com os outros. A educação prepara o indivíduo para essa interação, desenvolvendo sua capacidade de agir com base em valores universais, como a razão e a ética, e de se integrar nas instituições que estruturam a sociedade. Hegel (1820/2008) afirma que a verdadeira liberdade do indivíduo só se manifesta quando ele age racionalmente e eticamente dentro das instituições sociais, reconhecendo a liberdade dos outros e contribuindo para o bem comum.

Dessa forma, a educação é a base para a participação ativa no Estado e nas instituições sociais. A formação intelectual e moral adquirida por meio da educação capacita o indivíduo a reconhecer o valor da coletividade e a agir em conformidade com os princípios que regem a vida social. A educação em Hegel é o meio pelo qual o indivíduo se prepara para exercer sua cidadania plena, participando das instituições que garantem a liberdade e a justiça social. Assim, a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, mas também uma forma de integração do indivíduo na totalidade ética da sociedade.

Para Hegel, a autonomia do indivíduo é a condição para a sua liberdade. A autonomia, no entanto, não é um conceito puramente individualista, mas está ligada à capacidade do indivíduo de agir dentro das estruturas racionais e éticas da sociedade. A educação, portanto, é o processo que possibilita ao indivíduo alcançar sua autonomia, ao capacitá-lo a agir de maneira consciente e ética, reconhecendo suas responsabilidades para com os outros e para com a sociedade. Como afirma França (2010), a educação, para Hegel, é o caminho para a autonomia, pois é por meio dela que o indivíduo se torna capaz de agir racionalmente e contribuir para a realização do bem comum. A autonomia, então, é alcançada não através de um afastamento da sociedade, mas por meio da integração plena nas suas instituições.

A autonomia do indivíduo, em Hegel, não é uma forma de liberdade separada das estruturas sociais, mas uma liberdade que se expressa dentro da totalidade social. A educação prepara o indivíduo para essa liberdade, pois é por meio da educação que o espírito se desenvolve, se reconhece e se insere no mundo social, político e ético. O indivíduo, ao se educar, se torna capaz de participar plenamente da vida coletiva, respeitando as normas sociais e contribuindo para o bem comum. A educação assim é a chave para a realização da autonomia, pois ela permite ao indivíduo agir racionalmente dentro das estruturas sociais, alcançando sua liberdade na totalidade do espírito.

Para Hegel, a liberdade verdadeira só é alcançada quando o indivíduo se desenvolve moralmente e intelectualmente, passando a agir de acordo com a razão e a ética. A educação é, portanto, o processo fundamental para a realização dessa liberdade. Ao longo da educação, o indivíduo vai superando suas limitações iniciais e se aproximando da realização plena do espírito, que é a liberdade. Hegel (1807/2008) enfatiza que a liberdade é um processo de autossuperação do espírito, e a educação é o meio pelo qual o indivíduo pode superar suas contradições internas e alcançar sua liberdade plena. A educação, portanto, é a ponte entre o indivíduo imaturo e a liberdade plena, permitindo-lhe agir racionalmente no mundo e se tornar um membro ativo da sociedade.

A educação, na filosofia de Hegel, é a chave para a realização da liberdade e da autonomia do indivíduo. Através da educação, o indivíduo se prepara para participar ativamente da vida social e política, alcançando sua liberdade plena ao se integrar nas instituições sociais que expressam a razão e a ética. A liberdade, assim, não é apenas uma questão de ausência de restrições externas, mas de desenvolvimento interior e de participação ativa na vida coletiva. A educação é o meio pelo qual o indivíduo se reconcilia com suas contradições internas e se reconhece como parte de um todo ético e racional, alcançando, assim, a totalidade do espírito e a verdadeira liberdade.

4 A FORMAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM: O OBJETIVO DA EDUCAÇÃO

Na filosofia de Hegel, a educação é entendida como um processo fundamental para a formação integral do ser humano, tendo como objetivo a realização plena de sua liberdade. Esse desenvolvimento, que ocorre por meio da evolução espiritual e ética do indivíduo, está intrinsecamente relacionado à construção do espírito humano e à concretização da liberdade na vida cotidiana. Embora Hegel não tenha dedicado uma obra específica exclusivamente ao tema da educação, sua filosofia proporciona importantes elementos para entender como a formação do ser humano é ligada ao desenvolvimento do espírito e à liberdade. Para ele, a educação vai muito além da simples transmissão de conhecimentos técnicos ou utilitários; trata-se de um processo profundo que envolve a construção do caráter, da moral e do sentido coletivo de pertencimento à comunidade.

No pensamento de Hegel, a educação é vista como um processo holístico e contínuo, que abrange não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação moral, social e espiritual do indivíduo. Hegel introduz o conceito de *Bildung*, que é a formação cultural e ética do ser humano em relação aos outros. O conceito de *Bildung* vai além da simples aquisição de habilidades técnicas, pois envolve o crescimento e amadurecimento do espírito humano. Nesse processo, a educação é entendida como uma jornada em que o indivíduo, ao se relacionar com o outro, vai superando as limitações pessoais e sociais, e assim alcançando uma compreensão mais profunda de si mesmo e do mundo ao seu redor.

De acordo com Nicolau (2019), a *Bildung* em Hegel não é um simples processo de aprendizagem de conteúdos acadêmicos, mas está intrinsecamente ligada à cultura e à história, que se realizam na convivência com os outros. A educação, portanto, não pode ser dissociada de um contexto histórico e cultural, pois é no convívio social que o indivíduo se forma, adquire consciência de sua posição no mundo e aprende a desenvolver uma visão moral e ética. O processo de *Bildung* é o caminho para a liberdade, pois permite ao indivíduo não apenas superar suas limitações e dificuldades pessoais, mas também entender seu papel e responsabilidade dentro da sociedade.

Hegel afirma:

É preciso distinguir – e excluir – da progressão que se vai considerar aqui o que é cultura e educação. Essa esfera só se refere aos sujeitos singulares como tais, [de modo] que o espírito universal seja neles levado à existência. Na visão filosófica do espírito como tal, ele próprio é considerado como cultivando-se e educando-se conforme seu conceito; e suas exteriorizações, [consideram-se] como os momentos de seu produzir-se rumo-a-si-mesmo, de se concluir consigo mesmo: só por meio disso é ele espírito efetivo (HEGEL, 1995, p. 38, §387).

Esse processo de formação, de acordo com Hegel, busca moldar o ser humano para que ele não seja apenas capaz de desempenhar funções técnicas, mas que também seja capaz de agir de maneira ética, refletir sobre suas ações e participar de forma ativa e responsável na construção de uma sociedade mais justa. A educação, para Hegel, deve proporcionar ao indivíduo as condições necessárias para que ele possa se desenvolver de maneira integral, de forma a alcançar a liberdade verdadeira, entendida como a capacidade de agir de acordo com a razão e os princípios éticos universais.

4.1 O Papel do Estado na Educação

No pensamento hegeliano, o Estado desempenha um papel fundamental na educação, sendo a encarnação da razão e da liberdade objetivada. Para Hegel, o Estado não é apenas uma estrutura política ou administrativa, mas a forma concreta da liberdade universal, onde os indivíduos reconhecem sua identidade coletiva e sua função no contexto social. O Estado organiza e supervisiona o processo educativo para garantir que ele atenda aos interesses universais da comunidade e prepare os indivíduos para a vida em sociedade. A educação deve ser orientada pelo Estado, pois ele representa a unidade da razão e a realização da liberdade objetiva. O Estado é o organismo que, por meio de suas instituições, assegura que o processo educacional seja conduzido de forma que promova os interesses coletivos, garantindo o desenvolvimento ético e moral dos cidadãos.

O papel do Estado é crucial para assegurar que a educação não seja apenas um processo individualista, mas que promova o bem comum e forme cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. O sistema educacional deve, portanto, ser capaz de integrar o indivíduo à vida no Estado, ou seja, ele deve preparar os cidadãos para que possam participar ativamente da construção de uma sociedade racional e justa. Nesse sentido, a educação hegeliana enfatiza a importância de um processo educativo que esteja em consonância com as necessidades e valores da coletividade, ao mesmo tempo em que possibilite o desenvolvimento pleno do ser humano.

A liberdade ocupa um papel central na filosofia de Hegel, sendo um conceito fundamental que transcende as noções tradicionais de liberdade associadas ao individualismo ou ao simples ato de fazer o que se deseja. Para Hegel, a verdadeira liberdade não é apenas a ausência de restrições externas, mas a capacidade do indivíduo de agir conforme a razão e a ética, reconhecendo sua responsabilidade dentro da sociedade e se conduzindo de acordo com

princípios universais. A liberdade, assim, é entendida como um processo que se realiza na medida em que o ser humano internaliza normas racionais e age de acordo com elas, não se submetendo aos seus impulsos ou interesses egoístas. Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental, pois é através dela que o indivíduo desenvolve a capacidade de agir eticamente e racionalmente, alcançando a liberdade plena.

Para Hegel, a verdadeira liberdade é uma liberdade ética. Não se trata de uma liberdade individualista ou arbitrária, mas de uma liberdade que é realizada no contexto das relações sociais, onde o indivíduo reconhece sua responsabilidade para com os outros e com a sociedade como um todo. A educação, portanto, é o meio pelo qual o ser humano é capacitado a agir de forma ética e racional, internalizando valores que promovem a convivência social harmoniosa e o bem comum. Em *Filosofia do Direito* (2022), Hegel argumenta que a liberdade não é uma realidade isolada, mas se concretiza dentro das estruturas sociais que proporcionam um equilíbrio entre os interesses individuais e o bem coletivo. A liberdade, para Hegel, se manifesta na realização do indivíduo dentro do contexto de uma comunidade ética, na qual ele é capaz de agir racionalmente, alinhado com os princípios do bem comum.

A educação, nesse sentido, é a ferramenta essencial para que o ser humano possa alcançar esse tipo de liberdade. Ela vai além da formação intelectual, que se limita a transmitir conhecimentos técnicos e acadêmicos. A educação é um processo integral que envolve o desenvolvimento moral, ético e racional do indivíduo. Ao internalizar valores éticos e compreender seu papel dentro da sociedade, o indivíduo educado se torna capaz de exercer sua liberdade de maneira responsável. Ele não age apenas com base em seus interesses egoístas, mas reconhece a importância de suas ações dentro do contexto social e age de forma a contribuir para o progresso coletivo e a harmonia social. A educação não se limita a ensinar uma profissão ou uma disciplina específica, mas forma indivíduos capazes de pensar criticamente, de agir com ética e de assumir sua responsabilidade em uma sociedade que busca a justiça e o bem-estar de todos.

A educação hegeliana é a expressão da razão que busca estabelecer e praticar a liberdade. A razão, para Hegel, é o princípio que permite ao ser humano compreender o mundo e a si mesmo de maneira racional e ética. A razão não se limita à lógica ou ao conhecimento abstrato, mas se manifesta na capacidade do indivíduo de agir em conformidade com os valores éticos universais, reconhecendo suas responsabilidades dentro da sociedade. Assim, a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas um processo que visa transformar o sujeito, capacitando-o a se reconhecer como um ser ético, racional e livre. A educação, ao ensinar os princípios da liberdade ética, não apenas prepara o indivíduo para a

vida social, mas o torna capaz de se engajar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

A educação hegeliana, portanto, não se restringe ao ensino de uma determinada habilidade ou profissão, mas busca formar cidadãos completos, que compreendam o mundo de maneira crítica e ética e que sejam capazes de agir com responsabilidade e solidariedade no contexto social. O conceito de liberdade ética em Hegel implica que a liberdade verdadeira só pode ser alcançada quando o indivíduo age de acordo com a razão e os valores éticos universais. Ao desenvolver essa capacidade por meio da educação, o indivíduo se torna capaz de viver de forma autônoma, mas também de agir em consonância com o coletivo, reconhecendo que sua liberdade está intrinsicamente ligada à liberdade dos outros.

No contexto hegeliano, a educação também é vista como um meio para a superação das limitações do egoísmo individual. Ao ser educado, o indivíduo passa a perceber que sua liberdade não se realiza apenas na busca de interesses pessoais, mas na participação ativa e responsável na vida social e política. A liberdade, para Hegel, não é uma liberdade isolada, mas uma liberdade que se concretiza no contexto das relações sociais. A educação, portanto, desempenha um papel essencial nesse processo, pois ela forma indivíduos capazes de atuar de maneira ética e responsável dentro da sociedade, contribuindo para a realização de um bem comum que vai além dos interesses individuais.

É importante destacar que, para Hegel, a educação é o meio pelo qual a liberdade ética se realiza na prática. Não se trata apenas de aprender sobre a liberdade ou de teorizar sobre ela, mas de vivê-la de maneira concreta. A liberdade ética se manifesta nas ações do indivíduo, que age de acordo com os princípios da razão e da moralidade universal. A educação, ao internalizar esses princípios, permite que o indivíduo se conduza de maneira ética e responsável, reconhecendo seu papel na construção de uma sociedade justa e harmoniosa. Nesse sentido, a educação é vista como um processo de formação contínua, no qual o indivíduo desenvolve suas faculdades cognitivas, emocionais e éticas, capacitando-se para a realização da liberdade verdadeira.

A liberdade ética, tal como entendida por Hegel, não se refere apenas ao indivíduo isolado, mas à liberdade que se realiza dentro de uma comunidade. Para Hegel, o indivíduo só pode alcançar sua verdadeira liberdade quando se reconhece como parte de uma totalidade social, onde suas ações têm um impacto sobre os outros e sobre o bem-estar coletivo. A educação, ao formar cidadãos conscientes de seu papel dentro da sociedade, permite que o indivíduo se engaje de maneira ativa e responsável nas questões sociais, políticas e econômicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Além disso, a educação é essencial para que os indivíduos desenvolvam sua capacidade de reflexão crítica e de autocompreensão. A verdadeira liberdade, para Hegel, não se dá apenas na capacidade de fazer o que se deseja, mas na capacidade de agir de maneira consciente e racional, reconhecendo as implicações sociais e éticas de suas ações. A educação, ao promover a reflexão crítica e a compreensão ética, capacita os indivíduos a tomarem decisões mais conscientes e responsáveis, alinhadas com os princípios universais da razão e da moralidade.

Em última análise, a relação entre liberdade e educação na filosofia de Hegel é profundamente dialética. A educação não apenas capacita o indivíduo a agir de maneira ética e racional, mas também o prepara para participar ativamente da vida social, reconhecendo que sua liberdade está intrinsecamente ligada à liberdade dos outros. A verdadeira liberdade, para Hegel, é alcançada não apenas quando o indivíduo é capaz de agir de acordo com seus próprios desejos, mas quando ele age de forma responsável e ética dentro da sociedade, reconhecendo seu papel na construção de um bem comum. A educação, portanto, é o meio fundamental para a realização dessa liberdade, pois é através dela que o ser humano desenvolve as capacidades necessárias para agir de maneira ética, racional e responsável, contribuindo para a harmonia social e o progresso coletivo.

A formação moral e ética é um dos aspectos mais cruciais da educação em Hegel. Para ele, a educação deve proporcionar ao indivíduo as condições necessárias para que ele aprenda a distinguir o certo do errado, desenvolvendo a capacidade de agir conforme princípios éticos universais. A moralidade é vista por Hegel como algo que não é dado a priori, mas que se desenvolve ao longo do tempo, por meio da interação do indivíduo com os outros. Essa formação moral e ética é fundamental para a construção de uma sociedade justa, na qual os direitos e deveres de cada indivíduo são respeitados.

Conforme Nicolau (2019), a formação integral do homem ocorre em sua relação com o outro, sendo a educação um processo de mediação²² que envolve contradição e negação, ou seja, a educação é caracterizada por um processo dialético de superação de conflitos internos e externos. Esse processo de superação é o que possibilita a construção da identidade e da

²² NICOLAU, M. F. A. *O conceito de Bildung em Hegel*. Sertãoocult; Edições UVA, 2019.

“Eis o mote para radicalizar uma crítica hegeliana à proposta rousseauiana de uma educação natural. Para Hegel, o natural é uma fase inalienável do processo de formação, todas as consciências devem necessariamente perpassar os estágios da natureza, mas isso não indica que devem aí permanecer, pois é igual mente necessário ultrapassar esses estágios: “No homem, conexões semelhantes perdem tanto mais importância quanto mais é cultivado; e quanto, por isso, seu estado total mais se estabelece sobre uma base espiritual” (HEGEL, 1995, p. 50, §392). Hegel denominará espiritual o momento em que a consciência passa a produzir, a partir de si, o saber. Eis o momento em que começamos a fazer ciência, o “conteúdo espiritual”.”

autonomia do indivíduo, permitindo-lhe compreender seu papel na sociedade e agir de maneira ética e responsável. A luta por reconhecimento é um conceito central na formação ética em Hegel, pois o indivíduo só se torna plenamente consciente de si mesmo e da sua liberdade ao ser reconhecido pelos outros como igual e capaz de participar ativamente da vida social.

Hegel reconhece que a sociedade humana é marcada por contradições e conflitos, mas acredita que a educação pode servir como ferramenta para superar essas divisões. Através da educação, os indivíduos podem transcender seus interesses particulares e reconhecer a universalidade da razão e da ética. Para Hegel, essa superação das contradições sociais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa. Ao educar os indivíduos para que compreendam sua função na sociedade e sua responsabilidade dentro do todo social, a educação contribui para o estabelecimento de uma ordem ética e justa.

Sob a orientação do Estado, deve conduzir os indivíduos à compreensão de seu papel na sociedade e à superação dos posicionamentos individualistas em prol do bem coletivo. A educação, portanto, deve ser um meio para promover a solidariedade, a cooperação e o respeito mútuo, valores essenciais para a construção de uma sociedade democrática, pluralista e justa.

A educação, para Hegel, é um processo complexo e multifacetado que visa à formação integral do ser humano, desenvolvendo suas capacidades espirituais, éticas e racionais, e conduzindo-o à realização de sua verdadeira liberdade. A *Bildung*, o papel do Estado e a formação moral e ética são elementos fundamentais desse processo, destacando que a educação deve ser mais do que a simples transmissão de conhecimentos técnicos. Ela deve formar indivíduos capazes de agir eticamente, compreender a coletividade e contribuir para o bem comum. Em sua visão, a educação tem um papel crucial na construção de uma sociedade racional e justa, onde a liberdade e a ética se concretizam de forma plena.

4.2 A Educação para a Liberdade: Implicações no Contexto Atual

O conceito de formação integral do homem, conforme proposto por Hegel, tem uma relevância profunda quando aplicamos suas ideias à educação contemporânea. Hegel compreende a educação como um processo dialético, que visa a totalidade do desenvolvimento do ser humano, abrangendo aspectos morais, intelectuais e sociais. No contexto educacional atual, esse conceito pode fornecer uma abordagem que considera tanto os desafios contemporâneos quanto os objetivos universais de uma educação integral. Ao analisarmos os desafios da educação no Brasil e em outros contextos, podemos perceber como as ideias de

Hegel se aplicam ao processo educativo, especialmente em relação ao desenvolvimento do espírito humano e à superação das limitações impostas por sistemas educacionais fragmentados.

Para Hegel, a formação integral do homem está diretamente ligada à educação, que é entendida como o meio pelo qual o espírito se desenvolve e alcança sua liberdade plena. A educação hegeliana não se limita à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas envolve um processo de autossuperação, no qual o indivíduo deve superar suas limitações iniciais e se tornar plenamente consciente de sua identidade e de sua posição no mundo. Hegel afirma que a educação deve ser o processo pelo qual o espírito, inicialmente imaturo e vinculado à natureza, se transforma e se desenvolve até alcançar a liberdade, sendo capaz de agir de forma racional e ética e racional.

Hegel afirma:

No que diz respeito à relação familiar, sua educação tem a destinação positiva de que a eticidade se torna nela sentimentos imediatos, ainda desprovido de oposição, e que nessa relação, enquanto fundamento da vida ética, o ânimo tenha vivido a sua primeira vida em amor, confiança e obediência – mas depois, no que diz respeito à mesma relação, a educação tem a destinação negativa de elevar as crianças da sua imediatidade natural, na qual originalmente se encontram, a autonomia e à personalidade livre e, com isso, à capacidade de sair da unidade natural da família. (Hegel, 2022 p. 429)

A formação integral do homem, portanto, implica em um desenvolvimento holístico que engloba não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também moral e ético. Essa ideia de formação integral exige que o indivíduo se reconheça em uma totalidade ética, que só pode ser alcançada por meio de sua interação com o mundo social e político. Consideramos assim que a formação integral, para Hegel, é um processo de reconciliação das contradições internas e externas do indivíduo, que se realiza na totalidade social. Essa reconciliação permite que o indivíduo se insira plenamente na sociedade e, ao fazê-lo, alcance sua liberdade verdadeira.

Nos dias atuais, especialmente no Brasil, a educação enfrenta uma série de desafios que dificultam a realização da formação integral do homem. Um dos principais desafios é a fragmentação do processo educacional, onde o foco muitas vezes está em aspectos técnicos ou utilitários da educação, deixando de lado o desenvolvimento moral e ético do indivíduo. A escola muitas vezes se limita ao ensino de habilidades cognitivas, negligenciando o aspecto emocionais, social e ético, que são fundamentais para a realização da liberdade plena, como sugerido por Hegel.

A educação contemporânea no Brasil enfrenta desafios relacionados à fragmentação do ensino, que se concentra nas disciplinas acadêmicas sem integrar o desenvolvimento moral e ético dos alunos. Esse foco em aspectos técnicos e em testes padronizados muitas vezes

desconsidera o desenvolvimento integral do indivíduo, o que dificulta a formação de cidadãos conscientes e éticos, capazes de participar ativamente da vida social e política.

Além disso, a desigualdade social no Brasil e em outros países em desenvolvimento também representa um grande desafio para a realização da formação integral. O acesso desigual à educação de qualidade limita as oportunidades de desenvolvimento para grande parte da população, o que resulta em uma formação fragmentada e superficial. De acordo com França (2010), a desigualdade no acesso à educação de qualidade impede que muitas crianças e jovens alcancem uma formação integral, o que compromete o desenvolvimento do espírito e a realização da liberdade. Esse cenário é ainda mais crítico em contextos onde as políticas educacionais não são suficientemente eficazes para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A educação, segundo Hegel, deve ser o meio pelo qual os indivíduos superam suas limitações e se tornam capazes de agir de forma racional e ética. A formação integral do homem, por meio da educação, permite que o indivíduo alcance sua autonomia, tanto no sentido intelectual quanto moral. Nesse contexto, a escola e outras instituições educacionais desempenham um papel fundamental, pois são elas que fornecem o ambiente necessário para o desenvolvimento dessas capacidades.

No entanto, para que a educação cumpra esse papel, é necessário que ela vá além do simples ensino acadêmico e inclua a formação moral e ética. A educação deve preparar o indivíduo para atuar de forma consciente e responsável dentro da sociedade, respeitando os direitos dos outros e contribuindo para o bem comum. A educação deve ser entendida como um processo abrangente que envolve a formação intelectual, emocional moral e ética, permitindo que o indivíduo se torne um cidadão responsável e consciente. Esse tipo de educação é essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática, onde os indivíduos podem exercer sua liberdade de forma plena.

Hegel defende que o Estado tem um papel crucial na educação, pois é por meio das instituições estatais que os indivíduos podem se formar de maneira plena e alcançar a liberdade verdadeira. O Estado, para Hegel, é a expressão da razão e da liberdade na sociedade, e suas instituições devem ser estruturadas de maneira a promover a educação integral de todos os cidadãos. Segundo Hegel (1820/2008), o Estado é a forma mais elevada da liberdade, pois nele a razão se realiza de forma objetiva, permitindo ao indivíduo a participação ativa na vida social e política.

No Brasil, o papel do Estado na educação é especialmente importante, pois as políticas educacionais precisam ser capazes de lidar com a desigualdade social e garantir que

todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso implica em criar condições para que todos os alunos, independentemente de sua classe social ou origem, possam alcançar uma formação integral que os prepare para participar plenamente da sociedade. O Estado deve garantir a inclusão social na educação, proporcionando acesso a uma formação que não apenas ensine conteúdos acadêmicos, mas também desenvolva as capacidades morais e éticas dos indivíduos.

O Brasil, como muitos outros países, enfrenta desafios significativos para implementar uma educação que promova a formação integral do indivíduo. As desigualdades no sistema educacional, a falta de recursos e a falta de um currículo que contemple aspectos éticos e sociais do desenvolvimento humano dificultam a realização do objetivo de uma educação que forme cidadãos plenos. No entanto, é essencial que o sistema educacional busque superar essas limitações, promovendo uma educação mais inclusiva e integral, que prepare os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ética e responsável na sociedade.

O conceito de formação integral do homem²³, segundo Hegel, oferece uma perspectiva importante para a educação contemporânea. Embora a educação no Brasil e em outros contextos enfrente uma série de desafios, como a desigualdade e a fragmentação do ensino, é fundamental que o sistema educacional busque promover uma educação que não apenas desenvolva as capacidades intelectuais dos alunos, mas também forme cidadãos éticos e responsáveis. A educação deve ser o meio pelo qual os indivíduos superam suas limitações e alcançam sua liberdade plena, participando ativamente da vida social e política. Para isso, é necessário que o Estado desempenhe um papel ativo na criação de políticas educacionais que promovam a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento integral de todos os indivíduos. A formação integral, nesse sentido, é não apenas um ideal educacional, mas um caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e capaz de proporcionar a liberdade plena a seus cidadãos. A superação das desigualdades e a integração dos aspectos éticos e sociais na educação são elementos cruciais para alcançar esse objetivo, alinhando-se, assim, ao legado filosófico de Hegel sobre a educação como um processo de emancipação e liberdade.

A educação, em sua concepção hegeliana, ocupa um papel importante na formação do indivíduo e na construção de uma sociedade justa e livre. Para Hegel, a educação não é apenas o processo de transmissão de conhecimento, mas sim um meio fundamental para a

²³ Aqui não existe uma referência de uma “educação integral” na filosofia de Hegel, esta é a compressão dessa pesquisa, de encontrar na filosofia de Hegel abertura para uma proposta integral para a formação

construção da liberdade e da cidadania, visto que permite ao indivíduo se desenvolver plenamente como ser racional e ético dentro de uma coletividade. No pensamento hegeliano, a liberdade é um processo dialético que ocorre em interação com a sociedade, sendo um reflexo das relações sociais nas quais o indivíduo se insere. Esse processo de formação ética é o que torna possível uma educação cidadã, capaz de preparar os indivíduos para exercerem sua liberdade de forma responsável, reconhecendo seus deveres e direitos dentro do Estado e da sociedade.

Hegel vê a educação como a principal ferramenta para o desenvolvimento da liberdade, pois é através dela que o espírito humano se transforma, saindo de uma condição imediata e imatura para alcançar a autonomia plena. O processo educativo, para ele, deve integrar aspectos éticos e morais, permitindo ao indivíduo não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a construção de uma consciência ética que o capacite a agir de maneira racional e responsável na sociedade. De acordo com Hegel (1807/2008), a educação deve ser o processo de formação do espírito, no qual o indivíduo se torna capaz de agir não apenas por impulso, mas de acordo com a razão e a ética universal. A educação cidadã, portanto, vai além do aprendizado acadêmico, pois também busca formar indivíduos capazes de reconhecer a moralidade e a ética como fundamentais para a convivência social e para a construção de uma sociedade justa.

Para a construção dessa liberdade, é necessário que o indivíduo, por meio da educação, se reconheça como parte de uma totalidade ética, que não se limita aos seus próprios interesses, mas inclui a responsabilidade social. Almeida (2014) afirma que a educação cidadã, segundo Hegel, é aquele processo que visa integrar o indivíduo ao todo social, tornando-o consciente de seus direitos e deveres para com os outros. O objetivo da educação, portanto, é preparar o indivíduo para sua participação ativa na vida social e política, formando-o como um cidadão que age não apenas com base em seus desejos pessoais, mas de acordo com os princípios universais de justiça e liberdade. Nesse sentido, a educação não se limita à formação de indivíduos aptos para o mercado de trabalho, mas visa criar cidadãos que compreendem sua importância dentro do processo social e político, com plena consciência das responsabilidades que isso implica.

Hegel concebe o Estado como a concretização da liberdade, e a educação tem um papel essencial nesse processo, pois é por meio dela que os indivíduos se preparam para atuar de forma plena na sociedade. Para Hegel, a verdadeira liberdade do indivíduo não é a simples ausência de restrições, mas a capacidade de agir conforme a razão e a ética dentro do Estado, que é a totalidade das relações sociais. A educação, ao preparar o indivíduo para essa

participação ativa, é a chave para a construção da liberdade no nível social e político. A educação, assim, não se limita ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, mas deve também formar a capacidade ética e política do indivíduo, permitindo-lhe agir de maneira responsável no Estado.

No contexto contemporâneo, a educação cidadã deve ser vista como um processo que desenvolve tanto a consciência crítica quanto a capacidade de ação do indivíduo dentro das instituições sociais, tornando-o capaz de contribuir para a transformação social e para a manutenção da liberdade. A educação cidadã, portanto, forma indivíduos que não apenas reconhecem seus direitos, mas que também são responsáveis por contribuir para a construção de um ambiente social e político que promova a liberdade de todos. Esse tipo de educação forma pessoas que compreendem a sua função no contexto social e político, estando preparadas para lidar com os desafios da sociedade com senso crítico e responsabilidade.

Hegel compreende a liberdade não como algo individual, mas como um fenômeno social e coletivo, o que implica que a educação tem uma função fundamental na transformação social. O indivíduo só alcança a verdadeira liberdade quando é capaz de se reconhecer no outro e contribuir para a construção de um mundo ético e racional. A educação, nesse sentido, deve promover um ambiente em que o indivíduo se desenvolva de forma autônoma, mas sempre dentro de um contexto social que o impele a agir pelo bem comum. Assim, a educação tem o poder de transformar não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, ao formar cidadãos que reconhecem e atuam com base em princípios éticos universais.

Essa transformação social só é possível quando o sistema educacional permite que os indivíduos adquiram não apenas conhecimento técnico, mas também uma formação moral e ética sólida. A educação deve incentivar a reflexão crítica sobre os problemas sociais e políticos, preparando os indivíduos para agir de forma ética e responsável dentro das instituições sociais e políticas. A formação cidadã, portanto, não é apenas um processo de desenvolvimento pessoal, mas um meio de promover uma sociedade mais justa e equilibrada. A educação não pode ser vista apenas como um processo de preparação técnica ou acadêmica, mas deve ser integrada a um projeto social mais amplo, que vise a construção de um espaço público onde os valores éticos e morais sejam vivenciados e compartilhados por todos.

No Brasil, a educação cidadã enfrenta desafios significativos. A desigualdade social e econômica tem um impacto direto na qualidade da educação e no acesso a uma formação cidadã completa. Em muitas regiões, o sistema educacional ainda está longe de proporcionar uma formação integral que leve em consideração os aspectos éticos e morais do desenvolvimento do indivíduo. A falta de uma educação inclusiva e de qualidade compromete

a possibilidade de muitos indivíduos alcançarem sua plena liberdade e autonomia. A qualidade da educação está diretamente ligada ao compromisso do Estado e da sociedade com a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua classe social ou origem.

Além disso, a formação cidadã no Brasil também é prejudicada pela fragmentação do currículo, que muitas vezes foca mais em disciplinas técnicas e acadêmicas, deixando de lado questões fundamentais de ética, moralidade e participação social. A educação no Brasil ainda carece de uma abordagem mais integrada que contemple tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação moral e ética dos alunos, preparando-os para a participação ativa na sociedade. Esse déficit na formação ética compromete o desenvolvimento de cidadãos com a capacidade de agir de maneira crítica e responsável nas diversas esferas da vida social e política.

A educação, para Hegel, é a chave para a realização da liberdade e da cidadania plena. A educação deve ser entendida como um processo integral, que não apenas desenvolve as capacidades intelectuais, mas também forma a consciência moral e ética dos indivíduos. No Brasil e em outros contextos, é necessário superar os desafios da desigualdade e da fragmentação educacional para que todos os indivíduos possam alcançar sua liberdade plena, participando ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação não deve ser vista apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas como um meio essencial de promover a transformação social, formando cidadãos capazes de contribuir para um mundo mais ético e justo. Assim, o pensamento de Hegel continua a oferecer uma importante reflexão sobre o papel da educação na formação de indivíduos livres e responsáveis, preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

4.3 A Educação para a Autonomia: Hegel e as Novas Propostas Pedagógicas

A educação, para Hegel, é um processo fundamental no desenvolvimento do espírito humano e, consequentemente, na realização da liberdade. No entanto, a busca pela autonomia do aluno, que se traduz na capacidade de agir de forma livre e responsável dentro da sociedade, é um conceito contemporâneo que ressoa fortemente com as ideias hegelianas. Propostas pedagógicas modernas, que buscam a autonomia do aluno, estão em sintonia com o entendimento hegeliano de educação como o processo de desenvolvimento do espírito livre. Nesse contexto, é possível ver como a educação pode ser aplicada para formar cidadãos capazes de agir racionalmente, sendo a autonomia a chave para esse processo.

No pensamento de Hegel, a educação não é um mero processo de transmissão de conhecimento, mas sim um meio para o desenvolvimento do espírito. O espírito, de acordo com Hegel, passa por uma evolução dialética, na qual se reconcilia com suas contradições internas e externas, alcançando sua verdadeira liberdade. Para o filósofo, "a educação é a via pela qual o espírito se desenvolve, transcende sua subjetividade inicial e alcança a liberdade objetiva, ou seja, a capacidade de agir de acordo com sua razão e ética" (Hegel, 1807/2008). O objetivo da educação, portanto, não é apenas ensinar o conteúdo acadêmico, mas formar indivíduos que possam superar suas limitações e agir livremente dentro da sociedade. Esse desenvolvimento do espírito livre, que é central para a filosofia hegeliana, encontra ecos nas propostas pedagógicas contemporâneas, que buscam promover a autonomia e a liberdade do aluno.

Para Hegel, a verdadeira liberdade não é a ausência de restrições externas, mas a capacidade de se autodeterminar dentro de uma estrutura ética e social. Esse conceito de liberdade como autodeterminação dentro de um contexto social é o que torna a educação um processo fundamental para o desenvolvimento do espírito humano. A educação, então, é o caminho que permite ao indivíduo alcançar um estado de autonomia, no qual suas ações são guiadas pela razão e pela ética, ao invés de serem determinadas por impulsos ou pela mera obediência a regras externas. Nesse sentido, a educação é um processo de formação contínua, no qual o indivíduo se aperfeiçoa não apenas intelectualmente, mas também moralmente, até alcançar sua plena liberdade.

A autonomia é um princípio central nas propostas pedagógicas contemporâneas, que visam formar indivíduos capazes de pensar criticamente e agir de forma independente. No entanto, a autonomia não se refere apenas à capacidade de agir isoladamente, mas à capacidade de agir dentro de um sistema social e ético, reconhecendo as responsabilidades que vêm com a liberdade. A educação, nesse contexto, deve permitir ao aluno desenvolver suas capacidades intelectuais e morais, para que ele possa se tornar um agente autônomo na sociedade.

A autonomia no contexto educacional é entendida como a capacidade do aluno de tomar decisões racionais e éticas, agindo de forma independente, mas sempre dentro de um sistema coletivo de normas e valores. Assim, a autonomia do aluno não é uma liberdade absoluta e sem restrições, mas uma liberdade que se expressa dentro dos limites éticos e sociais, o que é fundamental na filosofia hegeliana. A educação, portanto, deve ser um processo que permite ao aluno se reconhecer como parte de uma totalidade social e ética, o que se alinha diretamente com a proposta de Hegel de um espírito livre que se desenvolve dentro da sociedade.

A autonomia, para Hegel, não é simplesmente a independência do indivíduo em relação aos outros, mas a capacidade de reconhecer e atuar dentro das leis e normas sociais que regem a coletividade. Isso significa que, para ser verdadeiramente autônomo, o indivíduo precisa ser capaz de agir de maneira racional e ética, levando em conta o bem coletivo. A educação deve, portanto, cultivar essa capacidade nos alunos, ajudando-os a compreender o papel que desempenham dentro do coletivo e como suas ações afetam o todo.

Na educação hegeliana, o papel do professor é fundamental no processo de formação do espírito livre e autônomo. O professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador do desenvolvimento do espírito do aluno, orientando-o no processo de superação das limitações e ajudando-o a alcançar a autonomia. Como Hegel (1820/2008) observa, o professor tem o papel de orientar o espírito do aluno, ajudando-o a superar a sua imaturidade e a alcançar sua liberdade por meio do desenvolvimento da razão e da ética. O professor, assim, é o mediador entre o aluno e a sociedade, guiando-o no processo de autossuperação e desenvolvimento de sua liberdade.

O professor, ao invés de ser apenas um transmissor de conteúdo, deve ser um facilitador que orienta o aluno na busca pela autonomia, proporcionando as condições para que o aluno se torne um ser livre e racional. Esse entendimento reflete diretamente a proposta hegeliana de que a educação é um processo de desenvolvimento do espírito livre, no qual o professor tem um papel ativo na formação moral e ética do aluno. O professor não é apenas um instrutor, mas um guia que auxilia o aluno a enfrentar suas limitações e a se tornar consciente de sua posição no mundo, preparando-o para agir de maneira ética e racional.

O professor, nesse sentido, deve estimular o pensamento crítico dos alunos, desafiando-os a questionar e refletir sobre o mundo ao seu redor. Ao fazer isso, o professor contribui para o desenvolvimento da autonomia do aluno, ajudando-o a se tornar capaz de tomar decisões informadas e responsáveis, com base em sua própria razão e ética.

As propostas pedagógicas contemporâneas, especialmente no Brasil, têm buscado incorporar o conceito de autonomia de maneira mais explícita em seus currículos. Modelos pedagógicos como a Pedagogia Crítica, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, e as abordagens mais recentes de educação baseada em competências, destacam a importância de desenvolver a autonomia do aluno, permitindo-lhe ser sujeito de seu próprio aprendizado e ação. Esses modelos buscam formar indivíduos que não apenas dominem conhecimentos técnicos, mas que também se desenvolvam como cidadãos críticos e autônomos, capazes de transformar sua realidade e contribuir para a sociedade. Assim temos um avanço no processo educacional mais ainda limitado em sua execução prática pois existem desafios sociais.

O desafio da educação contemporânea é formar indivíduos capazes de se reconhecer como agentes autônomos, que não se limitam a absorver informações passivamente, mas que são ativos no processo de aprendizagem e transformação social. A educação para a autonomia, portanto, deve ser vista como um meio de preparar os alunos para participarem ativamente na sociedade, contribuindo para a construção de uma comunidade mais justa e livre. Essa concepção de autonomia está em consonância com a filosofia hegeliana, que entende a liberdade não apenas como a ausência de restrições, mas como o desenvolvimento do espírito dentro de uma totalidade ética.

No contexto brasileiro, a busca pela autonomia no processo educacional enfrenta diversos desafios. A desigualdade social e a fragmentação do sistema educacional são fatores que dificultam o acesso a uma formação integral que desenvolva plenamente as capacidades do indivíduo. A educação no Brasil, muitas vezes, é limitada pela falta de recursos e pela desigualdade no acesso a uma educação de qualidade, o que impede muitos alunos de atingirem sua autonomia plena.

A desigualdade no acesso à educação de qualidade no Brasil compromete a possibilidade de muitos indivíduos alcançarem uma formação que desenvolva suas capacidades autônomas e críticas. A falta de infraestrutura, a sobrecarga dos professores e as disparidades entre escolas públicas e privadas são desafios significativos para a implementação de uma educação que realmente promova a autonomia do aluno. No entanto, é fundamental que as políticas públicas busquem garantir o acesso a uma educação de qualidade, que permita o desenvolvimento pleno do espírito e a realização da liberdade de todos os cidadãos.

A educação, segundo Hegel, é o processo pelo qual o espírito humano se desenvolve e alcança sua liberdade plena. No Brasil, embora existam desafios significativos, é essencial que a educação se direcione para a formação de indivíduos autônomos, críticos e éticos, alinhados com a ideia hegeliana de liberdade como desenvolvimento do espírito livre.

A filosofia de Hegel, especialmente no que se refere à liberdade, ética e educação, possui implicações significativas para o pensamento pedagógico contemporâneo, incluindo o contexto educacional no Brasil. Seus conceitos de liberdade, educação como desenvolvimento do espírito e a participação ativa na sociedade se conectam diretamente com as demandas de uma educação cidadã e transformadora, que visa não apenas a formação acadêmica, mas também a constituição do indivíduo enquanto agente ético e autônomo na sociedade.

Para Hegel, a educação é o processo através do qual o espírito se desenvolve, deixando de ser simples sujeito passivo e atingindo sua plena liberdade. A educação não é apenas um meio de transmissão de saberes, mas um caminho pelo qual o indivíduo atinge a

autossuperação, através da reconciliação de suas contradições internas e externas. A liberdade, para Hegel, não é entendida como a ausência de restrições, mas como um processo de autossuperação do espírito, que se realiza na participação ativa nas instituições sociais, políticas e culturais.

Em sua obra *Filosofia do Direito* (Hegel, 2022), o filósofo afirma que a verdadeira liberdade só se dá quando o indivíduo se reconhece como parte de uma totalidade ética, como a sociedade, e quando suas ações estão em conformidade com a razão universal. Para Hegel, o Estado é o espaço no qual a liberdade se concretiza, sendo a educação a principal ferramenta para preparar os indivíduos a participar desse espaço de forma racional e ética. Essa visão de liberdade e educação como um processo coletivo se reflete na importância de políticas educacionais que promovam a participação ativa do indivíduo na sociedade.

A filosofia hegeliana também coloca que a liberdade só é verdadeiramente alcançada quando o sujeito compreende sua relação com os outros e com o Estado, e se vê como parte de um projeto coletivo. Nesse processo, a educação não deve ser vista apenas como um meio de formação de indivíduos isolados, mas como um mecanismo pelo qual o ser humano se reconcilia consigo mesmo e com sua coletividade, permitindo-lhe atuar de maneira racional e ética dentro de uma sociedade organizada. Esse entendimento de liberdade, portanto, é muito mais complexo do que uma mera ausência de obstáculos ou limitações externas; trata-se de um processo contínuo de autoconhecimento, reflexão e ação consciente.

O sistema educacional brasileiro enfrenta grandes desafios que dificultam a implementação de uma educação capaz de promover a liberdade e a autonomia, conforme defendido por Hegel. Um dos maiores obstáculos é a fragmentação do ensino, que muitas vezes se limita a uma abordagem técnica e utilitária, negligenciando a formação ética, moral e social dos alunos. Além disso, a desigualdade social e a falta de acesso a uma educação de qualidade agravam o problema, impedindo que muitos alunos possam desenvolver seu espírito de maneira plena e alcançar a liberdade, como postula a filosofia hegeliana.

De acordo com Oliveira (2004), a educação brasileira ainda está muito distante do objetivo de uma formação integral, pois ela se limita, em grande parte, a um modelo fragmentado e competitivo que exclui grandes parcelas da população. Essa fragmentação impede que a educação cumpra seu papel de desenvolvimento integral do indivíduo, o que dificulta a realização da liberdade, tanto no sentido pessoal quanto coletivo. No entanto, é importante destacar que existem avanços significativos em termos de políticas públicas, como a implementação da educação inclusiva, que busca garantir acesso a todos os cidadãos.

A grande disparidade entre as regiões do Brasil, a dificuldade de acesso a materiais pedagógicos adequados e as condições de infraestrutura das escolas também contribuem para a perpetuação da desigualdade educacional. Em muitos casos, as escolas públicas não oferecem a qualidade necessária para que os alunos possam desenvolver plenamente suas habilidades cognitivas, éticas e sociais, elementos essenciais para a construção de um cidadão livre e autônomo. Essa disparidade é um reflexo direto das desigualdades sociais que marcam o Brasil, as quais dificultam a concretização dos ideais hegelianos de liberdade e igualdade através da educação.

As ideias de Hegel, especialmente no que tange à formação moral e ética, têm implicações diretas para a prática pedagógica no Brasil. O conceito de liberdade, para Hegel, envolve o desenvolvimento não apenas da razão, mas também da moralidade, que se expressa na participação do indivíduo nas instituições sociais. A educação, portanto, deve ser compreendida como uma prática que visa a formação integral do ser humano, com foco não apenas em suas habilidades cognitivas, mas também no desenvolvimento ético e social. A prática pedagógica deve, portanto, ter como objetivo a formação de cidadãos que possam participar ativamente da vida política e social, de acordo com os valores de liberdade, igualdade e justiça.

Nesse sentido, as propostas pedagógicas no Brasil podem se beneficiar das ideias de Hegel, buscando integrar o ensino acadêmico com a formação moral e ética dos alunos. Segundo Oliveira (2011)²⁴, o objetivo da educação deve ser o desenvolvimento da autonomia e

²⁴ "A eticidade alternativa é precisamente a posição desse processo de mediação entre individualidade e sociabilidade. Aqui a eticidade não está alicerçada em condições "naturais", e sobretudo não é mediada pelas coisas. A socialização plena da natureza humana (a implicação mútua do crescimento do indivíduo e do crescimento da espécie) " tem como condição de possibilidade a socialização plena das relações humanas: os indivíduos aqui conquistam sua liberdade em associação e por meio dela, diz Marx. 5 Portanto, a sociabilidade nem pode tornar-se independente dos indivíduos e a eles se contrapor, nem existir sem sua ação coletiva. Tal eticidade é o pressuposto da liberdade individual, mas também só existe através de sua atividade. Em certo sentido, dá-se aqui a superação da moral, no sentido de Kant, pela eticidade: enquanto a moral kantiana emerge como universalismo formal, aqui se trata, sobretudo no sentido hegeliano, da efetivação "ética" da liberdade, da "realização da vida boa", enquanto construção de totalidades concretas onde o homem encontra sua liberdade. " Nessa perspectiva, podemos dizer que em Marx ocorre a superação do universalismo ético-formal da moralidade na direção da eticidade substancial. Esse é o pressuposto permanente das análises de Marx em O Capital: o reino da liberdade enquanto efetividade objetiva de um conjunto de relações sociais, um mundo humano, no qual o indivíduo pode desenvolver todas as suas forças. Esse é o quadro social para o desenvolvimento pleno das forças humanas, uma ordem social, uma eticidade, em linguagem hegeliana, que é condição de possibilidade para o homem desenvolver livremente suas forças essenciais. É nesse sentido que se deve entender a violenta crítica de Marx aos direitos humanos, que, para ele, são direitos do indivíduo egoísta, individualista, contraposto à sociabilidade. Todos esses direitos radicam, de conformidade com Marx, em determinada concepção de liberdade - a liberdade que não se baseia na associação, mas, antes, no isolamento dos homens entre si. É a liberdade típica de uma eticidade mediada pela troca, a liberdade do contrato, que precisamente constitui essa modalidade de eticidade. Por essa razão, a liberdade individual, na sociedade capitalista, é, para Marx, uma grande ilusão. É liberdade apenas em aparência, já que, em última análise, o homem está subordinado ao único sujeito desta sociabilidade o capital, o sistema de sua autovalorização. A crítica marxiana à liberdade da eticidade capitalista

da liberdade, de modo que os indivíduos possam participar plenamente na vida coletiva. A formação ética é fundamental para que o indivíduo reconheça sua responsabilidade na construção de uma sociedade justa e democrática, o que é central para a visão hegeliana de liberdade. Isso implica não apenas em desenvolver habilidades técnicas, mas também em cultivar uma consciência crítica e ética que prepare o indivíduo para o exercício da cidadania.

Outro ponto importante da educação no Brasil, que se alinha com a filosofia de Hegel, é a promoção da inclusão social. A educação, para Hegel, é um meio de reconciliar as diferenças individuais com a totalidade social, e isso deve ser alcançado dentro de uma estrutura institucional que permita a inclusão de todos os indivíduos. No Brasil, embora a educação inclusiva tenha avançado nas últimas décadas, ainda existem grandes desafios para garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem social, raça, gênero ou condição física, tenham acesso a uma formação integral.

A educação deve ser vista como um meio de promover a inclusão social, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de alcançar sua liberdade plena e contribuir para a sociedade. Isso implica que as políticas educacionais no Brasil devem não apenas garantir o acesso à educação, mas também trabalhar para garantir que todos os alunos recebam uma formação ética, moral e social que os prepare para atuar como cidadãos conscientes e responsáveis.

A educação inclusiva, enquanto movimento e prática pedagógica, ainda precisa superar muitos obstáculos, como o preconceito, a falta de recursos especializados e a resistência por parte de alguns educadores. Contudo, as iniciativas que buscam promover a inclusão das pessoas com deficiência e de outras minorias sociais dentro das escolas podem ser vistas como uma tentativa de materializar a visão hegeliana de uma sociedade onde todos os indivíduos têm acesso à liberdade através da educação. Essas políticas inclusivas são essenciais não apenas para garantir igualdade de acesso à educação, mas também para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, ética e solidária.

A prática pedagógica no Brasil precisa, portanto, incorporar a formação ética como um aspecto essencial da educação. A educação deve ser compreendida como um meio de desenvolvimento do espírito livre, em que o aluno se reconhece como parte de uma totalidade

aponta para outra figura da liberdade, alicerçada numa socialização interativa, 'uma liberdade da união, da solidariedade, da associação dos indivíduos'. 69 O verdadeiro reino da liberdade é o desenvolvimento das capacidades humanas, portanto, o pleno e total autodesenvolvimento das pessoas humanas, o que só pode ocorrer numa eticidade interativa. A autonomia do homem enquanto sujeito de sua ação é mediada por uma socialização em que **as** coisas não são mediadoras entre as pessoas, mas **as** pessoas mesmas se relacionam imediatamente entre si." (DE OLIVEIRA, Manfredo Araujo. **Ética e sociabilidade**. Edições Loyola, 1993.P.281-282)

ética e social. Para isso, é necessário que os educadores adotem metodologias que estimulem a reflexão crítica, a autonomia e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento e da sociedade.

As práticas pedagógicas no Brasil devem ser pensadas de forma a integrar a formação intelectual e a ética, de modo que o aluno se torne um sujeito autônomo, capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A educação no Brasil deve, portanto, formar cidadãos que não apenas dominem conhecimentos técnicos, mas que também sejam capazes de agir de maneira ética e responsável dentro das instituições sociais e políticas. Isso requer que os educadores não apenas transmitam conteúdo acadêmico, mas também incentivem os alunos a desenvolver uma consciência crítica sobre seu papel na sociedade e a capacidade de agir para promover mudanças sociais positivas.

A filosofia de Hegel oferece uma perspectiva rica e profunda sobre a educação e a liberdade, que pode ser aplicada à prática pedagógica no Brasil. Seus conceitos de liberdade como autossuperação do espírito e de educação como desenvolvimento ético e moral são fundamentais para a construção de uma educação que forme cidadãos autônomos e responsáveis. No contexto brasileiro, os desafios da desigualdade social e da fragmentação educacional tornam o objetivo da educação integral ainda mais complexo, mas também mais necessário. Para superar esses desafios, é essencial que as políticas educacionais e a prática pedagógica no Brasil busquem integrar os aspectos intelectuais, éticos e sociais da formação do aluno, alinhando-se aos princípios da filosofia hegeliana. A busca por uma educação que promova a liberdade, a igualdade e a justiça social deve ser uma prioridade para que todos os cidadãos possam alcançar seu pleno potencial e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

5 CONCLUSÃO

Como pudemos perceber, a filosofia de Hegel oferece uma visão complexa sobre a educação e a liberdade, por meio da qual identificar elementos que, ao longo da história, se mostraram cruciais para o desenvolvimento humano e social.

No decorrer desta pesquisa, foi possível analisar o conceito de liberdade e educação em Hegel, compreendendo como esses dois conceitos estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento do espírito humano e à formação de uma sociedade ética e racional. Tomando essas considerações, este estudo abordou as diversas implicações de suas concepções para a educação contemporânea, levando em consideração tanto os aspectos teóricos quanto suas possíveis aplicações práticas.

No início da pesquisa, buscamos entender como Hegel concebia a educação como um processo essencial para a realização da liberdade do indivíduo. Vimos que, para ele, a liberdade não é simplesmente a ausência de restrições, mas um processo dialético no qual o indivíduo se supera, alcançando sua verdadeira liberdade ao reconciliar suas contradições internas e externas. Nesse contexto, a educação não deve ser vista apenas como um instrumento de aquisição de conhecimento técnico, mas como uma mediação para a formação moral e ética, por meio da qual o espírito humano se desenvolve em direção a uma liberdade plena e autêntica. Hegel define a liberdade como "a autossuperação do espírito", que se dá por meio do desenvolvimento da razão e da ética dentro de uma estrutura social e histórica. Esse conceito de liberdade transcende a mera autonomia individual e envolve a inserção do indivíduo em um todo coletivo, onde ele reconhece sua interdependência com os outros e com as instituições sociais, especialmente o Estado. A educação, então, se torna a chave para a realização dessa liberdade, formando indivíduos que não apenas são livres em suas escolhas pessoais, mas que são capazes de atuar de maneira racional e ética no mundo social.

Ao longo da pesquisa, portanto, foi enfatizado que a formação do espírito livre, na visão de Hegel, não é um processo isolado, mas sim dialético, no qual o indivíduo se desenvolve em interação com a sociedade. Isso implica que a educação tem um papel fundamental na formação de cidadãos autônomos e éticos, que compreendem a importância de suas ações dentro do contexto social e político. O conceito de "espírito objetivo" de Hegel, que se refere às instituições sociais e políticas, foi crucial para entendermos como o Estado e a sociedade desempenham um papel fundamental na realização da liberdade individual. Para Hegel, o Estado não é uma força opressiva, mas a concretização da liberdade humana, onde as instituições sociais e políticas são vistas como formas de manifestação da razão e da ética

universais. A educação, então, se apresenta como um processo de inserção do indivíduo nessas instituições, permitindo-lhe agir de acordo com a razão, a ética e a liberdade dentro da sociedade.

Além disso, a pesquisa abordou como o conceito de educação em Hegel também está relacionado à formação moral e ética do indivíduo. Para ele, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando o indivíduo reconhece sua responsabilidade social e age em consonância com as normas e valores da sociedade. Nesse sentido, a educação não é apenas um meio de promover o desenvolvimento intelectual, mas também de formar cidadãos que entendem sua relação com o bem comum e com as instituições sociais que regem a vida em sociedade. A formação ética, que para Hegel é uma parte fundamental da educação, implica no desenvolvimento de um sentido de dever e de responsabilidade, permitindo que o indivíduo atue de forma consciente e racional dentro do Estado.

Outro aspecto importante abordado durante a pesquisa foi a conexão entre as ideias de Hegel sobre educação e os discursos contemporâneos sobre educação referentes à autonomia e à formação ética do aluno. Ao longo do estudo, observou-se que a busca pela autonomia do aluno, um tema central nas ideias pedagogias modernas, está diretamente relacionada com a visão hegeliana sobre a liberdade, apesar de, na atualidade, essas ideias não serem aplicadas na prática. As propostas pedagógicas que visam o desenvolvimento da autonomia do aluno, como a Pedagogia Crítica e a Pedagogia Libertadora, encontram ecos nas ideias de Hegel, que acreditava que a educação deveria permitir ao indivíduo alcançar sua liberdade, mas de forma responsável, dentro do contexto social e ético, no entanto, a prática presente carece dessas prerrogativas. Essas abordagens contemporâneas não se limitam a desenvolver apenas habilidades cognitivas, mas também buscam formar indivíduos críticos, éticos e responsáveis, que possam atuar de forma autônoma na sociedade. Nesse sentido, a educação para a liberdade, conforme proposta por Hegel, continua a ser uma relevante contribuição para as práticas pedagógicas atuais, embora, na prática, a nossa educação deixa muito a desejar ainda.

Ao observarmos algumas questões relativas a educação no Brasil, foi possível verificar que muitos dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro têm relação direta com as limitações de acesso a uma educação integral, que contemple não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação moral e ética dos indivíduos. A desigualdade social e a fragmentação do sistema educacional dificultam a realização da educação como processo de liberdade e formação ética, conforme os parâmetros do pensamento de Hegel, o que impede grande parte da população de alcançar uma liberdade plena. Nesse sentido, a filosofia de Hegel oferece uma perspectiva importante sobre a educação, ao apontar

que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando o indivíduo é educado dentro de uma totalidade social, que inclui a formação ética e a responsabilidade social. A educação, para ele, deve ser um meio de emancipação, permitindo que os indivíduos se reconheçam como parte de um todo coletivo e ajam em conformidade com a ética universal.

Pudemos perceber ainda, que o conceito de liberdade em Hegel oferece uma reflexão crítica sobre as limitações da educação contemporânea. Muitas vezes, a educação é tratada de forma fragmentada, com foco exclusivo no desenvolvimento técnico e acadêmico, sem a devida atenção ao desenvolvimento ético e moral do indivíduo. A filosofia de Hegel, no entanto, ressalta que a verdadeira liberdade se dá quando o indivíduo é capaz de agir de forma ética e racional, o que só é possível por meio de uma educação que vá além do conhecimento técnico e que prepare o indivíduo para atuar de maneira autônoma e responsável na sociedade. Assim, é imperativo que os sistemas educacionais modernos busquem promover uma formação integral, que envolva tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação moral e ética, para que os indivíduos possam alcançar sua liberdade plena.

A realização desta pesquisa sobre o conceito de liberdade e educação em Hegel proporcionou uma série de benefícios tanto para o campo da filosofia quanto para a área da educação. Ao longo da investigação, foram abordados aspectos centrais da filosofia hegeliana, especificamente os conceitos de liberdade, educação e a formação ética do indivíduo, e como essas ideias se aplicam ao contexto educacional contemporâneo. Esta pesquisa contribui de maneira significativa para a compreensão de como as teorias hegelianas podem influenciar as práticas pedagógicas atuais, especialmente em contextos onde a formação ética e a liberdade do indivíduo são prioritárias. Além disso, ao examinar as relações entre a filosofia de Hegel e os desafios da educação no Brasil, a pesquisa abriu novas perspectivas sobre como a educação pode ser melhorada para promover a liberdade, a autonomia e a cidadania ativa dos alunos.

Um dos principais benefícios da pesquisa é a contribuição para a atualização e aprofundamento do entendimento sobre a filosofia de Hegel, especialmente em relação aos seus conceitos de liberdade e educação. Embora Hegel seja um pensador amplamente estudado, sua filosofia sobre a educação e a liberdade, em muitos aspectos, ainda permanece sub explorada no campo da pedagogia. Esta pesquisa procurou preencher essa lacuna, oferecendo uma análise detalhada de como a educação é vista por Hegel não apenas como a aquisição de conhecimento, mas como um processo que visa a realização da liberdade moral e ética do indivíduo. Esse entendimento de liberdade, que é mais do que a ausência de restrições e se apresenta como um processo contínuo de autossuperação e integração na totalidade social e ética, oferece uma abordagem inovadora para repensar a educação contemporânea.

Ao explorar a relação entre liberdade e educação, a pesquisa também destacou o papel crucial do Estado, segundo Hegel, na realização da liberdade dos indivíduos. O Estado, visto como a forma mais alta de liberdade concreta, exerce uma influência significativa na formação do cidadão. O trabalho trouxe à tona a importância da educação cidadã como um componente vital para a construção de uma sociedade democrática e justa, onde a liberdade individual e a responsabilidade social caminham juntas. Nesse contexto, a pesquisa reforça a relevância do conceito de educação cidadã, o qual deve ser integrado ao currículo escolar para que o aluno não apenas receba conhecimento, mas também se desenvolva como ser ético e responsável em sua comunidade.

Outro benefício importante da pesquisa é o aprofundamento na compreensão das propostas pedagógicas contemporâneas que buscam a autonomia do aluno, as quais se alinham com as ideias hegelianas de educação como o desenvolvimento do espírito livre. A partir das discussões sobre a autonomia no contexto educacional, foi possível observar que muitos dos princípios defendidos por Hegel, como a superação das limitações individuais e o desenvolvimento ético do sujeito, ainda são extremamente relevantes para as práticas pedagógicas atuais. A educação, segundo Hegel, deve permitir ao aluno o desenvolvimento pleno de suas capacidades, possibilitando-lhe a autonomia, mas sempre dentro dos limites da ética e da racionalidade. Esse entendimento tem grande relevância para as propostas pedagógicas que buscam preparar os alunos para agir de forma responsável e racional na sociedade.

Além disso, a pesquisa contribuiu para refletir sobre os desafios da educação no Brasil, especialmente a desigualdade educacional que impede o acesso a uma educação de qualidade para muitos cidadãos. Ao analisar como a filosofia hegeliana pode ser aplicada à realidade educacional brasileira, foi possível entender melhor as dificuldades enfrentadas pelos sistemas educacionais no que diz respeito à formação integral do indivíduo. A filosofia de Hegel oferece uma perspectiva valiosa para a superação desses desafios, enfatizando a necessidade de uma educação que promova tanto o desenvolvimento intelectual quanto a formação moral e ética dos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e responsáveis.

Embora esta pesquisa tenha oferecido uma análise abrangente sobre o conceito de liberdade e educação em Hegel, existem várias áreas que podem ser exploradas em futuras pesquisas para expandir ainda mais a compreensão desses conceitos e suas aplicações. A seguir, apresento algumas recomendações para novas investigações:

Uma linha de pesquisa relevante seria investigar de forma mais aprofundada como os conceitos de liberdade e educação de Hegel podem ser aplicados na prática pedagógica em

diferentes contextos educacionais. Estudos de caso podem ser realizados em escolas que implementam pedagogias críticas ou cidadãs, como a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, para observar como as ideias de Hegel sobre a formação ética e a liberdade se manifestam nas práticas pedagógicas cotidianas. A pesquisa também poderia abordar como a filosofia de Hegel pode ser aplicada ao currículo escolar de forma a promover a educação para a autonomia e para a cidadania, em uma abordagem que integre aspectos intelectuais e éticos no desenvolvimento dos alunos.

Uma outra linha de pesquisa interessante seria realizar estudos comparativos entre Hegel e outros filósofos da educação, como Immanuel Kant, John Dewey, Paulo Freire, entre outros, para analisar as semelhanças e diferenças em suas concepções de liberdade, ética e educação. Kant, por exemplo, apresenta uma abordagem mais centrada no sujeito como autônomo e racional, enquanto Hegel enfatiza a integração do indivíduo na sociedade e no Estado como um meio de alcançar a verdadeira liberdade. Uma análise comparativa entre essas filosofias poderia revelar como diferentes tradições filosóficas influenciam a educação contemporânea e como essas ideias podem ser sintetizadas para enfrentar os desafios educacionais atuais.

Outro campo promissor de investigação seria explorar a concepção de Estado em Hegel, especialmente sua ideia de que o Estado é a forma mais alta de liberdade concreta. Esse conceito de liberdade dentro do Estado pode ser aplicado ao entendimento contemporâneo sobre a política e a governança. Estudos poderiam investigar como o Estado, no pensamento hegeliano, ainda pode ser uma ferramenta importante para garantir a liberdade dos indivíduos em sociedades modernas, onde as questões de direitos humanos, justiça social e educação estão cada vez mais em evidência. O papel das instituições estatais na promoção da educação e da cidadania também poderia ser um foco importante para futuras pesquisas, especialmente em contextos políticos e educacionais desafiadores como o Brasil.

Uma área de pesquisa muito relevante seria investigar como os princípios de Hegel sobre liberdade e educação podem ser aplicados na educação inclusiva. Hegel defende que a educação deve ser um processo de superação das limitações individuais, ajudando o espírito a alcançar sua totalidade e liberdade. Este conceito pode ser particularmente útil ao abordar as questões de inclusão no ensino, buscando maneiras de integrar os alunos com necessidades especiais de forma que eles possam desenvolver plenamente sua autonomia, dentro das limitações e desafios que enfrentam. Pesquisas futuras poderiam explorar como a filosofia hegeliana pode fornecer um suporte teórico para a educação inclusiva, promovendo a liberdade e a autonomia de todos os alunos, independentemente de suas condições.

Esta pesquisa proporcionou uma compreensão sobre o conceito de liberdade e educação na filosofia de Hegel, demonstrando como suas ideias podem ser aplicadas para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. A educação, em sua concepção hegeliana, deve ser entendida como o meio pelo qual o espírito humano alcança a sua liberdade, e essa liberdade só é possível quando o indivíduo se desenvolve de maneira ética, racional e integrada à sociedade. Ao longo desta pesquisa, também foram discutidos os desafios que o sistema educacional brasileiro enfrenta, e como a filosofia de Hegel oferece uma visão valiosa para superar esses obstáculos, promovendo uma educação mais inclusiva, ética e voltada para a formação de cidadãos autônomos e responsáveis.

As recomendações para futuras pesquisas, que incluem estudos sobre a aplicação prática da filosofia de Hegel na educação contemporânea, investigações comparativas com outros filósofos, e a análise da educação inclusiva à luz da filosofia hegeliana, indicam que há um campo vasto e promissor para o aprofundamento do entendimento sobre como a educação e a liberdade podem ser melhoradas nas sociedades modernas, especialmente em um contexto de desigualdade social e educacional como o brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. **A liberdade e a ética na filosofia de Hegel**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- ALMEIDA, C. de C. **Arte e verdade em Hegel e o pluralismo estético contemporâneo**. UFMG, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, C. R. **Educação e Hegel: A Formação Integral do Indivíduo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.
- DA SILVA, A. G. F. **Hegel & a Educação**. Autêntica, 2013.
- DUARTE, F. **A Filosofia de Hegel: Dialética e Realidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- FERREIRA, P. **O conceito de liberdade em Hegel e suas implicações pedagógicas no contexto brasileiro**. São Paulo: Editora Moderna, 2015.
- FRANÇA, L.H. Hegel, o Movimento Especulativo do Espírito e a história. **Revista Simbologias**, v.3, n. 5, dez., 2010.
- GIACOIA JR., O. **Hegel e a Filosofia da História**. São Paulo: Editora Vozes, 1997.
- HEGEL, G. W. F. **El concepto de religión**. Mexico, Fondo de cultura econômica, 1981.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio (1830)**. Volume III. Filosofia do Espírito. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia do direito** (A. C. G. O. Pinto, Trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- HEGEL, G. W. F. **Escritos pedagógicos** (F. W. S. Lima & M. S. B. Melo, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. J. S. Mendes. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. J. S. Mendes. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HEGEL, G. W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do Direito natural e ciência do estado em compêndio (1821)**. Tradução de Paulo Meneses [et al.] – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.
- HEGEL, G. W. F. **Escritos Pedagógicos**. Tradução de Vera Lúcia G. de Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Apresentação e notas de Marcos Lutz Muller; incluindo os adendos de Eduard Gans; Introdução Jean-François Kévérgeas – São Paulo: Editora 34, 2022.

HOSLE, V. **O Sistema de Hegel**. Tradução de Antônio Celiomar Pinto Lima. São Paulo: Loyola, 2007.

LOPES, F. M. N.; SILVA FILHO, A. L. Hegel: a filosofia enquanto sistema da razão. **Revista Argumentos**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 107-119, jun./dez. 2017.

MARX, K. **Crítica à filosofia do direito de Hegel** (R. A. G. Lessa, Trad.). São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MELLOSSI, D. **El Estado del Control Social: Un Estudio Sociológico de los Conceptos de Estado y Control Social en la Formación de la Democracia**. México: Siglo XXI, 1992.

MUNIZ, D. **O Pensamento Político de Hegel: A Liberdade e o Estado**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

NICOLAU, L. Hegel e a educação pública: Fundamentos teóricos e implicações para a formação do cidadão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 2, p. 159-176, N.I.

NICOLAU, M. F. A. **O conceito de Bildung em Hegel**. Sertãoocult; Edições UVA, 2019.

NOVAES, A. **Hegel e a Filosofia da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

NOVELLI, P. G. O conceito de educação em Hegel. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 2, n. 3, 2007.

OLIVEIRA, M. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

OLIVEIRA, R. C. B. de. **Dialética e Liberdade: A Filosofia de Hegel**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PEREIRA, L. **Schelling e a Filosofia da Natureza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

RAMOS, C. A. Estado e sociedade civil em Hegel. **Revista Helius**, v. 3, n. 1, p. 89-111, 2003.

SOUZA, J. R. Política e educação em Hegel: Sobre a formação do sujeito livre. **Revista Educação e Filosofia**, v. 33, n. 62, p. 89-102, N.I.

TAYLOR, C. **Hegel: Sistema, Método e Estrutura**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Ed. Realizações, 2014.

UTZ, K. Liberdade em Hegel. **Veritas** (Porto Alegre), v. 50, n. 2, p. 257–283, 2004.